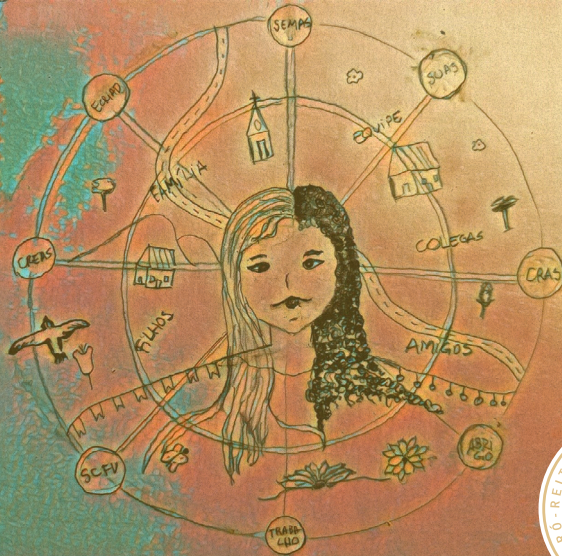




VOLUME 64

JÚLIA FLÁVIA GOMES PEREIRA
ABIGAIL MARINHO DA SILVA
GILEAD MARCHEZI TAVARES

Alices e Amálias

Processos formativos no trabalho com
a Política Pública de Assistência Social



Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Valdemar Lacerda Júnior

Chefe de Gabinete

Aureo Banhos dos Santos

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fabrícia Benda
de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira,
Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço,
Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi
Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

Diretor da Graúna Digital

Thiago Moulin

Supervisão

Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos

Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos
Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design

Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Bruno Ferreira Nascimento

Revisão de texto

Fotografia da capa por

Joel Muniz em

<https://unsplash.com/>.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P434a Pereira, Júlia Flávia Gomes.
Alices e Amálias [recurso eletrônico] : processos formativos
no trabalho com a política pública de assistência social / Júlia
Flávia Gomes Pereira, Abigail Marinho da Silva, Gilead Marchezi
Tavares. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : Edufes, 2023.
211 p. : il ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes; 64)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-551-9

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Psicologia. 2. Assistência social. 3. Política pública.
4. Trabalho. I. Silva, Abigail Marinho da. II. Tavares, Gilead
Marchezi. III. Título. IV. Série.

CDU: 159.9:364

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

**JÚLIA FLÁVIA GOMES PEREIRA
ABIGAIL MARINHO DA SILVA
GILEAD MARCHEZI TAVARES**

Alices e Amálias

**Processos formativos no trabalho com
a Política Pública de Assistência Social**

 **EDUFES**

Vitória, 2023

Prefácio

Ao ser convidada para prefaciар o livro de Abigail, Júlia e Gilead, surgiu uma dúvida que sempre me acompanha nessas situações: o que as autoras esperam do prefácio? Afinal esse não é um convite qualquer. Tomo essa convocação como um gesto de amizade. Amizade é com-partir, é estar ao lado. Foi esse o meu percurso com essas três mulheres ao longo do curso de Psicologia e no Programa de Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi assim que recebi esse convite, logo, não aceitei essa tarefa de forma burocrática ou formal, que geralmente se espera de um/a prefaciador/a: falar sobre a temática do livro ou mesmo oferecer algumas indicações sobre o que motivou o escrito, seus objetivos, enfim.

Diante dessa tarefa-convite amorosa de “prefaciар” o livro *Alices e Amálias: processos formativos no trabalho com a Política Pública de Assistência Social*, de Abigail Marinho da Silva, Júlia Flávia Gomes Pereira e Gilead Marchezi Tavares, mergulhei na leitura do manuscrito e fui imediatamente convocada a percorrer os fios que compõem suas tramas. Abdiqueei do lugar da “fala-intérprete” e embarquei na onda da invenção estética, dos passos e compassos de cada linha desta obra. Naveguei por entre seus fios e desafios, como uma leitora-aprendiz, aberta e sensível aos signos que o texto emite. Então, a partir desse chamamento carinhoso das amigas-companheiras autoras desta

obra, busquei fazer uma viagem pelos percursos, percalços, ensaios e errâncias do livro. Sim, errâncias, pois não se trata de um trabalho que pretende representar uma realidade sempre dada e que, muitas vezes, já está caduca e não percebemos.

Destaco que a aposta das autoras se fez a partir de uma política de escrita animada por uma narrativa que brotou muito mais das entranhas do que do cérebro, escrita marcada por uma aposta ético-política segundo a qual se ponteia como horizonte o compartilhamento e a aventura de insistir e criar mundos no mundo — mundos no mundo da infância, mundos no mundo do pesquisar, mundos no mundo da formação em psicologia, mundos de mundo da Assistência Social, mundos de mundo a se inventar.

Devir-criança, invencionices nas estratégias de pesquisa acadêmica e de formar psicólogas e psicólogos são temas que cadenciam *Alices e Amálias: processos formativos no trabalho com a Política Pública de Assistência Social*, tecido no entrecruzamento de diferentes compassos-tempos ritmados. Para acolher esses ventos que o livro produz é preciso estar porosa às pausas-tensas, aos estranhamentos e abalos que se expressam como signos de passagem das potências de virtualização dos movimentos e processos de engendramento do viver, o que implica atenção e escuta aos modos de fluência aos quais nos conectamos.

O trajeto-trajetória que vai se delineando no corpo textual da obra se afirma a partir de uma postura que busca lutar junto contra todas as formas e os processos que apequenam, submetem e separam o viver de sua pulsação, de seu movimento insistente de inventar experiências e trajetos dignos de serem vividos. Diria com Orlandi: habitar os verbos da vida com toda sua pujança!

O livro se compõe como potência-convite que extrai sua força na imanência ético-estética de uma política da amizade que faz da existência um incessante movimento de variação que aspira nos encontros o que nos desloca e nos faz pensar diferentemente do que usualmente pensamos. Uma ética e uma estética da amizade sustentada por uma

atenção ao fora de nós mesmos, tendo no peito a coragem de desfazer e fazer modos de pensar-viver. Qual, então, seria a matéria desta obra? A que nos convida? Nos convida a dançar em outro ritmo, a traçar outros novos percursos num mundo pautado por movimentos de interiorização e privatização avassaladores. Nos convida a respirar sem máscaras. Nos convida a respirar juntos, a conspirar.

O tema da amizade nos parece um bom antídoto para o enfrentamento dessa asfixia que, inadvertidamente, busca esvaziar nossos movimentos de produção de comunidade, de comunização. Os últimos acontecimentos no nosso país têm produzido um mal-estar que precisa ser vivido como um sinal de alarme que a vida aciona para convocar o desejo a agir, recobrando um modo de vida ativo e evitando os modos reativos de enfrentar esse mal-estar. Como nos diz Rolnik, uma micropolítica reativa desvia a força do desejo do seu destino criador e é canalizada para os interesses pautados na lógica do capital.

Ao ler *Alices e Amálias*, fico a pensar que uma forma de canalizar criadoramente essa força do desejo é construir coletivos fortes, redes de amizade. O exercício da amizade é, assim, um modo de desmontar os dispositivos de poder, é estar próximo, pois não é possível fazê-lo estando distante. Um gesto de amizade implica con-viver, que é mais do que estar no mesmo espaço geográfico, é “com-sentir”, sentir junto. Apesar de diferentes, ou justamente por isso, consolidamos coletivos. É um convite a aquecer redes e, como nos indicam as autoras, despertar em nós uma criança como potência que traça novos caminhos.

Diria que o livro deu chance à criança que há nelas, mas, também, em cada um de nós que lê essa produção acadêmico-literária. Ao formular muitas questões, tal como uma criança, indicam que “não entendem muita coisa”, estão sempre indagando e exatamente aí está a potência desta obra. Abigail, Júlia e Gilead nos lembram que um devir funciona por uma involução criadora, se faz por encontros afetivos, na dimensão de intensidades. Uma criança só nasce, como

nos lembrou Nietzsche, quando é possível se desfazer das normas. Nas palavras do filósofo: “inocência é a criança, esquecimento, um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um primeiro movimento, um sagrado dizer-sim, uma espécie de travessia, uma construção de território que logo será abandonado” (2010, p. 53). Essa criança é uma potência que traça novos caminhos, percorre trilhas. É um espantar-se insistentemente, uma surpresa permanente, sempre se perguntando: como isso funciona? Assim caminham as autoras nos lembrando a importância de atirmos a potência inventiva da vida. Ao reafirmarem sonhos e utopias, perturbam uma certa naturalidade dos modos de fazer a vida andar. Afinal não ter utopias é estar destinado à ruína. Por sua vez, a função da utopia é o fracasso. Ao fracassar, ao percorrer e desejar errâncias não buscamos certezas nem fins predefinidos. Não desejamos os julgamentos morais que nos colocam na insuportável dicotomia entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Desde as primeiras linhas deste escrito essas amigas-companheiras desenham, expressam, essa vontade ilimitada de afirmar utopias.

O corpo textual do livro está marcado por uma escrita que se destaca pelo estilo e pela temporalidade que se faz presente nas linhas e entrelinhas, uma temporalidade de quem permanece com um problema, sustentando inquietações e intensificando a respiração. Uma escrita marcada pela delicadeza que vai compondo elementos com os problemas que formulam, o que resultou nesta obra, nos conduzindo a uma compreensão da experiência como devir processual.

O trabalho que nos oferecem é a expressão de um gesto que ativa a intuição em sua dimensão de contato com o pré-verbal, pré-reflexivo, pré-individual. A intuição só opera quando do enfraquecimento ou na queda de um ego ordenado-organizado. A intuição é ativada, cultivada e cuidada quando alimentamos o gesto de conversão do olhar. Em vez de mirarmos firmes o porto de chegada, objetivando alcançar um lugar preestabelecido, a intuição situa-nos na viagem, contemplando os barulhos e movimentos do mar, da

ventania, das ondas e, às vezes, uma vertigem. É a paisagem que sustenta o caminhar.

Tal como um mágico, manuseiam imagens e as oferecem ao leitor que, então, passeia, trilha caminhos por conta própria, fazendo as construções que emergem no encontro com sua narrativa. A superfície do texto é o que importa. Um corpo textual no qual não há nenhum significado portador do verdadeiro sentido da escrita que esteja escondido. Não cabe ao leitor descobrir as intenções que prepara em seus procedimentos. Nada há sob as palavras ou na falta delas. É a própria palavra que busca o que não está ali, encontrando linhas de fuga, visto que sempre há alguma coisa que escapa e faz um tensionamento que abre o espaço e leva a leitura a um mundo inexplorado de questões. A falta de linearidade própria do texto produz um estranhamento, o que impossibilita fazer a leitura coincidir com algo já conhecido ou vivido. E essa impossibilidade torna viável fabricações outras.

O plano de escrita construído nos permite, portanto, percorrer o processo de feitura e experimentação da elaboração do livro, que, como arte, intensifica a criação de sentidos renovados. Sentido como acontecimento, combinação única e irrepetível, que reinventamos a cada momento da leitura. Uma experiência de estranheza e a possibilidade de experimentar outras formas de engendrar mundos se coloca.

Como não ficarmos limitados na abertura para uma outra experiência diversa da que estamos habituados? A importância primordial de experimentar mundos outros que não os nossos rotineiros reside no fato de que essa experiência nos leva a compreender que o nosso próprio mundo é por nós engendrado, ele não está dado desde sempre. Como em todas as boas alegorias, o que se vê está com o espectador, e não precisa de exegese. Ao lermos este livro, coloca-se o desafio de um aprendizado não apenas a partir da riqueza de informações que nos oferece, mas, principalmente, pelo que nos faz pensar.

O convite é para uma abertura, uma inspiração para a leitura, abrindo poros e inspirando para composições que permeiam

encontros. O desafio é posto à mesa. Propostas, objetivos e trajetos estão sempre a serem delineados, estão sempre por ser inventados. Cada capítulo se desdobra em inúmeras questões.

A partir de uma postura de infância, tomada como forças em tensão permanente, as autoras indicam uma força provocadora de efeitos de criação, mas, também, de recusas e fugas de práticas inúmeras que, no âmbito da lógica capitalística tardo moderna, tende a pasteurizar tudo o que toca, aprisionando-nos. Desse modo, o livro se propõe a pensar um campo de forças que se afirma ao resistir criando possíveis e imprevisíveis trajetos. Um devir criança em Abigail, Júlia e Gilead produz desvios, sobretudo os desvios de subserviências e sujeições que busca nos deixar reféns de uma lógica que muitas vezes nos faz reagir, tentando limitar nossa potência ativa como viventes.

A obra nos propõe outra coisa: uma micropolítica ativa que nos lança à criação de possíveis. Uma micropolítica que, a partir das forças intensivas que nos atravessam, pode desencadear ações que engendram modos outros de vida, distintos daqueles que nos isolam e nos fazem reativos e ressentidos. *Alices e Amálias: processos formativos no trabalho com a Política Pública de Assistência Social* é uma recusa às diferentes formas de homogeneização e de silenciamento de processos de singularização, de forma que no delineamento da escrita emerge uma força interventiva que nos arranca de lugares confortáveis que muitas vezes ocupamos no mundo acadêmico.

Ao ler o livro, somos conduzidos ao prazer de aprender como movimento de conectividade intempestiva, quando aprendemos, principalmente, por estranhamento. Somos conduzidos a compor com os fluxos de infância, do fazer psi, dos modos de pesquisar, resistindo, uma vez que as resistências de um corpo têm uma infinidade de sentidos muitas vezes divergentes. As experiências-desvios são forças de enfrentamento que buscam produzir algo, afirmativo, evitando padrões de poder que tendem a revigorar atitudes insensíveis.

Esse é o sentimento que me invade ao finalizar a leitura do livro. Atualiza-se em mim uma leitora-aprendiz em um devir, que não sabe

onde vai chegar, suscitando curiosidade, e este é o prazer do aprender. Há sempre um percurso a ser explorado na aventura do viver, uma trilha que ainda não percorremos e nós próprios podemos nos tornar essa trilha a ser inventada.

Finalizo dizendo que o livro *Alices e Amálias: processos formativos no trabalho com a Política Pública de Assistência Social* dá a ver o desenvolvimento de uma política de escrita cujo transcurso situa-se para além de uma questão de autoria individual, situando-se como rastros de um regime de práticas que, paradoxalmente, ao formular parâmetros epistemológicos e éticos do fazer acadêmico, indica condições de expressão das potencialidades de criação. O convite é o de laborar e analisar *pro-posições* sobre a infância, sobre o tornar-se pesquisador/a, sobre o modo de produzir na academia, sobre a atuação da psicologia na Assistência Social, que, ao se situar como elementos de um perspectivismo, assinala as posições ocupadas pelos termos da relação mundo e sujeito pesquisador, dando evidência à indissociabilidade entre processos de objetivação e de subjetivação. Delimitar o curso histórico de um processo de pesquisa implica construir passagens e configurações que expressem mutações e denotam transformações de um modo fazer pesquisa e produzir conhecimentos.

Trata-se, portanto, de um livro de *pro-posições*, livro-ritornelo, como segmentos de um certo discurso que insistem em uma reverberação criadora que vai transformar todo o conjunto. Um livro *pro-posições* implica marcar posições no âmbito do pesquisar como ato analítico, que faz sujeito e mundo conversarem não no sentido de intercâmbio, troca ou imitação, mas no da criação de entradas e saídas em meio a um nó problemático a ser decomposto e interrogado. Tal processo não corresponde a um achar soluções e respostas, mas a um modo de construir problematização sobre aspectos de um campo que vai se coengendrando, transformando-se, como de pesquisa. A problematização brota do próprio pesquisar e escavar o campo problemático que se propõe a partir de um olhar analítico que busca cercar as formas e as evidências de modo a capturar-lhes

as vibrações, os movimentos, as conversas com a processualidade na qual se encontram mergulhadas. Problematizar, pois, já se constitui no próprio pesquisar, que transforma o meio em finalidade, sem, contudo, uma teleologia, pois, no processo de escavação, nunca sabemos o que encontraremos pela frente e o resultado não corresponde a respostas antecipadas. Ritornelizar, constituir parâmetros de consistência subjetiva frente aos fluxos desterritorializantes próprio dos devires

Abigail, Júlia e Gilead nos fazem um convite irrecusável: transformar criativamente nosso cotidiano do familiar ao estranho, do conhecido ao desconhecido, a fim de poder inaugurar outros. Esse rastreio pela obliteração da reversão de nossa “adulter” para o minoritário de afins criadores e por meios inventivos constituem as práticas desinteressadas que permitem que o devir-criança possa vir e instalar-se. Convocação feita, resta-nos o laborioso exercício de sua ativação.

Maria Elizabeth Barros de Barros

Setembro de 2020

Sumário

PARTE 1

PROCESSOS FORMATIVOS PARADOXAIS: A INFÂNCIA QUE EQUIVOCA E CONVIDA

Nota rápida às leitoras e aos leitores	19
Capítulo 1	
Alice/Infância	24
Capítulo 2	
Política de Assistência Social e suas implicações	32
Capítulo 3	
Nós estávamos tranquilas	42
Capítulo 4	
Primeiros diários	61
<i>Narrado por Júlia Flávia Gomes Pereira</i>	
Caindo	61
Multiplicidade	71
Tartaruga Falsa	77
Fazem-me louca	82
Vincular	86
Capítulo 5	
Acontecimento	89
Acontecimento: primeiro entardecer	89
Acontecimento: segundo entardecer	91

Capítulo 6

Outros Diários	100
Encontrar e Florescer em terra estranha.....	100
A Rosa.....	104
Um susto, é possível florescer em solo duro.....	105
A Rainha tenta dar o lance final	109
Ver Alice.....	120
Processo de formação	121

PARTE 2

DESTERRITORIALIZAÇÕES DO/NO TRABALHO: UMA NARRATIVA DE UM DEVIR-TRABALHADORA

Capítulo 1

Ethopoiese	125
Por que o mundo é assim? – um exercício de liberdade.....	125
A narrativa e o trabalho como exercício de pensamento.....	130
Para narrar é preciso corporificar.....	133
Quem é Amália?	140
Iara e Amália — um diálogo possível.....	144
Cumplicidade que analisa o trabalho.....	152

Capítulo 2

Cenas do Trabalho	161
Cada problema tem a solução que merece	161
Humaniza Cras.....	165
Trabalhamos com vidas!	168
Flagrante.....	171
“Onde deixo minha bolsa”	176

Capítulo 3

Devir-Amália.....	182
Uma última narrativa em cena.....	182

A palavra dá conta?	185
Ética como um modo de ativismo	188
Desconfissão.....	190
Despedida.....	194
Posfácio — uma despedida outra	197
Referências.....	202

Parte 1
Processos formativos
paradoxais: a
infância que
equivoca e convida

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. [...] Existe sempre algo irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é seu direito explorar o que pode ser mudado, no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho.

Michel Foucault, 2014, p. 13-14

Nota rápida às leitoras e aos leitores

É bastante interessante esse tipo de vida... Realmente me pergunto o que pode ter acontecido comigo! Quando lia contos de fadas, eu imaginava que aquelas coisas nunca aconteciam, e agora cá estou no meio de uma! Deveria haver um livro escrito sobre mim, ah isso deveria! E quando eu for grande, vou escrever um...¹

Esta *PARTE 1, Processos Formativos Paradoxais: A Infância que Equivoca e Convida*, fala de uma composição, de um processo, de uma formação, por meio de múltiplos sentidos que a infância nos permitiu perceber. Fala dos caminhos que percorremos e principalmente dos que inventamos. Fala dos deslocamentos que fizemos na lógica de pensar e enxergar o mundo, da chegada à academia e das pistas que temos seguido para conceber pesquisa, ciência e psicologia.

1 CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice no País das Maravilhas. In: CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comemorativa – 150 anos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015b. p. 46.

É uma conversa², um modo de resgate, uma memória, que fala dos lugares por onde passamos, das pessoas que conhecemos, da nossa constituição como psicólogos. Uma conversa que fala do transbordar de algumas dessas vivências. Para situá-los e possibilitar de fato uma conversa, precisamos dizer dos campos que nos abrem aos questionamentos desta *PARTE 1*.

Em 2013 e 2014 participamos das atividades de dois acolhimentos institucionais (AI), em Vitória-ES. Eram AIs que atendiam a diferentes demandas. Um acolhimento era direcionado a meninas³ de 0 a 12 anos e outro era um espaço de curta permanência, no qual as crianças eram levadas assim que retiradas da tutela das famílias. Após avaliação de cada caso, eram direcionadas ou para retornarem à família (o que era o menos comum de acontecer) ou para outro acolhimento (de longa permanência) ou para família extensa (parentes próximos a quem era concedida a guarda da criança). Era muito comum de acontecer, nesse segundo AI, as crianças ultrapassarem o tempo de curta permanência e mesmo assim continuarem nesse mesmo espaço. O segundo AI mudou de espaço físico enquanto ainda estávamos acompanhando as atividades, por isso foram três espaços, mas duas frentes de trabalho acompanhadas.

Ainda em 2014, promovemos três encontros com profissionais que trabalhavam e trabalharam em serviços socioassistenciais da

2 “Encontrar é achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, nada além de uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou de fazer como. A captura é sempre uma dupla-captura, o roubo, um duplo-roubo, e é isso que faz, não algo de mútuo, mas um bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias, sempre “fora” e “entre”. Seria isso, pois, uma conversa.” (DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998. p. 17.)

3 Também havia meninos, pois, seguindo o artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, irmãos não devem ser separados em caso de abrigo (BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990).

Grande Vitória-ES. No primeiro encontro, buscamos trazer pontos que pudessem ser disparadores para a discussão sobre o trabalho na Assistência Social, para que assim pudéssemos trazer à tona os desafios enfrentados nesse campo. Os outros dois foram desdobramentos das conversas que foram acontecendo.

Em 2015, acompanhamos um processo de reintegração familiar (RF), também em Vitória-ES, na qual três meninas estavam sendo cuidadas por sua família extensa. Este envolveu vários serviços, não só os socioassistenciais, mas também os serviços de saúde e do judiciário.

Do segundo semestre de 2015 até o fim de 2016, participamos das atividades do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) no município de Cariacica-ES, espaço no qual nos vimos imersas em diferentes frentes de trabalho, com mulheres, idosos, mas principalmente com crianças e adolescentes, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A seguir, há uma tabela que permite uma melhor visualização dos espaços que passamos ao longo da graduação em Psicologia: lugares, pessoas, políticas nas quais foram possíveis os agenciamentos⁴ que discutiremos aqui.

4 “É sempre um agenciamento que produz os enunciados. Os enunciados não têm por causa um sujeito que agiria como sujeito da enunciação, principalmente porque eles não se referem aos sujeitos como sujeitos do enunciado. O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, as populações, as multiplicidades, os territórios, os devires, os afetos, os acontecimentos” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 65).

Quadro 1 – Espaços⁵ percorridos

Mês / Ano	2013	2014	2015	2016
Janeiro				
Fevereiro				Acompanha- mento RF
Março		AI- I (Casa de acolhida)		Cras Cariacica e Acompanha- mento RF
Abril		AI- I (Casa de acolhida)		Cras Cariacica e Acompanha- mento RF
Maió		AI- I (Casa de acolhida) e AI-IV (Casa Rosa)		Cras Cariacica e Acompanha- mento RF
Junho		AI- I (Casa de acolhida); AI-IV (Casa Rosa)		Cras Cariacica e Acompanha- mento RF
Julho		AI-IV (Casa Rosa) e Encontro I		Cras Cariacica
Agosto				Cras Cariacica
Setembro				Cras Cariacica
Outubro	AI-IV (Casa Rosa)	Encontro II	Cras Cariacica	Cras Cariacica
Novembro	AI-IV (Casa Rosa)		Cras Cariacica e Acompanhamento RF	Cras PN
Dezembro	AI-IV (Casa Rosa)	Encontro III	Cras PN e Acompa- nhamento RF	Cras PN

Fonte: elaborado pelas autoras

5 Outubro a dezembro de 2013 - Acolhimento Institucional IV (Casa Rosa) – Vitória, ES – Campo para a pesquisa de IC I, frequência 2x por semana.

Março a Junho de 2014– Acolhimento Institucional I (Casa de acolhida) – Vitória, ES – Campo para a pesquisa de IC I, frequência 1x na semana.

Maió a julho de 2014 – Acolhimento Institucional (Casa Rosa) – Vitória, ES – Campo para Estágio Básico I, frequência 1x na semana.

Junho, outubro e dezembro de 2014 (Encontro com os profissionais da AS, 3 encontros pontuais). – Vitória, ES – Campo para pesquisa de IC II.

Outubro de 2015 a dezembro de 2016 – Cras Cariacica, ES – Campo para Estágio Obrigatório, frequência 2x na semana.

Novembro de 2015 a junho de 2016 – Acompanhamento do Reintegração familiar (aceitação da pesquisa e encontro para acompanhar o caso – encontros pontuais: SEMAS, Acolhimento Institucional, Casa da família acompanhada e Unidade Básica de Saúde). – Vitória, ES – Campo para a pesquisa de IC III.

Tais campos não estão apenas situados em localidades geográficas (embora também estejam e seja muito importante dizer delas), pois os lugares por onde andamos falam de geografias e também de outras temporalidades: “geotemporais”. Vamos conversar melhor sobre isso ao longo do livro. O que queremos dizer por ora é que, em outros momentos em que não estivemos nessas localidades (como agora), ainda assim nos foi possível um agenciamento geotemporal; e mesmo quando estivemos geograficamente nessas localidades, aquela geografia foi possibilidade de abertura à experiência com outros encontros que passavam por ela e além dela. Os convidamos a compreender isso conosco.

Também é importante dizer dos auxílios de Alice, personagem da obra de Lewis Carrol, que tem nos convocado, ajudando-nos a desenvolver um olhar atento para essas experiências, ou melhor, para esses agenciamentos geotemporais.

Capítulo 1

Alice/Infância

Permitam-nos continuar esta conversa apontando para algumas pesquisas que fizemos buscando chegar-se à obra de Lewis Carroll, autor que escreveu “Alice no País das Maravilhas e Através do Espelho”. Esse autor cria um universo: costuma ser chamado de mundo onírico e conto-sonho. A partir desse novo mundo ele vai mostrando como elementos não racionais — por vezes ignorados — fazem emergir novos sentidos. Carroll, com suas obras, se torna o maior divulgador da literatura *nonsense*⁶.

Para a literatura, o *nonsense* se aproxima de um conto de fadas só que de maneira inversa. O modo de operar desse mundo criado por vezes não é compreensível, as regras que o dirigem não são regras hegemonicamente estabelecidas. O autor cria essas regras e não há explicações acerca desse funcionamento dado *a priori*, o autor não se prende às explicações, ele conta uma história. Essa história joga com o modo de funcionamento do senso comum ao mesmo tempo que

6 MONZANI, Luiz Henrique. Deleuze e Lewis Carroll: aproximações entre filosofia e literatura. **Kínesis**, [s.l.], v. 2, n. 6, p. 123-136, dez. 2011.

o contrária, provocando efeitos de incoerência, e assim pode gerar nos leitores a sensação do absurdo⁷.

Nessa literatura, há a presença de ao menos uma figura humana — ou parecida — que dá “o chão” da narrativa. Essa personagem permite que o leitor olhe com seus olhos e tente compreender o mínimo do que ocorre nesse novo universo.

Desse modo, o desafio se faz no encontro do não sentido com o sentido. Alice, na obra de Carroll, é uma criança que vive aventuras em um lugar muito diferente do qual ela está acostumada. Os modos de operar desse lugar não são comuns, são invertidos como em um espelho, e a sensação do absurdo faz, muitas vezes, com que as inversões sejam ignoradas e descartadas na lógica de que não existe uma coerência. A convocação deste texto é para que o leitor permita deslocar seu olhar com Alice, que possa dar uma olhadinha através do espelho e possa perceber novas lógicas do sentido.

Por um trecho, a toca do coelho seguia na horizontal, como um túnel, depois se afundava de repente, tão de repente que Alice não teve um segundo para pensar em parar antes de se ver despencando num poço muito fundo. Ou o poço era muito fundo, ou ela caía muito devagar, porque enquanto caía teve tempo de sobra para olhar à sua volta e imaginar o que iria acontecer em seguida. Primeiro, tentou olhar para baixo e ter uma ideia do que a esperava, mas estava escuro demais para se ver alguma coisa; depois olhou para as paredes do poço, e reparou que estavam forradas de guarda-louças e estantes de livros; aqui e ali, viu mapas e figuras pendurados em pregos⁸.

7 PEREIRA, Conceição. Nonsense em português. In: AREIAS, Laura; PINHEIRO, Luís da Cunha (orgs.). **De Lisboa para o mundo**: ensaios sobre o humor luso-hispânico. Lis-boa: CLEPUL, 2013. p. 129-214.

8 CARROLL, 2015b, p. 11-12.

Estamos em queda livre, como Alice. Olhando em volta e vendo coisas que parecem estar paradas, mas que, paradoxalmente, nos acompanham na queda. Ainda é uma surpresa. Tudo é uma surpresa e nos espanta. É historicamente em queda livre. A queda serve quase como um susto. O chão que pisamos não surgiu do nada e para o nada. Nós o construímos. E os buracos nos lembram que ele nunca está totalmente pronto. Cair no buraco não é dizer que construímos errado, nem certo. Significa dizer que construímos e teremos que continuar a construir. Cair no buraco é desnaturalizar, é ter mais superfície⁹ de contato, é olhar para essa construção, ver nossas práticas, fazer agenciamentos geotemporais. O que temos feito até aqui? Quais são os efeitos disso? A infância nos convida a questionar. A saltar nesse buraco criando mais superfície e vamos caminhando com Alice e pensando a infância.

Nas andanças pelo serviços socioassistenciais tivemos contato com as crianças. Esses serviços, no geral, são destinados às crianças, aos adolescentes e também aos idosos, todas as idades nas quais as falas e as atitudes são consideradas, por vezes, “sem freio”, pois fazem aquilo que desejam e não se importam em quebrar regras de convivência. Isso para a lógica hegemônica de funcionamento operante não é uma maneira adequada de comportamento, não é uma boa maneira de se portar, principalmente no serviço de **convivência**¹⁰.

Nós temos uma política de governo que fundamenta e embasa os serviços socioassistenciais (vamos falar sobre ela no próximo capítulo). Uma política que foi construída por muitas vozes, em meio a muitas lutas para garantir direitos sociais básicos. O que chamamos a atenção é para a palavra construção. Foi uma política construída,

9 Como cair no buraco, nas profundezas pode fazer com que tenhamos ainda mais superfície? Pode parecer confuso, mas vamos tentar aprender durante o texto.

10 Referência ao SCFV, serviço que conhecemos e tivemos muitas vivências com crianças e idosos.

desse modo ela não existiu sempre. Existe uma dimensão histórica das nossas construções. Tendemos por pensar numa lógica evolutiva, em que as coisas linearmente evoluem, e haverá um momento em que tudo chegará ao seu ápice, sem que seja necessário mais o movimento. Mas, se as políticas e as formas a partir das quais mantemos certo modo de vida não são evolutivas nem estão prontas, pois foram construídas, qual é o olhar que os convidamos para apurar? O olhar do involutivo, do devir, do acontecimento. Construímos um mundo e temos diversos tipos de operações muito complexas que sustentam esse mundo.

A proposta aqui é olhar para a experiência infantil, que parece a princípio, em um olhar das alturas¹¹, muito bem estabelecida. Um significado comum. Afinal, de modo generalista, todos sabemos o que é ser criança, não é mesmo? Entendemos que a infância tem de ser protegida e que ela tem uma pureza essencial e enquanto infantil não sabe muito bem o que fala e faz. É o não senso, a desrazão.

A literatura de Carroll é vista como um sonho, e o sonho, como se fosse uma ilusão e não existisse. Mas o que esse modo de tratar a obra de Carroll como infantil diz e atualiza? Os infantis, muitas vezes, tocam mais a superfície, que é o plano das forças, do que os que se dizem adultos. E sempre que esses adultos fazem algo reprovável, isso é tratado depreciativamente como sendo infantil. Não se trata de dizer que ser adulto é ruim e ser criança é bom, nem o contrário. Criança pode ser infantil. E a infantilidade também tem condições de

11 “A imagem do filósofo, tanto popular como científica, parece ter sido fixada pelo platonismo: um ser das ascensões que sai da caverna eleva-se e se purifica na medida em que mais se eleva. Neste ‘psiquismo ascensional’, a moral e a filosofia, o ideal ascético e a ideia do pensamento estabeleceram laços muito estreitos. Deles dependem a imagem popular do filósofo nas nuvens, mas também a imagem científica segundo a qual o céu do filósofo é um céu inteligível que nos distrai menos da terra do que compreende sua lei. Mas nos dois casos tudo se passa em altitude (ainda que fosse a altura da pessoa no céu da lei moral)” (DELEUZE, 2015, p. 131).

dizer coisas. Ou melhor, a infância **não tem condições** para dizer. Condição é aquilo que condiciona, e o que condiciona a fala infantil? Nada. Isso é o não sentido, logo, é a própria produção do sentido. O adulto tem condição, tem condição demais, ou seja, ele está condicionado às regras de convivência. As crianças dizem coisas sem condições, sem condicionalidades. Dizem das suas vidas, do modo como as enxergam, do modo como as experienciam.

Na verdade, elas estão efetivamente criando e construindo mundos. Nós também podemos e fazemos isso, mas estamos cheios de condições. Aqui, falamos do infantil, da infância como criação, e essa possibilidade de criação que não está **dada** apenas à criança. Não é a criança em si, mas a experiência da infância, que pode se dar conosco, com você, com uma criança. É essa experiência que estamos chamando de agenciamento geotemporal, a experiência de queda livre no tempo e no espaço, que nos permite sentir a superfície em toda sua porosidade. Estamos tentando falar aqui exatamente dessa experiência que pode nos transversalizar, passar por nós, não no sentido de atravessar, pois os atravessamentos são os condicionantes. Contudo, como aquilo que de algum modo também nos habita. Somos habitados por isto: criação sem condicionantes.

Alice é uma figura, uma personagem. Ela não é fictícia, mas é inventada¹². Ela não é uma criança nem uma representação de todas. É Alice. Experiência infantil que transita, que equivoca, que olha e olha de novo, que se assusta, que chora, que se coloca em saias justas, que vive, que sonha. Que passa em nós e passa em todas essas vivências.

Diante dela havia outro corredor comprido e o Coelho Branco ainda estava à vista, andando ligeiro por ele. Não havia um segundo a perder; lá se foi Alice como um raio, tendo tempo

12 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Ed 34, 2010.

apenas de ouvi-lo dizer, ao dobrar uma esquina: Por minhas orelhas e bigodes, como está ficando tarde!¹³

O tempo urge como com o Coelho Branco, a sensação é de que chegaremos atrasadas demais, tarde demais. Atrasadas na escrita e atrasadas até mesmo nas vivências que já se passaram dentro do espaço por onde estivemos. Há tantas questões para perguntar e parece que elas chegam atrasadas, parecemos sempre estar atrasadas. Isso parece bem natural. Afinal, o que é mais natural do que uma adulta atrasada? Adultos têm coisas demais para fazer. O bom mesmo é ser criança, não é? Criança **só** brinca, não faz nada. Alice só seguiu o Coelho Branco porque não tinha mais o que fazer.

No entanto, Alice nos ensina a estarmos disponíveis, não de forma naturalizada, como os adultos fazem, mas a estar disponível para se abrir ao novo, à criação. Assim, a escrita atrasada é o modo a partir do qual o pensamento pode emergir: atrasa-se porque tem disponibilidade, tem um debruçar-se, porque nos demoramos; porque antes mesmo da escrita, **há cartografias**. E onde já se viu mapa feito sem demora? Os mapas são feitos depois, este livro foi feito depois; quando escrevemos, já se passou. Entendemos aqui a escrita como uma parte desse processo que fala dos caminhos, da consistência, daquilo que vem depois e que também é necessário e também não é o fim.

A vivência também chega atrasada, depois de já ter se passado. A memória das experiências lhes confere vida, mesmo depois de já terem acontecido. A memória para Bergson (1999) é um fenômeno que “prolonga o passado no presente”¹⁴. “[...] É do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe

13 CARROLL, 2015b, p. 11.

14 BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 247

confere vida”¹⁵. Desse modo, essas memórias ainda acontecem, pois seus efeitos vão fazendo **dobras** no tempo e vão produzindo mundos.

Pensando tardiamente, Alice nos mostrou alguns pontos interessantes. O primeiro é que precisamos nos espantar. Vivemos no tempo *cronos*, que por vezes nos auxilia, ajudando a perceber as formas atuais. Quando perdemos a capacidade de pensar — pensamento enquanto quebra, violência, bifurcação —, podemos facilmente esquecer que em algum momento as formas foram criadas por forças, pois é o pensar que possibilita que enxerguemos os processos nas formas. Pode parecer bem natural que tenhamos prazos para realizar, por exemplo, os prazos acadêmicos, e em nome desses prazos podemos condicionar o processo de escrita, produzindo alguns engessamentos que não nos possibilitem pensar, criar.

A criança não é um futuro, como se ela fosse existir de fato quando fosse adulto. Ela é. E o que importa são os caminhos que ela trilha até essa constituição enquanto adulto. Na lógica do produto, o que importa é o resultado final, o que está pronto. Quando se está pronto é que se leva em consideração. Mas por acaso o adulto está pronto? Ora, claro que não. Isso não é plenamente possível, se está pronto em um momento e logo depois não se está. Ninguém está pronto, estamos em vias de se fazer, num jogo em que nem vamos fazer nem já fizemos, estamos fazendo. É um processo, e se estamos nos fazendo, estamos produzindo sentidos.

O que pretendemos contar nesta *PARTE 1* é o processo de pesquisa que nos fez “cair” nos diários de campo produzidos ao longo de nosso acompanhamento dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Propusemos nos debruçar sobre eles para pensar o que a criança equivocava.

As experiências já passaram, mas continuamos “caindo”, por isso chegamos atrasadas. Embora o campo já tenha caído, pois ele está em outra temporalidade, nós continuamos a cair, olhando para os

15 BERGSON, 1999, p. 179.

diários como Alice olha para o buraco: olhá-los e cair devagar, olhá-los e perceber as pistas que a infância foi deixando para equivocar as condicionalidades que são colocadas a todo o tempo em nossas vidas. Fazemos isso com Alice, essa personagem da experiência, da potência do risco, que nos faz transitar entre o atual e o virtual¹⁶ e que possibilita que possamos dar conta de parte desse processo de formação.

16 “O plano de imanência compreende a um só tempo o virtual e sua atualização, sem que possa haver aí limite assimilável entre os dois. O atual é o complemento ou o produto, o objeto da atualização, mas esta não tem por sujeito senão o virtual. A atualização pertence ao virtual. A atualização do virtual é a singularidade, ao passo que o próprio atual é a individualidade constituída. O atual cai para fora do plano como fruto, ao passo que a atualização o reporta ao plano como àquilo que reconverte o objeto em sujeito” (DELEUZE; PAR-NET, 1998, p. 122).

Capítulo 2

Política de Assistência Social e suas implicações

Agora precisamos conversar com você acerca do funcionamento das políticas da Assistência Social, falar um pouco da sua constituição na história e pensar quais foram suas implicações, quais práticas temos atualizado hoje, principalmente no que se refere aos serviços direcionados à infância.

As práticas da Assistência Social foram e são marcadas historicamente pelo caráter caritativo advindo da ideia da boa vontade, do voluntarismo e da caridade religiosa. Ao analisarmos o surgimento da Assistência Social como política “pública”, vemo-la associada a uma biopolítica que amplia o saber médico-psiquiátrico ao contexto extra-asilar, por meio de estratégias de regulamentação da vida. Pela garantia do bem-estar da população, as políticas de assistência justificam o esquadramento da população pobre.

Falamos, então, de práticas normalizadoras do modo de vida social e de jogos de verdade que as envolvem. Tais jogos dão luz às noções de risco e periculosidade e configuram o “trabalho social”, que passou a ser de responsabilidade do Estado. Em nome da prevenção e

da proteção ao risco estabelecem-se práticas de governo que se encontram vinculadas à Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹⁷, instaurada em 2004. Foi por meio da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social passou a fazer parte de uma política de seguridade social, que busca “assegurar” os direitos sociais, direcionados a partir de 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

A PNAS — que tem sua centralidade de ação na família — visa a garantir a segurança e a proteção social das famílias, bem como a acolhida e o direito de convívio/vivência familiar. Em sua dimensão ética, a PNAS busca assegurar a inclusão, em programas e serviços socioassistenciais, de sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social; concebe a situação de exclusão social não como algo individual, mas como uma problemática coletiva, na qual toda a sociedade brasileira é corresponsável. Busca, em sua efetivação, garantir a proteção social para quem dela necessitar.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas¹⁸.

Entre as normativas norteadoras do trabalho na Assistência Social, temos a PNAS e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar

17 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília (DF), novembro de 2005.

18 BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. **DOU**, Brasília, dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 25 mar. 2019. s/p.

e Comunitária¹⁹. A PNAS é fundamental por definir e apresentar diretrizes para a efetivação do Suas.

Nos citados documentos, que referenciam a política de Assistência Social, o termo *vinculação* é muito mencionado e, na maioria das vezes, se refere aos vínculos familiares e comunitários. Ao discorrer sobre as transformações na sociedade contemporânea, que culminaram também em mudanças familiares, com rearranjos dos mais diversos, o documento afirma que foram desencadeados processos relacionados à fragilização dos vínculos familiares e comunitários, e assim as famílias se tornaram mais vulneráveis.

Desse modo, a assistência social vai pautar suas intervenções no fortalecimento desses vínculos, ditos fragilizados. Então, o alvo dessa política pública são pessoas que estão em situação de risco e vulnerabilidade, entres estes “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculo de afetividade, pertencimento e sociabilidade [...]”²⁰.

A Assistência Social é gerida em níveis de proteção social (Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial), característica relevante, já que esses níveis de proteção são estabelecidos a partir da vinculação familiar e comunitária dos usuários dos serviços. A proteção social básica tem o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários com serviços centrados nas famílias. As pessoas atendidas nesse nível de atenção, segundo a PNAS, são pessoas em situação de vulnerabilidade social, provocadas pela situação da pobreza, por privação ou decorrente da fragilização de vínculos afetivos²¹.

O principal equipamento que trabalha nesse direcionamento é o Cras, comumente chamado de “porta de entrada” da Assistência

19 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006.

20 BRASIL, 2005, p. 33.

21 BRASIL, 2005.

Social, pois é por meio dele que a maioria das famílias acessa o Suas. O SCFV, no qual permanecemos durante um ano e meio, pode ser efetivado dentro dos Cras ou nos centros de convivência por meio de programas conveniados com as prefeituras. Em Cariacica-ES, o serviço é oferecido dentro do Cras e seu objetivo é de complementar o trabalho social com as famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (Paif). Este tem como proposta a efetivação de um trabalho continuado que visa ao fortalecimento e à prevenção dos vínculos familiares e comunitários, buscando contribuir para uma melhor qualidade de vida dos usuários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais²².

A Proteção Social Especial é destinada a famílias nas quais algum membro (ou mais de um membro) familiar teve seus direitos violados. Entre os serviços oferecidos nesse nível de atenção, no que se refere à proteção social de alta complexidade para crianças e adolescentes, têm-se os espaços de abrigamento (Serviço de Acolhimento Institucional), acolhimento em família extensa (parentes consanguíneos que assumem a guarda) e acolhimento em família acolhedora (famílias cadastradas no município no Programa Família Acolhedora, que recebem temporariamente crianças afastadas de suas famílias de origem), que recebem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e que tiveram seus vínculos familiares e comunitários temporariamente rompidos, necessitando, portanto, para sua proteção e segurança, serem acolhidas nesses espaços. O Acolhimento Institucional também foi uma dimensão do serviço

22 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional da Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 22 nov. 2017.

que pudemos acompanhar por quase dois anos, em três diferentes espaços dentro da cidade de Vitória-ES.

Assim, a família é ponto central da Política de Assistência Social, assim como de diversas outras leis e políticas públicas que se efetivavam tendo as famílias como “base” da sociedade.

Segundo Ayres²³, no fim do século XIX e início do século XX, passam a vigorar no Brasil medidas de caráter higienista, que focavam na figura do “menor”. Nesse contexto, surge a Psiquiatria como autoridade capaz de definir a melhor maneira de se tratar os sujeitos desviantes do padrão hegemônico estabelecido (família burguesa), dando espaço para a construção de uma figura paterna ligada ao trabalho e à autoridade, e a uma figura materna que deveria ser responsável pelo cuidado e pela educação dos filhos.

A medicina exercia seus saberes de formas distintas, a saber, de acordo com a classe econômica na qual a família se inseria. Nas famílias abastadas, o médico se caracterizava como alguém que aconselhava e enaltecia a capacidade dos pais, de modo que os comportamentos eram moldados para que se desenvolvessem práticas consideradas recomendáveis. Já nas classes mais baixas essas características se distanciavam, pois, segundo Donzelot²⁴, os modos de vida adaptados para o enfrentamento da pobreza eram desprezados pelos médicos que, com seu saber, impunham a maneira “certa” de se criar filhos.

Há a emergência de discursos que visam à conservação das crianças, que têm por objetivo, nas famílias burguesas, eliminar as influências dos criados sobre a educação das crianças, pois acreditavam que todos os malefícios vinham das nutrizes pobres, encarregadas desses cuidados, e a medicina passa a entregar essas tarefas à mãe.

23 AYRES, Lygia Santa Maria. Naturalizando-se a perda do vínculo familiar... In: NASCIMENTO, M. L. (Org.) **PIVETES**: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto, 2002. pp. 110-127.

24 DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

Daí emergem novos modos de concepção de família, pois a mãe com a figura do médico vai protagonizar o cuidado das crianças. Antes da metade do século XVIII, não havia interesse nas crianças e nas mulheres, que eram vistas como máquinas de reprodução e tinham sua própria sabedoria para lidar com suas questões, entendidas na sociedade como de menor valor e assuntos de “comadres”. Quando a medicina se apossa desse saber, há a deslegitimação dos saberes populares para sua ascensão.

Nas camadas populares, a medicina vai agir de outro modo. Enquanto há a difusão de literatura médica que vai ensinar como cuidar dos filhos e constituir a aliança entre médico e mãe na burguesia, na família pobre há a tentativa de impedir que as crianças sejam abandonadas em hospícios para menores, de controle das uniões, e de impedir que ocorra a vagabundagem dos indivíduos, principalmente das crianças. “Em tudo isso não se trata mais de assegurar proteções discretas, mas sim, de estabelecer vigilâncias diretas”²⁵.

A família burguesa constituiu-se através de um retraimento tático de seus membros com o objetivo de recalcar ou controlar um inimigo do interior: os serviçais. Através dessa coesão ela se atribui um excesso de poder que a eleva socialmente, permitindo-lhe retornar ao campo social com mais força, para aí exercer diversos controles e patrocínios. A aliança com o médico reforça o poder interno da mulher e mediatiza o poder externo da família. Ao passo que a família popular se amolda a partir de uma redução de cada um de seus membros aos outros, numa relação circular de vigilância contra as tentações do exterior, o cabaré, a rua, Ela realiza suas novas tarefas educativas às custas de uma perda de sua coextensividade com o campo social de uma separação de tudo aquilo que a situava num campo de forças exteriores, Isolada, ela se expõe, doravante, à vigilância de seus desvios²⁶.

25 DONZELOT, 1980, p. 24.

26 DONZELOT, 1980, p. 43.

Desse modo, na infância também teremos dois modos de ação distintos: a liberação protegida e a liberdade vigiada. A primeira se trata das crianças de famílias burguesas para as quais se delimita um cordão sanitário em seu entorno onde elas possam se desenvolver incentivadas por toda sorte de psicopedagogias que exercem uma vigilância discreta.

Na infância pobre, o que está em jogo é o excesso de liberdade. As intervenções vêm por meio das tentativas de limitar essa liberdade, fazendo com que essas crianças sejam levadas a lugares de vigilância mais severos²⁷.

Ao final do século XIX, surgem diversas profissões que vão se voltar para o trabalho social: assistentes sociais, educadores especializados, orientadores etc. Esse tipo de trabalho não se localiza em um equipamento apenas, ele se estende a partir de aparelhos jurídicos, assistenciais e educativos já existentes e que têm seu foco de intervenção nas classes menos favorecidas economicamente. Dentro dessas camadas sociais, a intervenção tem como alvo primeiro a patologia da infância, que pode se dar de dois modos: a infância em perigo e a infância perigosa. A primeira é a que não teve o benefício de receber a educação que era almejada (burguesa) e a segunda é a infância delinquente²⁸.

Para justificar as intervenções, vale-se de dados estatísticos sobre a delinquência, sobre os delitos cometidos pelos menores.

Nesse primeiro estrato, o saber criminológico se debruça, detecta no passado dos menores delinquentes, na organização de suas famílias, os signos que possuem em comum, os invariantes de suas situações, os pródromos de suas más ações. Graças ao quê, pode-se estabelecer o perfil padrão do futuro delinquente: o pré-delinquente, essa criança em perigo de se tornar perigosa. Sobre

27 DONZELOT, 1980.

28 DONZELOT, 1980.

ele se instaurará uma infra-estrutura de prevenção, iniciando-se uma ação educativa que possa, oportunamente, retê-lo aquém do delito. Objeto de intervenção ele será, ao mesmo tempo, e por sua vez, objeto de saber. Estudar-se-á com refinamento o clima familiar, o contexto social que faz com que determinada criança se transforme numa criança “de risco”. O repertório desses indícios permite recobrir todas as formas de desadaptação a fim de construir um segundo círculo da prevenção. Partindo de uma vontade de reduzir o recurso ao judiciário, ao penal, o trabalho social se apoiará num saber psiquiátrico, sociológico, psicanalítico, para antecipar o drama, a ação policial, substituindo o braço secular da lei pela mão estendida do educador. [...] A substituição do judiciário pelo educativo pode ser vista, igualmente, como extensão do judiciário, aperfeiçoamento de seus procedimentos, ramificação infinita de seus poderes²⁹.

Pensando a questão do perigo, que fomenta diversos tipos de intervenções nas vidas dos indivíduos considerados perigosos, trazemos para a conversa Foucault³⁰, que analisa os jogos de forças que vão sendo operados no tecido social a partir do século XVII e os descreve como poder disciplinar.

A disciplina emerge em meio ao advento dos processos industriais, investindo sua ação nos corpos dos indivíduos, visando à sua disciplinarização para torná-los úteis e dóceis ao capital. Foucault usará o termo “perigoso” como analisador dessa sociedade disciplinar, ou seja, a ideia de perigo social é a condição de possibilidade de emergência da norma, que definirá o que é normal e o que não é.

Seguindo a trajetória do pensamento foucaultiano, no final do século XVIII, a noção de risco vai se conjugar à ideia de perigo. Com

29 DONZELOT, 1980, p. 81.

30 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis. Vozes. 2002.

isso, a disciplina se alia à Biopolítica, que, a partir do estudo da população por meio de estatísticas que estabelecem uma curva “normal”, regulamenta e regula, por meio da suposta naturalidade da sociedade, o que é normal e o que é anormal. Tudo o que escapa do normal será considerado perigoso e aquilo que está em vias de escapar ou que não está previsto na curva normal se configurará como um risco. Este está atrelado então à ideia de controle, pois o risco não é aquilo que aconteceu, é aquilo que pode acontecer. Daí, várias instituições, que Foucault denomina como instituições de sequestro, vão surgir em função da ideia do indivíduo que é um potencial perigo, é um risco, e vão buscar controlá-los para que essa virtualidade seja controlada.

Nas experiências junto às crianças do Acolhimento era comum que chegassem da escola bilhetes sobre o mau comportamento das crianças. Quando íamos conversar com as crianças, elas diziam que eram chacota por morarem em abrigo, e quando conversávamos com os profissionais a justificativa que davam sobre o mau comportamento era devido às condições que elas se encontravam: abrigadas. Serem crianças que moravam em abrigo justificava qualquer atitude que elas tomavam na escola, mesmo que essa atitude pudesse ocorrer com qualquer criança, abrigada ou não. Mas, para estas, o abrigo era o grande vilão, pois o movimento era: moram em abrigo, pois não têm uma “família estruturada”, então por consequência não foram bem educadas e são péssimas cidadãs, todos os seus atos eram julgados a partir disso. (Diário de Campo, abril de 2014)

A extensão do SCFV na vida das crianças, como no trecho trazido do diário de campo, e também a rotulação que atribui valor inferior às crianças vindas de abrigo dizem desse controle sobre as camadas pobres, população em risco e vulnerabilidade.

O que se coloca como questão é o modo como, em nome da proteção, as crianças são expostas a diversos tipos de práticas que

buscam limitá-las em sua potencialidade, atribuindo a elas próprias a ideia de RISCO. Aqui há uma inversão. O risco não é a situação em que está a criança (como é trazido na política de governo), mas a própria criança, que, livre, pode tornar-se um delinquente ou tornar-se qualquer outra coisa. Assim, o controle e a vigilância se exercem de forma imponente para que sua virtualidade seja governada.

Pensando nas aventuras vividas por Alice, podemos olhar e perceber o absurdo das situações às quais a menina é exposta. O perigo parece sempre iminente, o risco está sempre presente. Contudo, o não sentido marca suas aventuras e nos desloca da lógica fatalista e previsível. Caminhar com Alice é abrir mão de dizer da forma final, é abrir mão da lógica da periculosidade, que tem servido para a paralisação da potência de criação que a infância anuncia.

Capítulo 3

Nós estávamos tranquilas

Parece que era esse o estado em que nos encontrávamos, antes de começar tudo. Quem é que não gosta de tranquilidade? Usamos a tranquilidade para descrever estados de espírito equilibrados, em paz, algo que não queremos que se altere, afinal de contas: não é boa a sensação de estar em paz, sem conflitos?

Alice, uma mocinha conhecida por muitos por ir ao País das Maravilhas, nos ajudou a perceber certos estados (e até a transformá-los) e viveu essa jornada conosco. Queríamos que vocês soubessem que Alice disse que o País das Maravilhas recebeu esse nome equivocadamente. Não porque ele não seja maravilhoso, mas o sentido de maravilhoso que andam colocando por aqui não tem nada a ver com esse país. Como dissemos: nós estávamos tranquilas. Não imagine que a tranquilidade e o equilíbrio sejam maravilhosos. Não neste país. Não neste livro.

Inventando o tempo todo, nada permanece igual. Inventar tem a ver com o País das Maravilhas, inventar é que é maravilhoso. Bem coisa de criança mesmo, sabe? Caso não saiba (não é obrigatório que você saiba, longe disso) convidamos você a descobrir, a inventar, como Alice no país da invenção nos ajudou.

Alice estava começando a ficar muito cansada de estar sentada ao lado da irmã na ribanceira, e de não ter nada para fazer; [...] Assim, refletia com seus botões (tanto quanto podia, porque o calor a fazia sentir sonolenta e burra) se o prazer de fazer uma guirlanda de margaridas valeria o esforço de se levantar e colher as flores³¹.

A tranquilidade de Alice sentada na ribanceira não a fazia inventiva, ela ainda pensava se valia mesmo a pena se levantar para colher flores. Ela estava mesmo tão entediada que até mesmo buscar margaridas (que são realmente lindas) não tinha nenhuma graça. Pensando dessa forma, o equilíbrio pode não parecer tão promissor assim, ele enche os dias de mesmice, de tédio, tirando o sentido e a beleza da feitura de novas guirlandas e o apreço por ver um riacho que corre com águas sempre novas e fresquinhas.

Nós estávamos tranquilas.

Quando de repente um Coelho Branco de olhos cor-de-rosa passou correndo por ela”.

Um Coelho? Não soa tão estranho... até Alice concordou:

Não havia nada de tão extraordinário nisso.

-Ai ai! Ai ai! Vou chegar atrasado demais!

Espera...UM COELHO DISSE ISSO?

Viu o Coelho tirar um relógio do bolso do colete e olhar as horas, e depois sair em disparada, Alice se levantou num pulo, porque constatou subitamente que nunca tinha visto antes um coelho com bolso de colete, nem com relógio para tirar de lá³².

Oh, isso definitivamente soa estranhíssimo. Em uma vida “normal” e “equilibrada”, esse acontecimento está totalmente fora do

31 CARROLL, 2015b, p. 13.

32 CARROLL, 2015b, p. 13.

padrão. Talvez seria melhor deixar esse coelho para lá, forçar um pouco a vista e constatar que foi fruto da imaginação de Alice. Coelhos de coleta? E que falam? Não acho que seja algo a ser considerado.

Este livro necessita de algo mais real, não acham? Talvez coelhos de coletes, e ainda por cima falantes, não sejam sobre o que vocês precisam ler. Que tal nos voltarmos para a psicologia. A maioria a considera uma profissão respeitada. Que trabalha com a mente e o comportamento do ser humano e o auxilia em seus sofrimentos. Sim, é bem melhor falar de psicologia, afinal de contas, nós somos psicólogas.

Quando entramos no curso de Psicologia, nós estávamos tranquilas.

Diziam, e ainda dizem muito: “acho a psicologia encantadora, acho que levo jeito pra isso. Sou muito de ajudar as pessoas, com certeza me daria bem”. Movida por esses pensamentos, nos lançamos, ou melhor, demos uma conferida sobre essa profissão tão “encantadora”.

Iniciar essa jornada foi estar à beira do riacho, sentadas, entediadas e tentando decidir se iríamos nos mover para realizar alguma coisa (seja lá o que fosse). Fazemos coro a esse momento de Alice que era também o nosso. Não parecia tão encantador como tinham dito. Na verdade, não era nada encantador.

Nos primeiros períodos do curso, aprendemos algumas metodologias que não convocaram à turma a realizar pesquisas. Mas mesmo assim, nesse mesmo tempo, iniciamos nossa participação no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Juventude dentro da política de assistência social — Rede de Atenção à Infância e Juventude (Raij). Uma colega de turma disse: *“Eu não acredito em pesquisa, acho que não deveríamos fazer isso”*. Diante das aulas que tínhamos de metodologia de pesquisa, a constatação da colega nos pareceu muito pertinente.

As metodologias pareciam não colocar questão, pois já estavam prontas. Deleuze e Parnet³³ vão dizer que:

33 DELEUZE; PARNET, 1998, p. 2.

As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução.

A maioria das metodologias e dos modos de usá-las que tínhamos visto até ali não abria espaço para fabricarmos nossas questões. Colocar as questões prontas não fazia com que houvesse movimentação de saída do tédio, da tranquilidade.

Contudo, coelhas de relógio de bolso passaram correndo por nós. Coelhas? Mas de novo essa história de coelhos, coelhas.

Foi um susto, e aconteceu conosco, por isso podemos contar. Alice não estava errada, isso aconteceu mesmo. As coelhas passaram correndo e nos movimentaram, nos espantaram e despertaram em nós o desejo de acompanhá-las. O modo como olhavam o campo e a pesquisa era diferente, era como se a paisagem tivesse mudado, mesmo estando no mesmo lugar.

Queremos deixar registrado que esse encontro ou essa perseguição não foi nem um pouco tranquila. A beleza saltava aos olhos ao mesmo tempo que os machucava. Eram solavancos atrás de solavancos. Cair no buraco não é muito confortável.

Falamos sobre as contribuições de Alice neste texto, mas conhecemos Alice por meio das coelhas, porque queríamos saber por que “cargas d’água” coelhas estavam apressadas, com seus relógios de bolso, trabalhando em um grupo de pesquisa e extensão universitária.

Ao segui-las com um olhar curioso, mas ainda cético, tivemos a oportunidade de olhar por algumas lentes, vislumbrar alguns caminhos, que apontavam para modos de saber-fazer bem distintos do que já havíamos visto até ali. Uma das questões que tivemos que nos a ver, logo no início, com as coelhas foram as relacionadas ao pesquisar.

Bom, o que aconteceu conosco foi que estivemos caindo no buraco nesses anos de pesquisa e extensão. O Projeto Raij foi a condição de possibilidade de deixar o tédio, a tranquilidade. Foram anos de grupo, mas principalmente foram anos de intensidade de quedas. E daí, as intensidades não pararam, nos trazendo até a produção deste livro.

Deleuze disse, em uma entrevista dada a Claire Parnet: “garanto que, quando leio um livro que acho bonito, ou quando ouço uma música que acho bonita, tenho a sensação de passar por emoções que nenhuma viagem me permitiu conhecer”³⁴.

Os encontros com o grupo do Raij foram assim, foi como num susto e tudo começou a mudar, eram sensações desconhecidas que nos habitavam, que nos faziam querer conhecer, querer estar caindo no buraco mesmo no desconforto. Eram conversas, leituras, piadas, broncas, alívios, sustos que nos constituíam outras. Falávamos sobre crianças, riscos, afetividade, vínculo, produção de discursos, vida, morte, controle, biopolítica, encontros, loucura, trabalho, sofrimento, pobreza, tecnologias, diários, força, poder, subjetividade, subjetivação, processos, formação.

Foram tantos encontros, tantas intensidades, que aquele grupo *dura*, ainda que a Raij tenha finalizado seus trabalhos. É tudo *presente*, porque é muito, não só de quantidade, mas de intensidade daqueles encontros e suas afetações experienciadas por todos nós do projeto que compomos e trazemos conosco para vida.

Depois de algum tempo pesquisando, na companhia fugidia das coelhas, as questões que envolviam os vínculos feitos pelas crianças,

34 DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. O abecedário de Gilles Deleuze: Transcrição in-tegral do vídeo, para fins puramente didáticos. **Escola Nômade**, São Paulo, 2010. p. 77.

pelos adolescentes e pelos trabalhadores de alguns Acolhimentos Institucionais de Vitória-ES, pudemos pensar melhor naquela fala da colega que emergiu como dispositivo³⁵ de análise, e que muito tempo depois ainda reverbera de modo a pensar em qual tipo de pesquisa desejamos fazer.

A fala da colega coloca alguns problemas³⁶ fundamentais para pensar pesquisa: existe uma única forma de se fazer pesquisa? Existe uma forma hegemônica de pesquisar? Quais eram as perspectivas metodológicas que as pesquisas que estudávamos lançavam mão? Existem metodologias que possam nos trazer o desejo e o prazer de conhecer? Com o grupo de pesquisa e com os atores³⁷ que compuseram o campo da Assistência Social, pudemos conhecer e usar ferramentas metodológicas que hoje nos compõem e nos impulsionam a nos comprometermos com outra postura como pesquisadoras.

Como exemplo, comumente se concebe o percurso da história da humanidade de forma hegemônica, linear e evolutiva. Os

35 Um dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 244).

36 Aqui usamos o problema não como um entrave, como uma dificuldade, mas como um modo de colocar questões, de problematizar, de pensar. É a fabricação de questões.

37 O ator não é a fonte da ação, mas o alvo de um conjunto de entidades que se digladiam fazendo-o agir, fazendo com que ele se torne ator. Assim, a ação na rede é assumida pelos atores agentes na rede. No fim, não se sabe quem faz o quê, ou que entidade aciona a outra entidade (LATOUR, 2012). Segundo Gonzales e Baum (2013, p. 152): “A rede só existe com todas estas entidades se debatendo em controvérsias e ações. São tão heterogêneas quanto os repertórios utilizados para relatar suas ações”.

acontecimentos históricos são vistos como fatos objetivos e neutros. Assim, o mundo tal qual conhecemos hoje, com suas instituições e modos de operação, aparece como formas estáticas e naturalizadas.

Baremblytt³⁸ faz a distinção entre a historiografia e a história. A primeira trata de registros de fatos históricos encontrados em arquivos que são publicitados de acordo com os interesses das classes dominantes e do Estado, se pretendendo neutra e objetiva, mas que podemos pensar a partir de certo modo que privilegia os interesses dos dominantes.

A história, por sua vez, se caracteriza como um processo de conhecimento que aspira pela reconstrução dos acontecimentos ao longo do tempo, assumindo que toda reconstrução parte de um olhar e esse olhar por sua vez não é neutro, pois existem jogos de interesses em curso e alguns se sobressairão sobre os outros.

Assim, nenhuma história é linear nem homogênea, uma vez que trata de forças em luta, que fazem emergir uma perspectiva histórica. Desse modo, entendemos que não existe *A História*, mas *as histórias*. Uma são contadas e acabam por ser entendidas como únicas e outras não são contadas, e quando são, têm pouca visibilidade ou são entendidas como menos importantes. Queremos falar das menos importantes, essas são bem mais interessantes.

Partindo desse sentido de história, Deleuze e Guattari³⁹ falam de grandes cortes na história que influenciaram irreparavelmente a história do pensamento. Esses cortes foram irreparáveis, pois após o seu acontecimento não havia possibilidade de retorno ao que se pensava anteriormente.

Essas mudanças na história do pensamento ocorrem não por uma noção de evolução do pensamento, mas como rupturas, pois entendemos aqui que não há linearidade, como antes dito.

38 BAREMBLYTT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

39 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

As maneiras de concepção do que é verdadeiro e as maneiras de alcançar a verdade foram se modificando ao longo da história. No mundo antigo, influenciado pelo pensamento platônico, na compreensão do mundo havia o entendimento de que todas as coisas tinham uma verdade e que cabia ao homem descobri-la⁴⁰. Essa lógica, em que supostamente as verdades se encontram no mundo, começa a ruir com o exercício da suspeita.

Descartes lança a ideia de representação do mundo, na qual a proximidade da verdade sempre está na dúvida. A dúvida passa a ser o novo método. Assim, a lógica matemática dita o critério da verdade, pois quanto mais se reduz mais se universaliza e assim mais perto da verdade se está. É inaugurada a ideia da consciência, pois agora não se pensa que a verdade é apenas uma ação de reconhecimento passivo da essência (mito da caverna⁴¹), mas é uma ação (desejo) da própria dúvida que se dá na consciência.

Para alcançar essa verdade, por meio do exercício da dúvida, é preciso pensar. Em Descartes, não pensar é perder a razão, então tudo o que se considera além da consciência ou da racionalidade é um tropeço, um impedimento para se chegar à verdade, e esse tropeço é categorizado como loucura. Obviamente, os cortes que ocorreram na história não são lineares nem anulam os modos de pensar anteriores. “Os conceitos cartesianos não podem ser avaliados a não ser em função dos problemas aos quais eles respondem e do plano sobre o qual eles ocorrem”⁴².

40 ARAÚJO, André Vinícius Nascimento. Reversão do platonismo como possibilidade de abertura para uma linhagem imanentista de pensamento em Gilles Deleuze. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 86-104, 2015.

41 O Mito da Caverna (PLATÃO, 2001), também chamado de Alegoria da caverna, foi escrito pelo filósofo Platão e consta na obra intitulada “República”. O mito é a exemplificação da maneira na qual podemos nos libertar da condição de escuridão, que nos aprisiona, através da luz da verdade.

42 DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 36.

A ação Psi precisa superar as profundezas das representações e trazer tudo à superfície. As questões da mão esquerda⁴³ não têm condições de serem pensadas usando decalques, pois deixam de lado sua multiplicidade. Aqui falamos de um sentido que se coloca não na lógica cartesiana, mas um sentido de outra ordem, da ordem da multiplicidade, e por isso novos conceitos precisam ser criados.

Certamente, os novos conceitos devem estar em relação com problemas que são nossos, com nossa história e sobretudo com nossos devires [...] Se um conceito é “melhor” que o precedente, é porque ele faz ouvir novas variações e ressonâncias desconhecidas, opera recortes insólitos, suscita Acontecimentos que nos sobrevoa⁴⁴.

É importante, também, dar passagem a esses conceitos, e isso não é fácil. Por mais que as perguntas surjam, que os acontecimentos não cessem de acontecer, que as perguntas estejam praticamente nos engolindo de tão na cara que estão, é muito forte o modo de pensamento aprendido antes. Há o desejo de retorno ao estado inicial, de

43 No livro “Suicídio e Alma” de James Hillman (1993), é utilizado o conceito da mão direita e da mão esquerda. A primeira diz respeito aos aconselhamentos conscientes, à adaptação à ordem social vigente, enquanto a esquerda significa a própria análise, que revela um homem que pode se dar ao seu aspecto canhoto e sinistro, que pode cometer atos considerados loucos. Apropriamo-nos aqui desse conceito não enquanto representação, mas para dizer do manejo da mão esquerda, que foi considerada historicamente a mão errada, a mão sinistra, a mão não principal, a mão não normal. Tudo em nosso modo de vida está a favor da mão direita em detrimento da esquerda. Mas a mão esquerda nos habita, mesmo que a mão direita queira dominar. As questões sinistras, que nos compõe e que emergem a todo o tempo precisam encontrar passagem, o coelho de coleite, as questões que nos tiram da tranquilidade são as questões que a mão sinistra coloca para nós e que não cessam de emergir nos agenciamentos que fazemos.

44 DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 36.

tranquilidade, e este se coloca enquanto fuga, já que as questões que surgem são “demais” para esse plano. Exige um esforço para que o pensamento (que não é uma mera reflexão) possa passar, exige quebras, desvios doloridos, mas necessários para que essas perguntas sejam eticamente colocadas e pensadas.

E as respostas? Bom, elas se alteram, não vêm cartilhadas, exatamente porque são inventadas.

Mesmo com outras viradas na história do pensamento, a forma cartesiana se atualiza ainda hoje tendo grande influência no pensamento moderno e, por consequência, também nos modos de se pesquisar. Algumas metodologias de pesquisa bebem dessa fonte e delimitam algumas suposições gerais que entendem (1) a realidade como uma forma estática, dada *a priori*, sendo o pesquisador aquele que descobrirá essa realidade; (2) que o real é delimitado, definido e determinado; (3) que a realidade é uma só, linear, e o mundo só pode ser conhecido de uma forma, pois permanece o mesmo⁴⁵.

Fechar-se apenas nessa perspectiva é correr sério risco de perdemos partes preciosas dos processos do conhecer, perdemos de vista exatamente aquilo que escapa do enquadramento, da moldura efetivada pelo “recorte” da pesquisa, aquilo que está por se fazer, que está em feitura e que tem possibilidade de quebrar com as formas cristalizadas, com as molduras.

Diante disso, nos colocamos a pensar: a princípio, não temos inclinações pelas visões de mundo estáticas e prontas, não queremos fazer pesquisa guiada por um método engessado e que produz questões que já estão respondidas. Então, quais são os caminhos que nos atrevamos a percorrer? A quebra com a concepção de uma história homogênea e com um mundo estático nos força a buscar novas formas de pesquisar, e a pensar as políticas de pesquisa.

45 MORAES, Marcia. Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia.; KASTRUP, Virgínia. **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

Com diversos autores e atores, como Deleuze, Guattari, Foucault, Rolnik, Latour, as crianças do SCFV, as crianças do Acolhimento Institucional, os professores, os colegas, e, claro, com o grupo de pesquisa, as coelhas, o sorriso sem gato, a tartaruga falsa etc., vamos construindo um modo de pensar e fazer pesquisa que se distancia da higienização, da neutralidade, da previsibilidade, do controle, no qual se localiza um modo hegemônico de pesquisa, pois a vida cotidiana, bem como a pesquisa, não acontece de forma fechada, enclausurada: os discursos e as ações sempre encontram jeitos de escapar, ainda que se tente a todo o momento — por meio das instituições e suas reproduções — cristalizá-los.

Segundo Deleuze⁴⁶, o pensamento é raro, e não está ligado à lógica racional, na qual se pensa por meio da razão. Como já vimos, o pensamento acontece por meio de choques, golpes bruscos na realidade, forças que deslocam.

O pensamento, desta perspectiva, não é fruto da vontade de um sujeito já dado que quer conhecer um objeto já dado, descobrir sua verdade, ou adquirir o saber onde jaz essa verdade. O pensamento é fruto da violência de uma diferença posta em circuito, e é por meio do que ele cria que nascem, tanto verdades quanto sujeitos e objetos⁴⁷.

Trabalhar nessa lógica do pensamento, na qual nos deixamos violentar pelas marcas vivas que carregamos ao longo desse percurso, é custoso e muito difícil. Difícil não porque essa lógica é o ápice da ciência/filosofia, o qual só os mais inteligentes vão acessar. Muito pelo contrário, pois nessa lógica de pensamento a “inteligência vêm sempre depois”⁴⁸.

46 DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

47 ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estética/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, set./fev. 1993. p. 5.

48 ROLNIK, 1993, p. 5.

O Chapeleiro arregalou os olhos ao ouvir isso, mas tudo o que disse foi: “Por que um corvo se parece com uma escrivainha?” “Muito bem, vamos nos divertir agora!” pensou Alice. “Estou feliz que eles tenham começado a propor adivinhações! Acho que posso decifrar esta!” acrescentou em voz alta.

“Quer dizer que você pensa que pode encontrar uma resposta para isso?” indagou a Lebre de Março.

“Exatamente”, respondeu Alice.

“Então você deve dizer o que pensa”, continuou a Lebre de Março.

“Eu digo o que penso”, Alice apressou-se em dizer, “ou, pelo menos... pelo menos eu penso o que digo... é a mesma coisa, não é?”

“Não é a mesma coisa de jeito nenhum!” interveio o Chapeleiro.

“Ora, assim você afirmaria que ‘vejo o que como’ é a mesma coisa que ‘como o que vejo!’”

“Assim você afirmaria”, acrescentou a Lebre de Março, “que ‘gosto daquilo que tenho’ é a mesma coisa que ‘tenho aquilo de que gosto!’” [...].

“Você já decifrou a adivinhação?” perguntou o Chapeleiro, voltando-se outra vez para Alice.

“Não, desisto”, respondeu Alice. “Qual é a resposta?”

“Não faço a mínima idéia”, disse o Chapeleiro.

“Nem eu”, disse a Lebre de Março.

Alice suspirou enfadada. “Acho que você deveria aproveitar melhor o tempo”, disse ela, “em vez de gastá-lo com adivinhações sem resposta.”⁴⁹

As questões metodológicas nos soam como as do Chapeleiro: “qual é a semelhança entre o corvo e a escrivainha?” Alice busca, a partir da lógica (platônica/cartesiana), pensar em tudo o que pode parecer semelhante entre o corvo e a escrivainha, enquanto um diálogo sem muito sentido (para ela) vai acontecendo. Ela conclui muito

49 CAROLL, 2015b, p. 64-66.

rapidamente que não sabe e pede pela resposta. O Chapeleiro não a tem, e isso a irrita profundamente.

É difícil se deslocar da lógica cartesiana, é difícil, inclusive, escrever sobre. É um exercício que não acaba. Ora é possível abrir questões sobre a semelhança entre o corvo e a escrivainha, ora nos prendemos em querer a resposta verdadeira para essa questão. No caminho de pesquisa que trilhamos, não se garante nada de início, e sem essa garantia pode parecer, a princípio, que não existe um método, nem uma ética, mas não é bem assim.

Bom, qual é o esforço aqui? Dizer que as coisas não estão prontas, desse modo não dá para pesquisar coisas prontas. Isso não quer dizer que não existam formas. Elas existem e são constituintes da realidade. No entanto, é preciso pensar nas forças que fazem essas formas existirem. É nas forças que estamos interessadas.

Os pensamentos são as rupturas que nos deslocam do lugar “formal” e nos convocam a perceber novas forças em luta, e para isso não há um método. Não um método pronto, mas sim um posicionamento frente ao processo de pesquisar, uma ética, uma estética e uma política.

Tratamos como rigor ético não um conjunto de leis que têm um valor em si, como nas metodologias hegemônicas, pois estas estão no âmbito da moralidade. O que é ético “é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças”⁵⁰.

Verdades são tecidas por meio desse rigor, e elas têm valor enquanto são conduzidas por cada experiência, sempre pensadas a cada tempo e momento (local e situadas). O processo de pesquisar também é estético, pois não se pauta em regras de um campo estabelecido, mas sim na possibilidade de criação de realidades. E é também político por ser uma luta cotidiana contra as formas que impedem as forças de atuarem como possibilidade de mudança.

50 ROLNIK, 1993, p. 7.

Desse modo, é preciso exercitar o pensamento percebendo os efeitos que emergem dos acontecimentos⁵¹, analisando a implicação das práticas e dos discursos. Sempre nos perguntando quais efeitos a pesquisa tem produzido, em que eles contribuem, quais discursos eles reforçam, quais vidas são afirmadas ou são mortificadas por meio deles. São perguntas-pistas que vão ajudando a construir a pesquisa.

Ao relermos os esboços dos objetivos da pesquisa que dariam origem a esta parte do livro, percebemos o quanto ele ainda estava opaco, com problemáticas muito amplas. Essa indefinição se deve também a essas muitas questões que naquele momento não conseguíamos delimitar. No entanto, costumamos dizer que escrever é um parto. Algumas de nós ainda não parimos de fato uma criança, mas quando a pesquisa ainda era apenas um projeto entendemos que foi gestado durante o tempo em que estivemos no Cras, foi até uma gestação mais longa que a convencional, durou um ano e meio.

Assim como um recém-nascido, por maior que seja o esforço em delimitá-lo, ou até sonhar em como ele será no futuro, a gente nunca sabe exatamente o que será, porque ele é potência. Nos seus agenciamentos, ele vai se constituindo, se acoplando, se modificando. A angústia de querer saber logo o que ele vai se tornar é presente.

Deleuze e Guattari⁵² ajudam a pensar sobre essa angústia. Naturalizamos a ideia do “resultado final” como se ele fosse o mais

51 “[...] o pensamento de Deleuze ignora os grandes acontecimentos, aqueles que reconciliam o infinito e o finito, o abstrato e o concreto, em que o tempo é entendido como a superação de uma contradição. O tempo das multiplicidades, pelo contrário, é compreendido como singularidade, como um acontecimento onde o que se observa é a amplitude e a qualidade das forças que se apoderam de uma coisa. Não há aí contradição que prepare a reconciliação, há pluralidade, naturalmente mais pródiga que qualquer oposição” (CARDOSO JR., Hélio Rebello. Acontecimento e história: Pensamento de Deleuze e problemas das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, Marília - SP, v. 28, n. 2, p. 105-116, 2005. p. 111).

52 DELEUZE; GUATTARI, 1976.

importante, ou como se tudo fosse se resolver nesse fim da história. Como a ansiedade de uma mãe com seu bebê recém-nascido, esperamos e nos angustiamos pelo que ele vai se tornar e não nos damos conta do que ele já é, dos agenciamentos que ele já é capaz de fazer.

Escrever um projeto de pesquisa e, mais à frente, este livro, foi um o parto e a abertura para a multiplicidade de questionamentos que são possíveis de serem feitos naquele campo. E esse processo foi importante e fundamental para que pudéssemos delinear as problemáticas da pesquisa que originaram este texto.

Por isso, afirmamos constantemente: os processos são importantes. Na realidade, os processos são o que importa. A angústia passa pela via da multiplicidade, a pesquisa poderia tornar-se muitas coisas, dar guinadas em caminhos muito diferentes, daí a angústia. O que foi possível fazer foi dar alguns contornos a esse percurso, foi necessário estarmos atentas e sensíveis ao que se passou e ao que ainda se passa, olhar para pequenos fios, puxá-los e virá-los do avesso.

Nossas andanças pelo Cras foram muito plurais, participamos de quase todos os serviços oferecidos pelo equipamento, e isso nos gerava o desejo de dar conta de muitas demandas ao mesmo tempo. Nas orientações da Raij, dizíamos: *“precisamos ir ao Cras todos os dias para dar conta disso”*⁵³. Na realidade, queríamos dar conta de coisas demais.

Com esse resgate do início desta pesquisa, podemos iniciar alguns delineamentos, contornos mais situados e localizados das problemáticas e dos objetivos, entendendo que uma pesquisa ético-estético-política é importantíssima. E as questões metodológicas falam de uma postura do pesquisar, um *ethos* de pesquisa. Sem limpezas propostas pelas metodologias duras.

Assim, é preciso transpor as barreiras do positivismo e sujar o papel: as falas não foram cortadas aos moldes positivistas, as crises

53 Das questões surgidas no grupo de mulheres, no acolhimento, nas visitas, nos relatórios, no SCFV, na reunião de equipe, na gestão etc.

foram pontos de discussão. Não temos o intuito de entregar nada muito limpo, por isso mesmo é preciso que apareçam nesta escrita os modos pelos quais chegamos aos sujeitos, aos companheiros de pesquisa, aos vínculos, às perturbações, às incertezas, às andanças, às resistências, às análises de implicação.

No filme *Alice no País das Maravilhas*, no momento em que Alice chega ao País das Maravilhas, levam-na até a lagarta para responder ao impasse em que todos se encontravam: essa era de fato a verdadeira Alice? A resposta da lagarta é: *Não totalmente*. Isso gera frustração nos presentes, pois já deduziam que não era a verdadeira Alice. Mas a resposta da lagarta vai além do *sim* ou do *não* de uma vez por todas. Alice precisava se constituir Alice. Suas vivências produziram uma nova Alice a partir de cada encontro que ela teve ao longo de seu percurso.

Assim, nos constituímos a cada tempo e momento, e as experiências nos serviços socioassistenciais, nas orientações, nos grupos, nos constituíram de outra forma. Uma forma que não parte sempre do zero, mas emerge das forças que falam de um corpo consistente para fazer ainda mais conexões e produzir rotas e caminhos.

As experiências falam de um corpo tomado pela loucura, pela desrazão, pelo não sentido, e faz com que seja possível inverter a lógica do sentido convencional e olhar para a infância com novos olhares. É preciso passear com Alices, coelhas, chapeleiros, lebres de março, tartarugas falsas, sorrisos sem gatos e tantos outros que nos deslocam e colocam questões em nosso modo de vida.

As perguntas, antes descabidas, como “um coelho de colete?”, devem ter espaço para emergirem as histórias menores, que costumam ficar de fora e acabam por ser desconsideradas. E mais, elas já emergem, e não cessarão de emergir. Porque a vida é diferenciação. É possível virar as costas para esses acontecimentos, para o sentido,

para a experiência, viver uma experiência sobreimplicada, mas o sentido não cessará. O que se faz importante é permitir a passagem desses sentidos em nós. Ser psicólogo não é saber sobre o outro e lhe dar respostas afirmando que o saber-poder da Psicologia é superior. Deleuze e Parnet dizem que:

A história da filosofia sempre foi o agente de poder na filosofia, e mesmo no pensamento. Ela desempenhou o papel de repressor: como você quer pensar sem ter lido Platão, Descartes, Kant e Heidegger, e o livro de fulano ou sicrano sobre eles? Uma formidável escola de intimidação que fabrica especialistas do pensamento, mas que também faz com que aqueles que ficam fora se ajustem ainda mais a essa especialidade da qual zombam. Uma imagem do pensamento, chamada filosofia, constituiu-se historicamente e impede perfeitamente as pessoas de pensarem⁵⁴.

Assim como a história da filosofia, a Psicologia também pode ser repressora e fabricar especialistas que sabem sobre a mente, o corpo, as ações do outro e fazer com os que estão de fora achem que na autoridade do psicólogo há as respostas para suas questões. Não há. Então, para que psicólogo?

Achamos que seria mais interessante as experiências a que o psicólogo pode estar disponível a se abrir no contato com o outro, seja criança ou adulto. Na verdade, as experimentações e os devires que podem surgir nesse encontro. Na invenção de conceitos, na invenção de vida, na invenção de saúde. Não é dar respostas para que o outro, ou eu mesmo, seja feito de simulacro, cópias ruins de um ideal perfeito, mas afirmar a criatividade da vida, das pessoas, dos encontros, deixar virem os sofrimentos, deixar virem os medos, deixar vir a raiva, deixar vir o que tiver que vir, e enfrentar, juntos, no encontro, transformando a partir da criação.

54 DELEUZE; PARNET, 1998, p. 21.

Uma vez, durante uma orientação do grupo da Raij, uma de nós ficou responsável de levar apontamentos do texto com outro colega. Lido o texto, achou-se que tinha conseguido entender o começo e o final. Entender o começo e o final parece promissor. Mas não. O começo e o final importam menos, pois o que importa mais é o entre. Não compreender o entre é perder a beleza do processual, é aprisioná-lo em linhas tão bem definidas que tudo o que não for considerado técnico (e replicável) fica excluído do processo, desse modo, os afetos ficam de fora, como se fosse possível.

—Eu poderia lhes contar minhas aventuras... começando por esta manhã, disse Alice um pouco tímida; —mas não adianta voltar a ontem, porque eu era uma pessoa diferente.

—Explique isso tudo, disse a Tartaruga Falsa.

—Não, não! Primeiro as aventuras! impacientou-se o Grifo. — Explicações tomam um tempo medonho.⁵⁵

O entre são as experiências, as aventuras. É poder se lançar nessas vivências e, mais do que as explicar, vivê-las.

A análise dessas experiências não é uma justificativa, uma desculpa, mas é exatamente a criação, a invenção, mostrar as linhas que compuseram essa vivência, as cartografias que foram se fazendo.

Nos diários, todas as vezes em que nos referirmos a algum integrante do grupo da Raij (como estava no diário original) — pessoas que pesquisaram a Assistência Social conosco —, citaremos a Coelho. No conto de Alice de Carroll, o coelho é a primeira figura que inquieta Alice, que a faz levantar de supetão e segui-lo. Atrás do Coelho, Alice acaba por cair no buraco e por viver experiências que

55 CARROLL, 2015a, p. 117.

nunca imaginou. As pessoas da Raij fizeram isso conosco, principalmente as mulheres que participavam desse grupo de pesquisa, por isso aqui são a Coelhoa.

Gostaríamos de dizer que este texto não tem a intenção de copiar os personagens de Carroll, não são como representações, Alice não é a Alice de Carroll, mas também é, o Coelho não é o Coelho de Carroll e também não são todas as pessoas do grupo da Raij juntas. Esses personagens são sempre o fora, o entre, como um Devir:

[...] os devires são geografia, são orientações, direções, entradas e saídas. Há um devir-mulher que não se confunde com as mulheres, com seu passado e seu futuro, e é preciso que as mulheres entrem nesse devir para sair de seu passado e de seu futuro, de sua história⁵⁶.

Outro personagem é o Sorriso sem Gato, ele emerge enquanto acontecimento, enquanto sentido. O sentido enquanto um extra-ser, algo que ocorre para além dos movimentos dos corpos, que ocorre na sua fronteira.

Ainda existem outros personagens que aparecerão ao longo do texto, todos eles extrapolam suas histórias, pois as histórias não são só deles, nem de ninguém, mas de todos. Não as possuímos, mas elas passam e nos afetam. Contaremos sobre cada um deles à medida que forem aparecendo.

56 DELEUZE; PARNET, 1998, p. 10.

Capítulo 4

Primeiros diários

Narrado por Júlia Flávia Gomes Pereira

CAINDO

Por mais que eu procurasse, não encontrava em lugar algum os passos para fazer um diário.

Passo um: faça isso. Passo dois: faça aquilo. Não tinha uma receita. Isso desestabilizava. E nas aulas e nas orientações eu ouvia: *“Faça diário de campo, mas lembre-se: diário não é pessoal, não é igual quando você fazia diários quando criança”*.

O que é um diário, afinal de contas, e como fazê-lo? Não havia passos a seguir, só caminhos a se criar, e criar não é muito fácil. Comecei a fazer os diários, fiz muitos. Em 2013, em 2014. Até hoje faço diários. E não se engane, este livro é, na verdade, um diário dos diários.

Comecei fazendo diários imaginando que depois de muita prática poderia fazer um diário realmente bom. Eu buscava um modelo

ideal de diário de campo, engraçado, não é!? A lógica dualista, causal, da cópia, era muito presente; ainda é. Por isso, o desejo de passar por esses diários de novo, de olhá-los, de pensá-los e de cair neles. E de conseguir enxergar que a queda é um desliz. É um deslizamento na superfície, sem cortinas, ou nada a se descobrir. É olhar, olhar, olhar e ver e *desver*.

Sigamos.

Hoje nós fomos pela primeira vez no abrigo. Fomos para conhecer. Chegamos lá e fomos bem recebidos pela educadora que estava arrumando as coisas na casa e ficamos sentadas esperando a coordenadora chegar. (Diário de Campo, outubro de 2013)

Era tudo muito novo, um lugar novo, pessoas diferentes, mais que isso, modos de vidas muito diferentes dos que eu havia tido contato até aquele momento. Esperei para ver o que iria acontecer. Esses são os primeiros diários, ainda muito descritivos. Havia o estranhamento, mas não o de estranhar-se, de equivocar, e sim de ter o susto do primeiro contato com a diferença, só mais para frente é possível perceber que esse equívoco foi o dispositivo para passar a fazer perguntas, para dar conta dessa nova experiência.

Enquanto isso, vi duas menininhas na rampa, tinham uns dois anos cada uma, elas olhavam com olhares curiosos e eu e a Coelha convidamos elas para descer. Mas ficaram envergonhadas e não foram. Uma deu um tchauzinho e correu para o andar de cima. Falei com a Coelha que elas eram muito fofas e deu muita pena nessa hora, pois eu vi aquelas crianças ali, sem ter uma dedicação exclusiva... por mais que o abrigo tivesse tudo, e elas fossem tratadas bem... não há referencial de mãe e pai. Não sei se é certo pensar assim, mas foi o que senti. Depois eu pensei que não deveria ter esse sentimento, porque no momento das atividades eu poderia ficar cheia de frescura com as crianças:

“tadinhas, elas não têm família”, “não tem mãe”. (Diário de Campo, outubro de 2013)

O sentimento, a ideia de “coitadinhas, essas crianças não têm mãe”, está calcado em certo modo de funcionamento do pensamento moderno que nos restringe exatamente a um eu individual, que não suporta a diferenciação e por isso leva aos julgamentos, aos “coitadismos”, pois a prática de pensamento estabelecida está no caminho dos simulacros, da idealização, dos parâmetros estabelecidos pelo capitalismo para alcançar a felicidade. E essa felicidade só pode ser alcançada por meio de um modelo de cuidado, que mais controla e vigia do que cuida. Aqui não cabe dizer se eram coitados ou não, não é a mudança de concepção, é exatamente a prática do pensamento que precisa emergir em outra ordem. Abalos no corpo, na experiência, na vivência, vamos entrando em choques para a emergência dessa nova prática.

É uma abertura que depende da capacidade de suportarmos o fato de que não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a si mesma - em suma, uma identidade na qual nos reconhecemos - , mas que para além dessa individualidade somos também um permanente processo de subjetivação, um permanente devir-outro, em que mudam os contornos do campo em que nos reconhecemos. Em outras palavras, é uma abertura que depende de suportarmos o caos, próprio da dimensão invisível da alteridade; de suportarmos a violência das diferenças que aí se engendram, sem associá-la ao perigo de desintegração, de modo que o caos deixe de ser tão aterrador. Ora, é da perspectiva de uma subjetividade restrita a um eu (sua dimensão visível) que o caos, a alteridade, a diferença são vividos como portadores de desintegração: assim, a abertura que estaria se operando na subjetividade é na direção de um aquém e um além do eu. Mas como a realidade nessa dimensão é invisível, o

abrir-se para ela implica necessariamente uma abertura também no campo do pensamento, de forma a conquistar um acesso ao invisível: mais do que simplesmente uma mudança de concepção, faz-se necessária a conquista de um outro tipo de prática do pensamento⁵⁷.

Depois, pensando sobre a vinculação, entendemos que ela não dá espaço para ter “piedades”, ela permite a conversa sem melindres, sem rodeios. Nesse momento, no início do trabalho de campo, o diário vem carregado de surpresas, pois não havia vivido nada disso antes. Tinha de sobra estereótipos, concepções vindas de certas forças que constroem mundos na maioria das vezes distantes, idealizados, sem vinculações, forças medrosas e melindrosas, dando passagem, assim, a visões preconcebidas fora da experiência, sem corpo disponível.

A “opinião” relacionada à pena pode ser problematizada. Aquele abrigo foi um lugar de vinculação, as crianças não estavam em um limbo afetivo esperando o ideal perfeito de mãe chegar e cuidar delas, elas se vinculavam entre elas, entre as cuidadoras, com os brinquedos, com o espaço, com as psicólogas, conosco.

E então, todo esse sentimento (de pena), passou... (Diário de Campo, outubro de 2013)

Não, não havia passado. Não adianta muito colocar as impressões de lado, fingir que foram só naquele momento, é importante no trabalho do pesquisador esse debruçar-se sobre os sentimentos (emoções e impressões), analisá-los, pensá-los. Por isso, o trabalho

57 ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995. p. 141-170. p. 146.

de formiguinha⁵⁸ de voltar-se para esses diários e “*voltar-se para, não implica somente se desviar, mas enfrentar, voltar-se, retornar a perder-se, apagar-se*”⁵⁹.

Enfrentar todas essas impressões que vêm carregadas de preconceito e que se baseiam em respostas muito ligeiras e ‘fáceis’ do cotidiano; voltar-se e retornar: para essa experiência do vivido (voltar-se para os diários, retornar às memórias), perder-se: será que todos esses diários foram em vão? Eu não fiz “certo”? Quando é que eles começaram a valer?

Os diários são exatamente o que evidenciam os aprendizados, evidenciam o vivido, do modo como foi vivido. Claro que o diário não era para ser feito de qualquer modo, os primeiros diários são

58 “Um trabalho de formiguinha é aquele que se faz olhando para o menor, colocando uma lupa sobre as experiências, não buscando algo que está encoberto nela, mas sim os contornos, seus traçados, seus desvios, suas curvas e descaminhos. Manoel de Barros escreveu:

Mosca dependurada na beira de um ralo-

Acho mais importante do que uma jóia pendente.

Os pequenos invólucros para múmias de passarinhos que os antigos egípcios faziam

Acho mais importante do que o sarcófago de Tutancâmon.

O homem que deixou a vida por se sentir um esgoto

Acho mais importante do que uma Usina Nuclear.

Aliás, o cu de uma formiga é também muito mais importante do que uma Usina Nuclear.

As coisas que não têm dimensões são muito importantes.

Assim, o pássaro tu-you-you é mais importante por seus pronomes do que por seu tamanho de crescer.

É no ínfimo que eu vejo a exuberância” (BARROS, 1996, p. 55).

O trabalho de formiguinha tem essa importância, do ínfimo, do menor.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

59 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010. p. 49 (Grifos nossos).

muito descritivos e são intimistas, ignoram questões importantes, mas eles evidenciam esse processo de formação. Os que vêm depois não são os certos, mas há sim maior consistência. Esses foram os primeiros, e tiveram os próximos. Escrever é produzir realidade, então, esse também é um diário sobre o qual é preciso debruçar-se, e depois sobre os outros, e escrever (produzir realidades).

Sobre o diário, é desafiador expor seu próprio processo de construção desde o começo. Algumas descrições e opiniões causam desconforto e vergonha. Compreender que o corpo-pesquisador foi se compondo com o que tinha de ferramentas no processo é importante para superar também esses sentimentos, sem fazer com que os diários se apresentem como fragmentos selecionados e descartáveis.

Em seus diários, que permaneceram em segredo durante muito tempo, Malinowski⁶⁰ escreveu de forma íntima suas preocupações com sua saúde, trouxe uma série de impressões não tão elogiosas aos nativos das terras onde realizou sua etnografia, falou sobre solidão, encontros, sons, maus-cheiros. Suas visões científicas em relação ao diário de campo e à pesquisa não são as mesmas que as minhas, mas trazer esses relatos em seu diário foi importante para problematizar esse lugar do pesquisador no campo de pesquisa.

Não se começa fazendo diários compreendendo totalmente como ele se dá, é muito mais uma processualidade, uma incorporação, do que qualquer outra coisa. Desse modo não há do que se envergonhar, pois esses diários compõem o processo de transformar-se. A principal questão com que teremos que nos haver é: não se recusar a colocar em análise esses sentimentos, essas percepções, mas os incômodos trazidos do campo devem ser expostos, pois são o que movem uma pesquisa, colocá-los em análise é o próprio pesquisar, é torna-se pesquisador.

60 Alguns diários e o modo de etnografia feitos por Malinowski são problematizados por Lourau (2004) no livro “René Lourau: Analista Institucional em tempo Integral”.

Uma das menininhas era Maria⁶¹, ela desceu a rampa e ficou atrás do sofá cantando a música dos polegares, e no fim cantamos juntas.

Reparei na atitude da educadora com as duas meninas menores. Primeiro em relação a Maria, que passou de banho tomado perto dela, aí a educadora disse com aquelas vozes que se falam com bebês: “Tá cheirosa!?” E sorriu. Maria falou algo meio embotado e acenou com a cabeça concordando com ela. A educadora a abraçou, brincou com sua barriga e deu um cheiro no pescoço dela. (Diário de Campo, outubro de 2013)

É difícil somente com a descrição trazer todas as afetações daquela cena, mas o amor, o zelo, o carinho, a confiança uma pela outra foram alguns dos afetos que eclodiam ali no beijo da barriga, na entonação da voz e da resposta balbuciada da criança. Existia vínculo.

Agora, façamos um rápido exercício: o que vem à mente quando se fala Acolhimento Institucional? Sem muito esforço é possível dizer o seguinte: todas as vezes que eu dizia que fazia estágio em um Acolhimento Institucional, primeiro as pessoas perguntavam do se tratava esse tal Acolhimento Institucional e, depois, quando descobriam que era um abrigo para crianças, o semblante de pena era o mesmo e as afirmações também: “tadinha das crianças”, “eu não teria estômago para trabalhar com isso”, “é muito sofrimento”.

A pena relacionada às crianças abrigadas não era só minha. Ela estava/está estabelecida no imaginário de toda uma sociedade.

A imagem do abrigo é ruim para a maioria das pessoas. Por isso, a ideia de que as crianças não devem levar nada de lá é reforçada,

61 Todos os nomes que aparecem nos diários são aqui inventados. Não diremos fictícios porque suas histórias são reais, muito reais, quer dizer, são vivas, são sentidas por elas e por nós. A invenção dos nomes é também uma tentativa de invenção de mais vidas e experiências que com tais histórias vividas agenciarem-se.

como se fosse um lugar a ser esquecido. Anos de grupo para falar sobre as vinculações produzidas nesses espaços, anos de grupo até para que eu pudesse enxergar essas vinculações, que já se apresentavam diante dos meus olhos, desde o primeiro dia.

E o que eu esperava encontrar lá, afinal de contas? Um monte de criança amontoada, com escassez de tudo: recursos materiais, alimentação e afeto? Psicologicamente problemáticas, em comparação com as que vivem nas famílias ditas estruturadas?

Bom, parece que infelizmente sim. Mas o que eu encontrei logo de cara foi: vinculação entre pessoas. E por que ainda assim era difícil de enxergar? Como é importante o olhar de formiga, o tatear as cenas vividas para perceber o contexto, mesmo que ele esteja diante dos nossos olhos.

Os discursos impregnam, é difícil mudar o discurso, é difícil colocar o homem da ética para fora. Os discursos produzem realidade, então a criança ser coitada era mais forte do que a cena diante dos meus olhos. Esse discurso produziu realidade e a realidade era: crianças abrigadas coitadas.

Depois a outra menininha fez bagunça nos chinelos que estavam na rampa, então a educadora falou brava para parar de bagunçar: “Põe o chinelo aqui!”, ordenou. A criança colocou e saiu meio chorosa. (Diário de Campo, outubro de 2013)

E aqui, nessa cena? O que eu esperava? A educadora podia falar assim com uma criança que não era filha dela? Com uma coitada, sem pai e mãe?

O discurso do coitadismo se mantinha. E com ele há uma visão totalmente romântica, pois está inserido nessa percepção que não é permitido falar o que tem que ser falado. A ideia era de que havia famílias estruturadas, perfeitas, inteiras, o que para essas crianças coitadas estava vetado, então tais crianças estariam sujeitas a todos os infortúnios da vida, por isso era necessário que o modo de falar

também fosse polido. Aí está o perigo, pois, além de não enxergar o que está se passando, rende-se ao ímpeto de não dizer, portanto não viver, não vincular.

O que é importante se atentar é que nas duas situações, tanto a do beijo depois do banho quanto a da chamada de atenção à bagunça do chinelo, havia afetos (afetar e ser afetado). Porque ali se produzia vida, experiência, e nesses afetos cabem as duas situações.

É preciso ver que o trabalho também é envolto por afetos, na verdade é povoado deles. São práticas de cuidado, de estar disponível e atento. É um investimento subjetivo-afetivo-cognitivo, uma atuação⁶² viva e encarnada na experiência.

Estar em um Acolhimento Institucional não significava estar em um espaço de não vinculação, na qual os trabalhadores e as crianças tinham que se comportar como autômatos. Como conviver dia a dia, nas situações mais banais do cotidiano, e não se vincular? Não ser afetado e afetar? Impossível. E por que ainda assim levantar muros para tentar barrar esses afetos?

O que dizem é que as crianças precisam deixar tudo para trás depois que saem do abrigo para serem adotadas, dependendo da idade podem até lhe dar outro nome. (Diário de Campo, outubro de 2013)

Como sair de um lugar em que se viveu durante anos (ainda que fosse uma semana) sem deixar nenhum rastro e sem levar marcas? Ser obrigado a deixar roupas, brinquedos, pessoas. Ter que abandonar até o próprio nome? O ideal da família perfeita burguesa deixa de fora coisas demais. As memórias falam de linhas, de modos de fazer. Como apagar memórias? Com a força do pensamento? Injetando

62 VARELA, Francisco. O reencantamento do concreto. *In*: PELBART, Peter Pal; COSTA, Rogério da (org.). **Cadernos de subjetividade**: o reencantamento do concreto. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 71-86.

informações novas? Memórias contam histórias, apagá-las não é uma opção, construir caminhos novos sim.

Se há uma história, se o homem é um ser histórico é só porque existe uma infância do homem, é porque ele deve se apropriar da linguagem. Se assim não fosse, o homem seria natureza e não história. E aqui reside a possibilidade de saber, quer dizer, de vivendo a história e de recontando essa história construir um saber coletivo que extrapola a mera justaposição de informações⁶³.

Forçar um esquecimento, barrar os afetos é uma forma de violência, as histórias dão condição de possibilidade de se afetar ainda mais, não parar de produzir agenciamentos.

Ainda que o ideal burguês tente parar/barrar afetos, eles saltam os muros, passam pelas frestas, e em um ambiente tão estigmatizado como um abrigo, circulam por todos os lados. Há paixões! E paixões não são uma doce história de amor. Despret⁶⁴ fala que a paixão é a ativação de um sujeito das perguntas, um sujeito que produz problemas e que, com eles, inventa entradas para transformações. Paixões que se traduzem em um esforço para que nós nos tornemos sujeitos interessados, para que nos importemos, pois quando essas paixões se tornam despaixões, tudo é muito fugaz, não há o esforço para o interesse, acontecem articulações malfeitas e o mundo se torna mais empobrecido⁶⁵.

Por isso, as paixões são tão importantes. Era possível ver os agenciamentos apaixonados que se faziam a todo momento no acolhimento, tanto com abraços quanto com puxões de orelha.

63 KRAMER, Sonia. Infância, memória e saber - considerações à luz da obra de Walter Benjamin. **A Criança e o Saber**, v. 1, p. 245-249, 1999. p. 249.

64 DESPRET, Vinciane. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. **Body and Society**, [s.l.], v. 10, n. 2-3, p. 111-134, 2004.

65 DESPRET, 2004.

MULTIPLICIDADE

Hoje o abrigo estava mais cheio e eu estava mais cansada.

Chegamos lá e descobrimos que na sexta às 16 horas era dia de visita dos familiares, por isso tinha tanta gente.

Vi os pais dos quatro irmãos que estavam no Acolhimento Institucional. Na última vez que viemos, a coordenadora disse que eles estavam lá por negligência da família, que o pai mantinha as crianças em cárcere privado, era matador de aluguel e havia colocado lajota nas janelas da casa onde eles viviam, que nessa dinâmica, o mais velho tinha que cuidar dos outros três irmãos e a mãe tinha alguma doença mental. Disse que no dia em que elas foram abrigados foi um sufoco, pois o conselho tutelar deveria levá-los para outra instituição, mas como estava lotada houve uma quebra de requisito e elas foram direto para esse abrigo. Então elas chegaram sem aviso prévio, não tinha cama, nem roupa para os meninos, pois esse abrigo era só de meninas.

Ela relatou a visão dela sobre mudança das crianças, principalmente do mais velho, pois como ele cuidava dos outros irmãos, todos ficavam grudados nele, mas que as educadoras começaram a fazer um trabalho com ele de que lá no abrigo ele não estava nessa posição de cuidador mas sim para ser cuidado.

Em uma conversa que tive com o José, um dos irmãos, ele disse que sairia dali (do abrigo) daqui a um mês, eu perguntei à coordenadora sobre isso e ela disse que ele sempre fala isso pois o pai diz que vai buscá-los logo.

No fim da visita, eu ouvi o pai dizer: “semana que vem a gente vem buscar vocês” e reforçou para o mais velho, João: “cuide dos seus irmãos”, eu não tive a oportunidade de conversar com eles. Durante a visita, as crianças ficaram livres, brincavam com ele mas sem ficarem grudadas, no momento em que ele foi embora a mais nova chorou, mas logo depois dormiu.

Teve um momento em que uma mãe (que ao que aparentava gozava muito bem das suas faculdades mentais, diferente do que a coordenadora disse) indo embora, virou-se para uma das crianças que não tinha recebido visita e perguntou: “Você não tem mãe não?” A criança respondeu tranquila sem parar o que estava fazendo, uma tranquilidade que eu mesma não tive ao ouvir essa pergunta, “Tenho, mas ela não tem minha guarda”. Fiquei tensa com a pergunta, e a menina reagiu muito melhor do que eu. Para mim, até o momento, essa pergunta era proibida, principalmente para ser feita diretamente à criança. Eu só pensava assustada: Nossa, ela entende minimamente o motivo de estar aqui, e parece que leva isso numa boa, não se comove, nem cai em lágrimas ao falar nisso. (Diário de Campo, outubro de 2013)

Por que era uma pergunta proibida? Só o fato de ela ser proibida já revela pelo menos duas coisas: a primeira é que falamos pouco sobre as circunstâncias que nos rodeiam. Aquele era um abrigo, o motivo principal das crianças estarem lá não era a negligência da família (podia conter esse motivo também), mas eram as relações familiares colocadas como corretas ou incorretas, e a pergunta proibida era exatamente sobre essa relação. Como poderia ter alguma possibilidade de resposta, ou de pensamento, ou de feitura de outras perguntas, se essa, tão simples e ao mesmo tempo complexa, não poderia ser feita? A segunda coisa era: as crianças colocadas de lado em relação à sua própria existência (de direitos, de pensamento, de ação). A pergunta podia ser proibida, mas ela era ainda mais proibida para a criança.

E por que pensar que ela deveria cair em lágrimas ao falar sobre a situação da guarda dela? Aquela menina deveria estar lá há pelo menos dois anos. Pensando sobre as vinculações, o abrigo não era um local terrível do qual ela nunca deveria se lembrar, ela morava ali, vivia parte grande da sua vida ali. Era para cair em lágrimas? O abrigo tinha vida, vida que estava sendo censurada pela reprodução de pensamentos hegemônicos.

Essa foi a primeira vez que me dei conta da existência de Alice, de sua potência e do incômodo que me causava.

“O jogo está bem melhor agora”, disse, para alimentar um pouco a conversa.

“É mesmo” concordou a duquesa, “e a moral disso é... ‘Oh, é o amor, é o amor que faz o mundo girar.’”

“Alguém disse,” Alice murmurou, “que ele gira quando cada um trata do que é da sua conta.”

“Ah, bem! O significado é quase o mesmo”, disse a duquesa, fincando o queixinho pontudo no ombro de Alice enquanto acrescentava: “E a moral disto é...” [...]

“Como gosta de achar moral nas coisas!” Alice pensou consigo mesma⁶⁶.

Precisamos falar sobre moral e ética para compreender esse primeiro incômodo que Alice me causou por meio da fala da criança citada no último diário. Mas, antes, preciso falar de poder e potência.

O poder, segundo Deleuze⁶⁷, quer se apropriar, de modo que domine a potência do outro, ele afasta qualquer um do que pode vir a ser. Transferir nossa potência a outro, achar que ele poderá de alguma forma solucionar nossos problemas é tornar-se subordinado.

Essa transferência de potência, que domina, não faz gerar no dominador mais potência, pelo contrário, ele estará administrando dor e tristeza, pois o poder é isso. O poder constrói muros para tentar impedir a potência, nossa capacidade de diferir-se. As paixões tristes, como Despret⁶⁸ diz, geram mundos empobrecidos, com menos criação, desse modo o afeto mostra o quanto o poder é impotente, pois se ele é tristeza, quanto mais poder, menos criação, menos

66 CARROLL, 2015b, p. 103.

67 DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: Filosofia Prática. São Paulo: Escuta, 2002.

68 DESPRET, 2002.

possibilidades e mais desejo de mais poder, ou seja, de mais tristeza. Só quem está imerso nessa paralisação, nessa impotência, deseja o poder. É difícil sustentar a potência do outro, então o investimento é em mais tristeza para tentar dominar a potência, o investimento é em mais poder, fazendo isso por meio de acusações e culpa.

Limitar a potência pode facilmente resultar em ressentimento. A relação de servidão ao ressentimento torna o poder ainda mais atraente, pois ele necessita de dominar por ter medo de ser dominado.

Assim, se o poder tenta aprisionar a potência e não quer lidar com ela (por isso tenta a todo custo limitá-la), a moral é exatamente o investimento dessa limitação da potência e a manutenção dessa relação de servidão. O moralista tem sérias dificuldades de lidar com o caos, tenta reduzir o sentido e a criação do novo a todo custo por meio de uma relação panóptica⁶⁹.

Como assim panóptica?

Foucault⁷⁰ diz que o “século XIX fundou a idade do panoptismo”. A constituição do homem moderno se deu por meio de diversos mecanismos de subjetivação⁷¹, pensados para garantir que certo pro-

69 “O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível” (FOUCAULT, 1999, p. 165-166).

70 FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

71 “O objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não pré-existe a si

jeto de modernidade não se desviasse e se concretizasse. Alguns desses mecanismos são a família nuclear, a escola, o exército, o hospital, e quando todos esses anteriores falham, ainda existem as prisões.

Foucault vai mostrando como vamos constituindo uma sociedade panóptica para vigiar mais e melhor, pois o modelo do panóptico, que é uma arquitetura, mas que vai além dela, vai deixando para trás os modelos das masmorras escuras e vai lançando luzes para que tudo se torne cada vez mais transparente, assim tudo é visto, tudo pode ser vigiado. Como num zoológico, tudo exposto, mas dentro de um enquadramento.

[...] o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha⁷².

Essa transparência é um mecanismo, uma estratégia do poder. Desse modo, é possível observar e controlar e, como consequência, punir aquele ou aquilo que não se enquadrar aos modelos.

O panoptismo é utilizado cada vez que é necessário controlar as multiplicidades, capturando os devires em alunos, trabalhadores, pacientes, prisioneiros etc. O poder vai capturando para colocar tudo aos seus serviços. Utiliza-se do discurso de melhoria, por exemplo:

mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987. p. 51). Nos processos de subjetivação entendemos que a subjetividade é exercida em processualidade, dentro de um plano histórico-político e como efeito desse plano a forma sujeito emerge. Desse modo, não há essência na forma, mas sim complexas relações que vão sendo construídas.

72 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis. Vozes. 2002. p. 166.

vigiado, o aluno estuda melhor e não se distrai, os trabalhadores trabalham melhor, não fazem greve e produzem mais. As multiplicidades e a potência das trocas de afetos dão lugar a múltiplas individualidades, e o poder será agora medido em relação ao quanto de vigilância se exerce.

Assim, a pergunta proibida para a menina é proibida exatamente porque não se deve sentir/pensar nas multiplicidades familiares, com uma condição diferente dos mecanismos utilizados na modernidade, pois a simples possibilidade de questionar e de se viver em uma família que foge aos padrões nucleares causa ameaça ao poder, que se estabelece nas relações de tristeza e domínio. A pergunta é proibida porque afronta o poder, afronta a moral. É aí que Alice me afronta: “como gosta de achar moral nas coisas!”⁷³.

Encontrar moral em tudo é então aprisionar o outro, impedindo sua potência de vir a ser, limitar a invenção de modos de existir. Por isso, é importante perceber como a dimensão ética é exatamente criar passagens para que essas perguntas emergjam, para que a pergunta da criança seja possível e para que as respostas sejam transitórias.

É importante não se deixar dominar por paixões tristes que estão a serviço do poder, mas compor com o que nos rodeia, constituindo um corpo⁷⁴ ainda mais potente. A alegria, que é passar desse estado

73 CARROLL, 2015b, p. 103.

74 “Um corpo pode ser qualquer coisa, pode ser um animal, pode ser um corpo sonoro, pode ser uma alma ou uma ideia, pode ser um corpus linguístico, pode ser um corpo social, uma coletividade. Entendemos por longitude de um corpo qualquer conjunto das relações de velocidade e de lentidão, de repouso e de movimento, entre partículas que o compõem desse ponto de vista, isto é, entre elementos não formados. Entendemos por latitude o conjunto dos afetos que preenchem um corpo a cada momento, isto é, os estados intensivos de uma força anônima (força de existir, poder de ser afetado). Estabelecemos assim a cartografia de um corpo. O conjunto das longitudes e das latitudes constitui a Natureza, o plano de imanência ou de consistência, sempre variável, e que não cessa de ser remanejado, composto, recomposto, pelo indivíduos e pelas coletividades” (DELEUZE, 2002, p. 132-133).

de tristeza, de domínio, é então essa composição, esse agenciamento. É uma maneira de complexificação do corpo, quanto mais potência, mais agenciamentos e mais e mais e mais. E não há um fim a se chegar, ou um modelo a se alcançar, cada agenciamento será perfeito dentro das suas possibilidades.

Desse modo, não falta visão para alguém que é cego, pois só existe falta quando comparamos com outros corpos, assim como para aquela criança não falta família a não ser que seja comparada a outra família que é nuclear. Os agenciamentos que ela fez ali são os que aconteceram no que foi possível, e o que eu podia ver é que havia afetações muito mais interessantes, já que encontravam passagens para mais agenciamentos.

TARTARUGA FALSA

A tartaruga falsa não é falsa no sentido de ser enganadora, não. Ela é falsa porque querem que ela seja uma tartaruga e a obrigam a carregar nas costas um casco que não é dela.

Hoje, a Tartaruga Falsa estava lá, o abrigo é diferente quando ela está. Tenho a sensação de que ela move o abrigo, principalmente no quesito vigilância. Todos têm um mesmo discurso sobre ela: “a Tartaruga Falsa é difícil”. Eu acho que ela é desafiadora, por isso o que se diz e fala em relação a ela é tão alarmante.

Primeira fala: A coordenadora disse para avisar quando levarmos alguma atividade, pois ela vai arrumar outra coisa para a Tartaruga Falsa fazer, ou seja, ela não vai participar das atividades. O motivo, segundo a coordenadora, é que ela não faz direito as atividades e atrapalha as outras crianças a fazer: “Ela não sabe fazer e não quer que ninguém mais faça”.

Segunda fala: Uma voluntária (o trabalho da instituição é realizado por uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e em 2013 era ligada a uma organização religiosa

– Fé e Alegria, por isso havia voluntários da igreja semanalmente) que ia brincar com as crianças regularmente disse que a Tartaruga era o “Bicho papão da casa”. Em um momento ela a chamou e disse: “Tartaruga, eu sei que você é difícil, às vezes pisa na bola, mas você vai fazer isso pra tia! Joga esse copo no lixo pra mim?” A Tartaruga revirou os olhos, pegou o copo e jogou no lixo. As crianças brincam muito entre si, mas a Tartaruga geralmente brinca sozinha, todas as crianças dormem juntas (meninas num quarto e meninos no outro), mas ela tem um quarto só pra ela. Vez ou outra ela fica olhando as crianças brincarem, mas parece que não tem espaço pra ela. O que parece é que ela incorpora os discursos que existem dela em sua vivência (discurso produzindo realidade). A Tartaruga diz que não brinca com as meninas porque elas são doidas, têm problema: “Elas são ruins”. (Diário de Campo, novembro de 2013)

A Tartaruga Falsa reproduzia o que ouvia dela mesma em relação às outras crianças, enquanto ela era produzida como uma tartaruga, com seus cascos firmes nas costas. Os discursos que estavam circulando não podiam ser assumidos (por todos, inclusive por nós, pesquisadores) assim tão rapidamente. Discursos como “a tartaruga é o bicho papão da casa” são rasos e precisamos fazer uma análise para compreender tais discursos.

O institucionalismo, segundo Baremlitt⁷⁵, entende a sociedade como uma rede de instituições que vão se interpenetrando. Instituições

são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos⁷⁶.

75 BAREMBLITT, 2002.

76 BAREMBLITT, 2002, p. 25.

Essa lógica faz uma regulação das atividades humanas, coloca valor sobre essas atividades, dita o que pode ou não pode ser feito, e como deve ser feito. Baremlitt⁷⁷ dá o exemplo da linguagem enquanto instituição, pois ela tem suas regras gramaticais, regras que vão dizer das combinações corretas, de acordos, para que haja uma comunicação geral, universal, e para que seja reproduzida e aplicada. Existe também mais um ponto importante, que acontece em todas as instituições, que são as premiações e as punições por bom ou mal uso (valores) dessa lógica.

Seguindo essa lógica da instituição, há duas vertentes a se considerar: uma é o instituinte e a outra o instituído. Vamos chamá-las de forças. As instituições podem estar bem consolidadas em suas regras e em seu funcionamento, mas, antes que isso aconteça, qualquer instituição precisou ser criada. Como vimos nos capítulos anteriores, as coisas não existem em essência, mas sim a partir de uma constituição. A força do instituinte é a da criação de algo e da sua transformação.

Essa produção da novidade ou de suas transformações resulta em um produto, novas regras, novos modos, outro resultado, que também diz de uma força de manutenção, de estabilização, que é o instituído. “O instituído é o efeito da atividade instituinte”⁷⁸. Um suporta o diferente, o dinâmico, e o outro caracteriza o estável⁷⁹.

77 BAREMBLITT, 2002.

78 BAREMBLITT, 2002, p. 32.

79 “[...] é evidente que o instituído cumpre um papel histórico importante, porque as leis criadas, as normas constituídas ou os hábitos, os padrões, vigoram para regular as atividades sociais, essenciais à vida da sociedade. Mas acontece que essa vida é um processo essencialmente cambiante, mutante; então, para que os instituídos sejam funcionais na vida social, eles têm de estar acompanhando a transformação da vida social mesma para produzir cada vez mais novos instituídos que sejam apropriados aos novos estados sociais. Tem-se que evitar uma leitura do tipo maniqueísta, que pensa que o instituinte é bom e o instituído é ruim, embora seja verdade que o instituído apresente, por natureza, uma tendência à resistência, uma disposição que se poderia chamar a persistir em seu ser, a não mudar, que

É importante que falemos das instituições, pois há tendências históricas viciosas que fazem com que essa relação instituinte e instituído seja, primeiramente, dicotomizada em forças opostas e, depois, que tais forças sejam barradas em sua ação e relação. Tais tendências são: os processos de exploração, que fazem uns se apropriarem da potência produtiva de outros; os processos de dominação, que é a vontade de alguns prevalecendo sobre a de outros ou do coletivo; e a mistificação, que é “[...] uma administração arbitrária ou deformada do que se considera saber e verdade histórica, que é substituída por diversas formas de mentira, engano, ilusão [...]”⁸⁰.

Desse modo, as instituições têm uma função política de reforçar as tendências viciosas. Contudo, é difícil enxergar essa função da instituição, pois seus modos de fazer se tornam naturais, como se fosse sempre assim. Quais são as histórias das instituições? Não se sabe, ou se omite, ou se conta apenas uma das várias histórias. Parece que elas sempre foram e sempre serão assim, a-históricas e essenciais.

Como o instituinte cria o funcionamento da instituição, dizemos que é sempre revolucionário, pois pode fundar e transformar, ele produz. Mas, em sua função, a instituição tende a se cristalizar rapidamente, com o instituído organizando e servindo ao modelo histórico vicioso, uma vez que força a manutenção da instituição. Desse modo, há a reprodução das práticas sociais, há a tentativa de sempre fazer o mesmo, de perpetuar o que está cristalizado.

As falas sobre a Tartaruga são discursos (práticas sociais) reproduzidos, que reforçam um imaginário de um saber Psi que serve para padronizar pessoas, e a Tartaruga era totalmente encaixada nele: a

quando se exacerba, se exagera, se conhece politicamente pelo nome de conservadorismo, reacionarismo. Pelo contrário, o instituinte aparece como atividade revolucionária, criativa, transformadora por excelência. Na realidade, não é exatamente assim, porque o instituinte careceria completamente de sentido se não se plasmasse, se não se materializasse nos instituídos.” (BAREMBLITT, 2002, p. 29).

80 BAREMBLITT, 2002, p. 32.

louca. Falavam dela como se ela fosse uma “lerda de pensamento”, que não entendia nada, e a puniam como se ela entendesse tudo. Era uma contradição.

Os prêmios que a instituição oferecia nunca iam para a Tartaruga, as punições sim.

“São três faltas, Kitty, e você não foi castigada por nenhuma delas. Sabe que estou acumulando todos os seus castigos para daqui a duas quartas-feiras... Imagine se tivessem acumulado todos os meus castigos!” ela continuou, mais para si mesma que para a gatinha. “Qual seria o resultado no fim de um ano? Seria mandada para a prisão, suponho, quando o dia chegasse”⁸¹.

Os castigos da Tartaruga não tinham dia para serem aplicados, toda hora era hora de afirmar sua loucura, de dizer como não se encaixava, de como não tinha capacidade. Ela, então, fez seu papel, encarnou o discurso, tornou-se louca: mordida todo mundo, batia quando lhe convinha, jogava tudo para o alto quando contrariada.

Quantas vezes não reproduzimos discursos sem fazer análise de implicação? A reprodução de um discurso não é inofensivo. Ele faz manter uma lógica exploradora, dominadora e mistificadora, que encabrestra pessoas e as reduz.

No entanto, a Tartaruga tinha uma história de vida de enfrentamento, de andarilha, de sobrevivente, de resistência diante de oportunidades (ou falta deles) que lhe foram dadas (ou não dadas). Diante de tudo ainda havia vida, vida marcada, mas marcas que no geral preferimos que não apareçam, pois elas revelam o que não se quer ver. Por isso, era melhor tratá-la como louca, como problemática; era mais fácil.

81 CARROLL, Lewis. *Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. In: CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comemorativa – 150 anos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015a. p. 17.

Depois de dois anos tive notícia da Tartaruga. Ela mudou de abrigo quando fez 13 anos. Uma das Coelhas me disse: “Tartaruga Falsa não é mais tartaruga”. Nesse novo espaço, ela não tinha a fama de louca, brincava entre as meninas, não era retirada das brincadeiras. Outro modo de experimentar a vida, sem ter que levar para todos os lados um rótulo enorme como uma corcunda. Largou o casco que não a pertencia e viram que ela era uma Lebre.

FAZEM-ME LOUCA

Com a chegada da coordenadora, fomos até sua sala acompanhados pela psicóloga do espaço para nos apresentarmos e apresentarmos a proposta de pesquisa. Ela se mostrou bem interessada, e falou também das dificuldades de trazer uma gestão nova articulada com a rede. Contou o caso de uma menina da casa, de nove anos, que chegou à escola e pouquíssimo tempo depois foi pedido que alguém a buscasse. Motivo: muita euforia ao entrar na sala de aula. “Que rede é essa?”, ela se perguntava, “se fosse outra criança, de uma família, numa situação normal, ela seria mandada de volta para casa? Eles pensam que é assim só porque ela é uma criança institucionalizada?”. (Diário de Campo, outubro de 2013) “Naquela direção, explicou o gato[...], vive um Chapeleiro; e naquela direção [...] vive uma Lebre de Março. Visite qual deles quiser: os dois são loucos.

Mas não quero me meter com gente louca, Alice observou.

Oh! É inevitável, disse o Gato, somos todos loucos aqui. Eu sou louco. Você é louca.

Como você sabe que sou louca? Perguntou Alice.

Só pode ser, respondeu o Gato, ou não teria vindo parar aqui”⁸².

82 CARROLL, 2015b, p. 73.

Não quero me meter com gente louca, mas eu corri atrás das coelhas, caí no buraco e, se estou aqui, com certeza sou louca. O mundo é o solo em que pisamos, a loucura nos perpassa, podemos não querer nos meter com essa gente louca, mas já estamos nos metendo, porque está em nós também. Aqui a loucura é o não sentido, a lógica que subverte a lógica estabelecida. A Literatura de Carroll é absurda? Nós também somos.

Somos absurdos de modos distintos: (1) podemos ser absurdos vivendo como se a loucura fosse algo distante, servos do poder que imprime moldes de vida, segurando com toda a força a porta que a potência e a inventividade querem chutar. É ser absurdo sem querer ser; (2) podemos ser absurdos chutando a porta ainda que o poder a tranque, podemos inventar, diminuir e aumentar, passar pelas frestas, ou ainda desistir de chutar a porta e entrar na próxima, ou ficar de fora mesmo, ou de dentro. Bom, tudo o que se faz vem da potência e do agenciamento.

De qualquer modo seremos loucos, mas não é a mesma loucura. Elas têm efeitos completamente distintos. Mas, veja, não há como dizer “estou na primeira loucura, ou na segunda”. Quando você se der conta, está capturado na primeira, quando se der conta de novo, está chutando uma porta.

Consideramos que existem traços mais fortes de uma ou outra em nós, não porque eles acontecem naturalmente, mas sim por meio da atitude de presença nos devires, que nos demanda um esforço. Ninguém tem só paixões alegres e que só aumentam nossa potência, somos capturados volta e meia pelo poder e fazemos essas conexões que nos deixam mais fracos e tristes.

Nós queríamos apostar nas paixões alegres, nos esforçamos para criá-las, para não cair em generalizações, para fazermos análise de implicação nas instituições que nos constituem. Não quero aqui manter as aparências e afirmar que eu estava sempre fazendo isso, não. Alguns diários mostram bem o contrário. Assim como um diário vai

se dando no processo, de aprender, de fazer outros agenciamentos, foi o que tentei, mesmo que ainda tateando, nesse tempo no abrigo.

É preciso saber que estamos todos em alto-mar com o barco afundando, precisamos consertá-lo (não definitivamente, sempre haverá ondas fortes, forçando-o, quebrando-o, teremos que reconstruir sem parar) enquanto ainda estamos nele, não há possibilidade de porto seguro, ou se afoga ou se constrói. Muitas vezes deu vontade de abandonar o barco, mas segui na luta.

A defesa aqui é de uma atuação, de uma pesquisa que se faz COM⁸³, que se faz na experiência, e não sobre o outro. Isso demanda um esforço que analisa não só as práticas que estão nos outros, mas a nossa própria. E não é uma análise que se faz separadamente: agora analiso minhas práticas, depois a dos outros e vice e versa. É mais complexo, pois as práticas não estão contidas ou têm seus possuidores. Elas perpassam a todos e não tratam de individualidades. Como históricas, devem ser problematizadas⁸⁴, por isso os personagens. Eles carregam práticas, discursos. Isso tudo produz e reproduz realidade.

Buscamos produzir pequenas mas importantes transformações nos estabelecimentos em que passamos, pequenas fissuras nas instituições que já têm seus rostos bem-definidos e que nos atravessam com muita força. Entretanto, a diferenciação nos transversaliza e não cessa de nos passar, apontando (como um rizoma) para as bifurcações que

83 “[...] pesquisar com o outro implica tomá-lo não como ‘alvo’ de nossas intervenções. Não se trata de tomar o outro como um ser respondente, um sujeito qualquer que responde às intervenções do pesquisador. Ao contrário, [...] o outro pode fazer, isto é, ele anuncia que o outro que interrogamos é um expert, ele pode fazer existir outras coisas” (MORAES, 2010, p. 29).

84 TAVARES, Gilead Marchezi; GUIDONI, João Paulo; CAPELINI, Thailita Calmon. As práticas que compõem a educação integral em Vitória (ES): Uma análise da relação infância/pobreza/risco. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; RODRIGUES, Luciana; GUA-RESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 43-58.

são os processos de viver. Como são processos, novos e em potencialidades, não é possível que se diga em definitivo como vão se dar, por isso o desafio de encarar o novo e o desafio de encará-lo de dentro⁸⁵.

Por que temos interesse na implicação?

Inegavelmente, temos uma herança psi, na qual as questões sempre estavam situadas no indivíduo, buscando neutralizar questões sociais e políticas. Psi apolítica, que não pode se dar dessa forma, pois, de qualquer modo, os discursos produzem realidade, então esses discursos têm uma política, têm um direcionamento e alimentam certas práticas, que de fato abafam questões sociais e de justiça social que se furtam a contar.

Na tentativa de operar fora dessa lógica, que é majoritária e se utiliza de metodologias ditas neutras e rigorosas, se situa a pesquisa-intervenção, que tem por característica o desafio de colocar questões circunstanciais e provisórias, entendendo que os processos estão em constante mudança, e ela é sustentada pelo paradigma ético-estético-político.

Assim, me fiz louca, das duas maneiras que falei. Na dificuldade, na tranquilidade de alguém sobreimplicado⁸⁶, mas que cedendo aos agenciamentos (irresistíveis) tornei-me outra, pensando e fazendo análises de implicação.

85 “[...] tentar transformar uma instituição é fazê-lo de dentro dela, analisando os atos cotidianos, seus dispositivos e relações” (ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psi-cologia & Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 7, 2014. p. 46).

86 “A sobreimplicação é a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto” (COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político. **Práticas PSI inventando a vida**, [s.l.], p. 27-38, 2007. p. 27).

VINCULAR

Nesse dia chegamos atrasados, e não estava mais tendo visitas. Não tinha muito barulho. As meninas jogavam uno e não vi nenhuma voluntária nesse dia. Subi a rampa para falar com as outras crianças e a Tartaruga Falsa pulou no meu colo. Depois fomos assistir desenhos juntos, todos estavam na sala, deitados, alguns no colo dos outros, atentos à programação da TV, foi o que fizemos nesse dia.

Depois fui ver os bebês e a educadora estava dando comida para dois ao mesmo tempo, quando dava comida pra um o outro chorava e vice e versa, ela teve que ir administrando. Ela disse da última vez, que ela levava a Maria pra casa dela nos finais de semanas. Perguntamos se isso era permitido por lei e ela disse que não está previsto que isso aconteça, mas ela faz. (Diário de Campo, dezembro de 2013)

Na conversa com uma educadora perguntamos sobre a questão do apego. Ela disse que passa afeto para as crianças sim, mas que o número de crianças é muito grande (ela cuida das crianças maiores, que são nove). Muitas vezes ela não dá conta da demanda. Disse que conversa com as crianças deixando claro que não é a mãe deles, que posteriormente eles terão uma família onde terá alguém que fará esse papel de mãe. Mas, terminou dizendo que de uma forma ou de outra são elas (as educadoras) que são a referência para as crianças.

Os bebês ficavam em um quarto na maioria do tempo, mas era dia de faxina, então ajudamos a levar os cinco bebês para o outro cômodo [...] A educadora colocou o tatame no chão, levou alguns brinquedos e os bebês ficaram lá. Enquanto estávamos lá, a educadora se deitou na almofada abraçou um dos bebês e cochilou junto dele fazendo-o carinho”. (Diário de Campo, dezembro de 2013)

“Era uma mesa grande, mas os três estavam espremidos numa ponta: “Não há lugar! Não há lugar!” gritaram ao ver Alice se aproximando. “Há lugar de sobra!” disse Alice Indignada, e sentou-se numa grande poltrona à cabeceira” (CARROLL).

Esses fragmentos de diários falam de vinculação. A hora do chá, entre Alice, o Chapeleiro, a Lebre de Março e o Caxinguelê, pode comunicar essas vinculações. Enquanto Alice se aproximava, eles gritavam: não há lugar! Mas havia lugar. Por mais que essas educadoras e técnicas diziam: “nós os ensinamos que eles terão uma mãe e que não somos nós”, não mudava o modo como elas se vinculavam a eles como mães. Havia medo de se vincular, dizendo que não havia lugar para esse afeto maternal, mas havia e há lugar, mesmo que se diga que não.

No fim, elas assumiam sem assumir: “eu acabo por fazer papel de mãe”; *“A criança chamou a educadora de mãe e ela avalia que não pode, pois não é a mãe dele”* (Diário de Campo, fevereiro de 2014).

O medo desse papel só revela o quanto ele é insuficiente, no sentido de que ele não consegue capturar todos os sentidos de *mater-nar*, pois elas não eram mães, mas as crianças sentiam que elas eram mães, então o que é ser mãe, afinal de contas? Não dá para cartilhar, o modo como se relacionavam tinha o efeito de fazer com que as crianças considerassem as educadoras as suas mães.

Aqui o sentido de mãe não é o mesmo do ideal burguês, que seria o de “propriedade sobre a criança”, mas o do cuidar, o de acolher. Afinal, não é isso que mulheres das classes trabalhadoras fizeram ao longo da história e ainda fazem (as amas de leite, as empregadas domésticas, as babás etc.), cuidar dos filhos de outros, além dos seus próprios, sem com isso reivindicar qualquer propriedade?

Poder se vincular é cuidar, é estar disponível, é acolher os afetos agradáveis e os mais difíceis. É não se render aos moldes estabelecidos, que empobrecem e fazem com que sigamos tópicos que ficam o tempo todo nos restringindo a ação, que tiram nossa potência de afetar e ser afetado.

Nós também nos vinculamos com as crianças e com as técnicas, sentimos e choramos suas dores juntas, conversamos coisas à toa, do cotidiano, combinávamos estratégias conjuntas e muitas vezes falhávamos, como tudo na vida.

A vinculação tem um caráter de doação que não é da ordem religiosa ou capitalística (ainda que tais lógicas possam buscar capturar a ação de vincular-se como doação), é do plano ético, do plano de existir com o outro.

Capítulo 5

Acontecimento

ACONTECIMENTO: PRIMEIRO ENTARDECER

As inquietações vindas das vivências no campo faziam coro com os incômodos dos encontros do grupo de pesquisa Raij. Neste, estávamos numa série de leituras de Foucault, discutindo sobre biopoder⁸⁷.

87 Virada no pensamento: poder não como uma coisa a se possuir, mas o poder como relação, intrínseco a todas as relações. Não uma teoria geral do que é o poder do seu início e fim, mas sim por onde esse poder transita, como ele passa e quais são os seus efeitos. O poder como conjunto de mecanismos e procedimentos que tem como papel ou função e tema manter justamente o poder. A análise das relações de poder pode iniciar algo como uma análise global de uma sociedade, por exemplo com a análise das transformações econômicas. Essas análises têm o papel de mostrar quais são os efeitos do saber que se produzem na sociedade por meio das lutas e dos combates que acontecem e pelas táticas de poder que são elementos dessa luta. A prática filosófica é saber em quais campos de forças reais tomar como referência para fazer uma análise em termos táticos: o que vamos fazer, que caminhos seguiremos para afirmar ou não certas coisas e combater outras (FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.).

Vinham à tona as experimentações de outras colegas atuantes na Assistência Social, no juizado. De repente, o Sorriso sem Gato apareceu!

E como numa represa, a água, fluida que é represada em volta dos muros, saltou as barreiras, ruiu as muralhas e inundou tudo à sua volta: um tapa na mesa na hora do chá (ou do café) ao cair da noite de segunda-feira saiu quebrando todas as louças sem nenhuma culpa: **“Foucault estava certo, o discurso produz realidade! Tá aí, inventaram essa merda de limbo afetivo e agora ele existe, e ponto, é real, temos que lidar com ele”.**

O sentido como *acontecimento*. Deleuze⁸⁸ vai dizer que o sentido está no verbo e não em seu atributo: a árvore não é verde, ela verdeja, desse modo o verdejar que é o sentido. O sentido não habita nas profundezas dos corpos como causa, ou seja, ele não está na lógica dicotômica sujeito-objeto, causa-efeito, mas está na superfície do acontecimento, desse modo, é uma quase-causa. O acontecimento dá o sentido, é o resultado das ações e paixões dos corpos. O sentido como acontecimento difere radicalmente do estado de coisas em que se efetua: como incorporeal, não é um ser, mas um extra-ser, qualquer coisa que ocorre para além dos movimentos dos corpos, na sua fronteira. O acontecimento é devir ilimitado, é o demasiado e o insuficiente, o já e o ainda não, é o que nunca acaba de chegar e nunca acaba de sair.

A frase do Sorriso sem Gato foi um acontecimento, porque os corpos ainda estavam do mesmo jeito, não havia mudanças visíveis, mas ao mesmo tempo o estado dos corpos não era mais o mesmo,

88 DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

tudo havia sido mudado, daí vem o sentido. Não é a frase em si, mas a força que nela se move e faz marcar uma virada.

O acontecimento muda tudo. Uma professora querida — tão querida que convidamos para prefaciar este livro — exemplificava: é como em um casamento, o padre declara que a noiva e o noivo estão casados, passam a ser marido e esposa, mas ainda estão no altar, ainda estão vestidos do mesmo jeito em que entraram na igreja, só que tudo mudou. Ou como em um avião, alguém grita: isso é um assalto, o avião ainda está no ar, ainda está acontecendo uma viagem, mas tudo mudou.

Não é possível prever um acontecimento, mas existe um conjunto de coisas que ocorre, um fluxo na superfície para que ele se dê. O acontecimento, ou o sentido, se dá em meio a várias coisas, por isso o acontecimento é quase-causa, pois não é porque se fez uma coisa que outra aconteceu, mas é uma multiplicidade, que não pode ser medida ou capturada. Acontece.

Já havia várias discussões acontecendo, campos de pesquisa que vinham à tona com suas problemáticas, autores, conceitos, experimentações, estresses, questionamentos, aberturas, durezas, pontes e quando não: acontecimento, sentido.

ACONTECIMENTO: SEGUNDO ENTARDECER

As discussões sobre as instituições e suas produções já vinham nos perpassando de modo muito intenso. O modo como o judiciário lidava com a questão da guarda das crianças, sempre criminalizando a família, por não estarem nos moldes previstos, os profissionais reproduzindo esse discurso, e dando razão ao juiz.

Envoltas na revolta pela situação, encontramos novamente o Sorriso sem Gato. Alice nos disse que teve alguns encontros com esse Gato e que esses encontros foram confusos, a (des)governavam no país das maravilhas.

Duas irmãs não voltariam para suas casas e para a tutela do seu pai pois, segundo a juíza que julgava o caso, o pai não tinha condições de cuidar delas, pois ele trabalhava o dia inteiro e não tinha tempo para as crianças, e além disso não tinha uma relação amorosa estável, pois tinha se divorciado da mãe das meninas e agora “só” tinha uma namorada. (Diário de Campo, maio de 2014).

O Gato encostou na pilastra que sustentava um telhado curto, que anunciava mais uma vez o cair da noite, parece que ele só aparecia na viração do dia, talvez de propósito, já que o que parecia era querer colocar nossa cabeça do avesso.

Encostado na pilastra, ouvia nossos choramingos: “que horror, por que eles são tão maus? Por que eles fazem isso? Isso é horrível, que pessoas horríveis!”. O Gato sorriu seu sorriso de costume, soltou uma baforada do seu cigarro (sim, gatos geralmente não fumam, mas esse sim, e parece que sentimos esse mesmo cheiro enquanto lembramos) e respondeu mudando as nossas perguntas num tom de ironia: “eles QUEM?” “Maldade?”, parece que o sorriso se abriu ainda mais. “Para QUE ou para QUEM fazem isso?” “É pessoal?” “O que isso produz?”.

O gato era esperto, não estava interessado em responder às perguntas, já que sempre fazia outras e que nos colocavam em estados de loucura, mesmo ele avisando que ali não havia outro caminho a não ser o do enfrentamento. Mas, mesmo nos enfrentando, tinha o encantamento dos gatos, que brincam arranhando e deixando suas marcas em nós, que também estão sempre presentes, ainda que nos dando o devido espaço para escolher. Gatos não gostam que fiquem pegando neles, no máximo uma roçada e acabou.

Sabe que é bom ter um gato desses na vida? Pode ser fumante ou não, não importa muito essa parte, importa é que ele e seus arranhões fazem com que você caia em si, ou melhor caia de si e veja como sentir a vida nas suas forças mais intensas, é bem mais bonito do que permanecer intocado.

As brincadeiras que parecem selvagens (e são) transpõem estados da inércia tediosa. Sabemos que as pessoas gostam mais de cachorros, tudo bem, eles são legais, mas os gatos são os que não te deixam nunca tranquila, pois a brincadeira tem outro tom, e o carinho também. Alice nos contou que com certeza os gatos vêm do País das Maravilhas, onde as mordidas são carinhos, as preguiças são exatamente o olhar atento e presente, e os miados soam como pedidos e perguntas perturbadoras.

Como pode perceber, o gato jogava conosco, nos virava de ponta-cabeça sem dó nessa brincadeira. Ia nos arranhando as mãos, os braços, as ideias, nos obrigava a pensar a cada mordida, que ia ficando cada vez mais forte.

Os arranhões iam se somando à paisagem, parece que tudo nos arranhava, não era possível retornar, e nós tentamos muito, quisemos voltar. A questão de decidir colher margaridas ou permanecer sentadas era muito sedutora nesse momento de mordidas e arranhões. Como assim? Tudo passou a ser pontiagudo nesse mundo? Foi aí que percebemos que as mordidas e os arranhões não eram o que doía mais, tem dor que é bem pior.

A dor do tédio das respostas rápidas para as perguntas que afligem a diferenciação da vida, por exemplo. O peso da dor de carregar os estereótipos de um mundo inteiro na cabeça ou em um casco, a dor da fome que bate sem trégua, enquanto te mandam buscar ajuda no acolhimento que não acolhe e ainda te culpam. A dor da loucura que recai sobre os ombros de uma criança, a dor da pobreza que é criminalizada, enquanto a verdadeira pobreza está na dificuldade de possibilitar que a vida circule e se produza infinitamente diante da sua multiplicidade.

Não há como voltar atrás. Agora, nem queremos. Há dor, causada por existir (resistir) num mundo onde o sentido não tem lógica e a lógica que tem sentido (mesmo não tendo) reforça esse sofrimento por endurecer muros e fronteiras, por não deixar as coisas se encontrarem em seu limiar e produzir novas possibilidades.

Estranho preconceito, contudo, que valoriza cegamente a profundidade em detrimento da superfície e que pretende que superficial significa não de vasta dimensão, mas de pouca profundidade, enquanto que profundo ao contrário significa de grande profundidade e não de fraca superfície. E, entretanto, um sentimento como o amor mede-se bem melhor, ao que me parece, se é que pode ser medido, pela importância de sua superfície do que pelo grau de profundidade...⁸⁹

Deleuze afirma um novo sentido para a superfície, que comumente é entendida como oposto de profundidade. Esta, por sua vez, superestimada, coopera na busca incansável pelo que existe por detrás dos momentos, ações, gestos e palavras. No pensamento representacional, a lógica das profundezas se alicerça na busca por verdades ocultas, reproduzindo problemas que nos levam cada vez mais para um buraco sem superfície.

Na superfície, as coisas se dão na lateralidade, sem que seja preciso cavar buracos cada vez mais fundos. Os momentos, as ações, os gestos e as palavras são criações. Acontecem. Não há um decalque para ser reproduzido.

Quando Alice diz: “estou segura de que não são as verdadeiras palavras”, ela busca encontrar palavras ideias a serem ditas. Ela cavou um buraco e não encontrou nada lá, pois as verdadeiras palavras eram as que ela disse e estavam na superfície. Na superfície se encontram os sentidos e seus desdobramentos.

Deleuze⁹⁰ fala: “nada de mais frágil do que a superfície”. No entanto, o que a torna tão frágil? Quais são os monstros que assolam a superfície? Podemos pensar, primeiramente, que a abertura de buracos seja o monstro. Mas a superfície se fragiliza por causa da imperceptibilidade

89 TOURNIER, Michel. Sexta-feira ou os limbos do Pacífico. São Paulo: Bertrand, 1994. p. 12.

90 DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 85.

de sua ameaça e logo, no susto, temos uma tempestade. Trata-se, então, do caos, da loucura: uma potência de vida ou da sua negação:

Acreditamos ainda estar entre as garotinhas e as crianças; já nos encontramos em uma loucura irresistível. Acreditávamos estar no ponto culminante de pesquisas literárias, na mais alta invenção das linguagens e das palavras; já nos achamos nos debates de uma vida convulsiva, na noite de uma criação patológica concernente aos corpos⁹¹.

É preciso atentar-se para as funções e os abismos muito distintos do não senso⁹², atentar-se às heterogeneidades das palavras-valise, que podem ser ditas por uma garotinha, um poeta e um esquizofrênico — “uma menina pode cantar ‘Pimpanicalho’, um artista escrever ‘fumioso’, um esquizofrênico dizer ‘perspenticaz’”⁹³ —, mas que não são as mesmas, ainda que estejamos diante de funções análogas de formarem uma palavra-valise.

Deleuze⁹⁴ vai chamar de funções grosseiramente análogas. Os lógicos, para falar de não senso, podem usar esse exemplo como portador da mesma função, mas é um exemplo desencarnado⁹⁵, fora da

91 DELEUZE, 2015, p. 85.

92 “Tanto na superfície como na profundidade existe não-senso, mas não é o mesmo. O da superfície tem a ‘cintilância’ dos acontecimentos puros, entidades que nunca terminam de chegar e nem de retirar-se. Os acontecimentos brilham como uma espada, sem a espada, como o sorriso sem gato” (DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 32).

93 DELEUZE, 2015, p. 86.

94 DELEUZE, 2015.

95 Exemplos laboriosamente construídos são pobres. A experiência é tudo, as coisas se dão no campo da experimentação, exemplos desencarnados, isso sim é falta de lógica. Os exemplos ditos lógicos são uma miséria: por exemplo responder: o que um psicólogo faz? Caso houvesse uma resposta, ela seria miserável. Importante lembrar que a insuficiência do lógico não nos autoriza a fazer o mesmo que ele.

experiência, e acaba por produzir essas grosserias análogas. Confundem o problema da criação da palavra-valise pela garotinha, pelo poeta e pelo esquizofrênico, como se fosse possível haver uma trindade entre eles. O problema aqui é da Crítica e da Clínica, nas quais envolve o limiar da desorganização (dos corpos e dos desejos) que possibilite criação, e da linguagem e do não senso para que tenham uma outra dimensão.

[...] “permita que lhe apresente esta perna de carneiro [...] Alice... Carneiro; Carneiro... Alice.” A perna de carneiro se levantou no prato e fez uma pequena mesura para Alice, que a retribuiu, sem saber se ficava com medo ou achava graça.

“Posso lhes servir uma fatia?” perguntou, pegando a faca e o garfo e olhando de uma Rainha para a outra.

“É claro que não”, respondeu a Rainha Vermelha, peremptória.

“Fere a etiqueta cortar alguém a quem você foi apresentada. Levem o assado!” E os garçons o levaram e trouxeram um grande pudim de passas no lugar.

“Não quero ser apresentada ao pudim, por favor”, Alice se apressou a dizer, “ou não vamos ter nada para jantar. Posso lhes servir um pouco?” Mas a Rainha Vermelha pareceu aborrecida e resmungou:

“Pudim... Alice; Alice... Pudim. Levem o pudim!” e os garçons o levaram tão depressa que Alice não pôde retribuir sua mesura. Seja como for, não entendia por que a Rainha Vermelha devia ser a única a dar ordens, e assim, para fazer um teste, chamou:

“Garçom! Traga o pudim de volta!” e num segundo lá estava ele de novo, como num passe de mágica. Era tão grande que não pôde deixar de se sentir um pouco embaraçada com ele, como havia ficado com o carneiro. Contudo, venceu seu embaraço e, com grande esforço, cortou uma fatia e a serviu à Rainha Vermelha. “Que impertinência!” disse o Pudim. “Será que gostaria se eu cortasse uma fatia de você, sua criatura?” Falava com uma voz grossa,

untuosa, e Alice não teve o que dizer em resposta. Só conseguiu ficar imóvel e olhar para ele boquiaberta.

“Faça um comentário!” disse a Rainha Vermelha. “É absurdo deixar toda a conversa nas mãos do pudim!” ⁹⁶

Nessa série, comer-falar⁹⁷, de Carroll, há na superfície uma linha na qual se elabora o sentido, na articulação com a diferença. Esse sentido imaterial é resultado das causas corporais (suas misturas, ações e paixões), mas esse resultado é diferente das causas corporais, pois, na superfície, o sentido, como efeito, é uma quase-causa.

Quase-causa que é incorporeal, expressa nas palavras esotéricas e nas palavras-valise que distribuem o sentido para ambos os lados simultaneamente (por isso é preciso tomar cuidado com a heterogeneidade). Essa é a organização da superfície que se opera na obra de Carroll (o espelho – que se articula distribuindo sentindo pelas duas séries refletindo uma na outra).

Deleuze diz que Artaud desenvolve séries opostas: viver e existir, agir e pensar, matéria e alma. Ele tem a impressão de se assemelhar a Carroll em suas séries e chega a dizer que foi copiado no livro de Alice, mas em sua carta descontente sobre a obra de Carroll, Artaud diz: “não gosto de poemas ou das linguagens de superfície e que respiram ócios felizes e êxitos do intelecto, mesmo que este se apoie no ânus, mas sem que se empenhe nisso a alma ou o coração”⁹⁸.

Artaud considera Carroll alguém que se restringiu à “linguagem de superfície e não sentiu o verdadeiro problema de uma linguagem

96 CARROLL, 2015a, p. 142.

97 “Em suas obsessões alimentares, Alice é atravessada por pesadelos que se referem a absorver, ser absorvido. Ela constata que os poemas que ouve falam de peixes comestíveis. E se falarmos de alimento, como evitar fazê-lo diante daquele que deve servir de alimento? Assim, temos as gafes de Alice diante do camundongo. Como evitar comer o pudim ao qual se foi apresentada?” (DELEUZE, 2015, p. 25).

98 DELEUZE, 2015, p. 87.

em profundidade”⁹⁹. Então, a questão que emerge é: “por que Artaud acrescenta que não tem nada a ver com Carroll? Por que a extraordinária familiaridade é também uma radical e definitiva estranheza?”¹⁰⁰.

As séries de Carroll se organizam na superfície. Alice está na superfície. Para Artaud, assim como para os esquizofrênicos, não existe mais superfície. A superfície está arrebatada, como uma “pele perfurada por uma infinidade de pequenos buracos”¹⁰¹. A consequência é que tudo é corpo (não é mais imaterial), e isso engole todas as coisas em profundidade.

Não havendo mais superfície, a palavra perde o sentido, perde a “capacidade de exprimir um efeito incorporal distinto das ações e das paixões do corpo”¹⁰². Então, Deleuze traça uma crítica à psicanálise que não compreende os jogos de força, reduz o esquizofrênico a significantes da própria teoria:

uma psicanálise má tem duas maneiras de se enganar, ou por acreditar descobrir matérias idênticas que forçosamente se encontram em toda parte, ou formas análogas que fazem falsas diferenças. É ao mesmo tempo que se deixa assim escapar o aspecto clínico psiquiátrico e o aspecto crítico literário¹⁰³.

Desse modo, há duas falhas: uma que rebate a clínica sobre a literatura, e o poema vira um caso patológico, e o outro é o contrário, rebate-se a literatura na clínica e Alice vira um conto esquizofrênico. Assim, deixa-se escapar o próprio sentido desses dois planos. Em ambos os mundos, as profundezas de Artaud e a superfície de Alice em Carroll não se encontram, pois são diferentes.

99 DELEUZE, 2015, p. 87.

100 DELEUZE, 2015, p. 89.

101 DELEUZE, 2015, p. 89.

102 DELEUZE, 2015, p. 90.

103 DELEUZE, 2015, p. 95

O que se faz importante é que o *nonsense* do esquizofrênico e da menina são diferentes, o esquizofrênico retorna as profundezas através dos diversos furos, a menina não, ela habita em “um plano iminente aos corpos, à vida, e à linguagem, à superfície, ao sentido”¹⁰⁴. Plano que é denominado plano do pensar, que Deleuze chamará de “superfície metafísica” ou “campo transcendental”.

104 ALLIEZ, Eric (org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 76.

Capítulo 6

Outros Diários

Aqui aparecerão algumas personagens novas. Primeiro a Rainha, que é uma personagem que acumula para si todos os discursos de poder. Dorme e acorda pensando no poder, se move de tristeza e dor. É muito antipática e vive sugando as energias alheias.

Aparece a Rosa, flor que não aceita ter sua cor mudada. E a Margarida, que passou muito tempo com Alice. Vocês vão conhecê-las.

ENCONTRAR E FLORESCER EM TERRA ESTRANHA

Hoje foi nosso primeiro dia no Cras, fomos a uma reunião de equipe para nos apresentar para as trabalhadoras, dizer do nosso trabalho na extensão, que estávamos ali para aprender com todas elas, que não gostaríamos de estabelecer uma relação distante de um observador, mas que estávamos disponíveis para a inserção com elas nas demandas e questões que surgissem no cotidiano do trabalho. Nossa entrada nesse campo se deu a partir de uma equipe de um outro Cras, equipe que manifestou o desejo de ter um contato mais próximo com a academia para pensar questões que vão surgindo no cotidiano do trabalho. Uma equipe muito disponível

e que tecia uma conexão muito interessante (entres os próprios trabalhadores, os usuários e os recursos que tinham) dentro do serviço socioassistencial. Levamos essa demanda até a Secretaria de Assistência Social de Cariacica e gostaram muito da proposta de extensão feita pela equipe do Cras com o nosso grupo de pesquisa. Os gestores propuseram que entrássemos em mais dois outros Cras. Um deles era o de PN, o grupo foi dividido em três para que fôssemos nos três Cras sugeridos.

A Rainha, comandava a reunião, e nos deu um breve momento de fala, para que o nosso grupo se apresentasse; nos deu a fala, mas, mesmo assim percebemos que estava receosa quanto ao que tínhamos que falar. Falamos. Alguns olhares atentos, mas a maioria nem tanto. As perguntas que a Rainha dirigiu a nós, não foram um convite de boas-vindas, eram receosas, cautelares e totalmente preventivas. Percebemos que nossa chegada não foi comemorada, que ela só nos recebeu por uma ordem da gestão, e que nossa disponibilidade deveria ser ainda maior, ou o receio da vinculação seria constante. Rapidamente no final da nossa fala, ela se levantou e começou a distribuir tarefas, e a reunião se encerrou. (Diário de Campo, outubro de 2015)

“Por favor, poderia me dizer...” começou olhando timidamente para a Rainha vermelha.

“Fale quando lhe falarem!” a Rainha atalhou-a rispidamente.

“Mas se todo mundo obedecesse essa regra,” disse Alice, sempre pronta para uma pequena discussão, “e se você só falasse quando lhe falassem, e a outra pessoa sempre esperasse você começar, veja, ninguém nunca diria nada [...]”¹⁰⁵.

O modo como fomos recebidas já foi um alerta em relação às estratégias que poderíamos usar naquele espaço. O grupo do outro Cras nos

105 CARROLL, 2015a, p. 129-131.

convidou para compor com eles, estavam abertos e receptivos, já o Cras para o qual fomos enviadas pela gestão tinha outra configuração. Claro que o que é mais comum dentro dos serviços socioassistenciais não são os estagiários ou extensionistas serem recebidos com flores e tapetes vermelhos, e nem queríamos isso. Tínhamos vontade de compor com eles naquele espaço, ainda não sabíamos como, mas percebemos uma resistência grande por parte da Rainha. Ainda assim, insistimos, pois o serviço não era só ela, havia muitos outros trabalhadores, e precisávamos conhecer qual era o histórico daquele Cras e como as relações estavam se dando para poder analisar melhor.

Conversando, um dia, com uma trabalhadora, ela disse que aquele Cras tinha passado por uma sequência, fora do comum, de mudanças de coordenação, e isso atrapalhou muito o trabalho de todos e, também, o atendimento e acompanhamento dos usuários.

Desde o começo tenho acompanhado Rosa em seu trabalho, ela tem me ensinado várias coisas sobre o Cras, pois eu conhecia muito mais a alta complexidade do que a atenção básica. Atendemos a uma senhora juntas hoje, na verdade era só para fazer o cadastro dessa senhora no Cras, mas ela contou toda a sua situação para nós duas, e ficamos conversando por muito tempo. Percebi a escassez de recursos dos serviços. Um serviço que é porta de entrada para que os usuários recebam benefícios, mas que não consegue garantir a maioria deles. A Senhora estava na seguinte situação: Ela foi caseira em um sítio durante toda a sua vida, mas sofreu uma queda e está com a mobilidade muito reduzida, até por conta de sua idade. O empregador a mandou embora e ele não assinava sua carteira, na verdade, ela nem tem carteira de trabalho. Ela quase não tem rede de apoio para ampará-la, está morando de favor (mas com tempo contado) na casa de uma conhecida. Agora está sem condições de trabalhar e como foi uma queda séria, é provável que não possa trabalhar como antes. Havia uma série de trâmites legais, para serem feitos a longo prazo mas,

por exemplo, um cesta básica que ela necessitava no momento, o Cras estava sem receber para repassar para ela, isso já estava acontecendo a meses. (Diário de Campo, novembro de 2015)

Estávamos aflitas para a orientação no grupo Raij, com muitas questões, e à medida que íamos falando pareciam que novos elementos iam surgindo, pois o sentimento de pena estava ali novamente. Mas, falando, percebemos, juntas, com as Coelhas e o Gato (sim, ele apareceu), que o trabalho de cadastrar, que a psicóloga fazia, era de fato muito técnico, mas começamos a analisar outras coisas. O que se passou nessa conversa era apenas técnico? E percebemos que tinha muito mais do que técnica.

A Rosa era uma das trabalhadoras que não preenchia o cadastro inteiro, por achar que era desnecessário. Havia perguntas do tipo: qual é o material do piso da sua casa? Ela pulava muitas perguntas, não sabemos se era uma estratégia pensada, mas fazendo isso ela tinha mais tempo de conversar com o usuário. O cadastro do Cras era feito para que depois de um mês o usuário pudesse marcar atendimento individual com alguma das trabalhadoras; ou participar de alguma oficina/grupo oferecido no Cras; ou para fazer seu cadastro único (outro cadastro, muito maior, muito mais minucioso, que levava mais ou menos uma hora e eram feitas por técnicas específicas desse cadastro, tinha a finalidade de liberar o benefício do Bolsa-Família).

Percebemos que no momento do cadastro as pessoas faziam perguntas que não tinham coragem para fazer lá fora¹⁰⁶, quando estavam em grupo. Às vezes, vinham com pedidos simples que as trabalhadoras podiam já resolver. Por exemplo, uma pessoa mudou de território, não sabia como chegar na Unidade Básica de Saúde desse novo território, a trabalhadora explicava.

106 Antes de os usuários entrarem para realizar o cadastro no Cras eles passavam por uma reunião em grupo denominada “Acolhimento”, que basicamente servia para explicar sobre os direitos aos benefícios e apresentar quais eram eles.

Naquele caso da senhora caseira sem carteira de trabalho, a Rosa não resolveu os problemas dela, mas não era só essa a questão. Rosa deixou o tecnicismo de lado, olhou nos olhos daquela mulher, seguiu sua mão e ouviu o que ela tinha para dizer até o final.

Em nenhum processo anterior em que aquela mulher passou teve quem a escutasse (ela mesma reclamou disso enquanto falava), nem o ex-patrão, nem o filho, que já estava distante há muito anos, nem a pessoa que fez o “acolhimento” lá fora. Uma escuta afetiva promoveu o acolhimento.

Há modos de fazer, pequenas astúcias, ainda que pareça que tudo é em vão. Esse pensamento só reduz nossa potência. É importante lembrar que há potência nos modos de fazer, dependendo de como são feitos podem promover acolhimento ou podem silenciar pessoas.

A ROSA

Quando chegamos ao Cras, cumprimentamos a maioria das pessoas que estavam terminando de almoçar na copa, circulamos pelo espaço e não encontramos a Rosa. Ela era a pessoa referência para nós, que tinha aberto espaço para que conhecêssemos e acompanhássemos o que ela fazia nos serviços, conversávamos muito sobre o que ia acontecendo na rotina de trabalho. Quando finalmente cansamos de procurar, perguntamos a outra trabalhadora onde ela estava. Ela respondeu: “Rosa, não trabalha mais nesse Cras”, respondeu baixo e de forma rápida saiu, como se não pudesse perguntar o que tinha acontecido.

Havia três dias da última vez que tínhamos ido ao Cras, nesse dia conversamos com Rosa, e não tínhamos qualquer ideia de que em apenas três dias ela não trabalharia mais lá. Ficamos um tempo tentando entender o que estava acontecendo, não sabemos o que fizemos direito após recebermos essa notícia. Nossa primeira reação foi procurá-la nas redes sociais e perguntar o que havia acontecido.

Eis a história:

Uma grande roseira crescia junto à entrada do jardim; suas flores eram brancas, mas [...] jardineiros estavam a sua volta pintando-as de vermelho (p. 89).

Rosas cresciam e faziam brilhar a vista a boniteza de suas pétalas brancas.

“Poderiam me dizer”, perguntou Alice, um pouco tímida, “por que estão pintando essas rosas?” [...]

“Ora, o fato, senhorita, é que aqui deveria ter sido plantada uma roseira com rosas vermelhas, e plantamos uma de rosas brancas por engano; se a Rainha descobrir, todos nós teremos nossas cabeças cortadas. Assim senhorita, nos viramos como podemos, antes que ela chegue...”¹⁰⁷

A Rosa branca achou um disparate ter que se dobrar a essa ordem tão sem cabimento, mas durante essa conversa, a Rainha foi se aproximando e, por fim, a Rosa disse: “não podem também aprender a gostar de rosas brancas? Não precisa serem todas vermelhas, é até um desperdício ter tantas cores e não as usar”.

“Entendo!” disse a Rainha, que nesse meio tempo estivera analisando as rosas. “Cortem-lhes as cabeças!”¹⁰⁸

Todos foram cortados, até as rosas.

UM SUSTO, É POSSÍVEL FLORESCER EM SOLO DURO

Não tínhamos mais a Rosa. Sentimo-nos só.

Fiquei quase trinta minutos esperando a Rainha aparecer para me dizer qual serviço eu poderia acompanhar. Desde a

107 CARROLL, 2015b, p. 90.

108 CARROLL, 2015b, p. 93.

partida de Rosa parece que não tenho lugar. (Diário de Campo, novembro de 2015)

A necessidade de disponibilidade é fundamental para a vinculação, para que se crie confiança e seja possível a feitura de trabalhos que possibilitem o enfrentamento das dificuldades e complexidades que surjam no cotidiano. Era estar disponível como uma criança que, sem condicionamentos, pode experimentar.

Sem condicionamentos também nos jogamos e acatamos muitas ordens da Rainha de Copas nesse momento, e não sabíamos exatamente como as coisas funcionavam. Rosa tinha nos ensinado algumas coisas, mas mesmo assim, deixamos as coisas virem.

Temos a prepotência, muitas vezes, de chegar ao campo achando que temos mais condições de realizar o trabalho, e de fato temos. Muitos condicionamentos: o que é bom, o que é ruim, o que achamos que não deve ser feito, ou o que deve ser feito, como conduzir, como operar. No entanto, o que acontece é que é no processo que se faz e que não se faz, é que se avalia. Inclusive, parece que a avaliação a respeito das linhas que foram tecidas ou não, só podem ser vistas depois, a cartografia é feita no processo, mas o mapa se dá depois que já se passou.

A beleza está nisso, em criar em processo, ver a obra e saber que ela não responde ao que vem depois, ela evidencia as linhas e traços que foram necessários para chegar ali, e dá consistência e passagem para novas obras virem.

Sem nossa parceira, nos sujeitamos às ordens da Rainha. O que ela nos colocava para fazer, fazíamos. Nós tapamos vários buracos (como a profundidade), pois ela nos colocava em funções em sua maioria técnicas, talvez como uma estratégia, para paralisar nossos questionamentos e perguntas. Até que um dia...

[...] topou com um grande canteiro, orlado de margaridas, e um salgueiro crescendo no meio.

“Oh Lírio-tigre!” chamou Alice, dirigindo-se a um que ondulava graciosamente ao vento, “gostaria que pudesse falar!”
“Pois podemos”, falou o Lírio-tigre “quando há alguém com que valha a pena conversar”¹⁰⁹.

Não havíamos reparado muito nesse canteiro antes. Pensamos, depois de ter perdido Rosa, que não havia como brotar outras flores naquele solo árido. Mas estavam ali, na nossa frente.

Entramos nessa sala, e parecia que lá dentro era um mundo à parte. A Rainha nem ia até lá (apesar dos seus mandos e desmandos afetarem diretamente todos do jardim).

Cheguei e fui direto para o SCFV, a Rainha quis que eu ficasse na recepção do Cras, ajudando a secretária, eu recusei e disse que ficaria ali mesmo, tínhamos uma atividade que eu considerava importante participar. (Diário de Campo, novembro de 2015)

O Lírio-tigre nos apresentou as outras flores do canteiro, fizemos muitas coisas juntas. Produzimos bonecas, caixas, costuramos tecidos, enfeitamos adereços festivos (quem diria que flores conseguiriam fazer tantas coisas, não é mesmo?). Gostávamos muito de ler histórias, e inventávamos muita coisa para fazer. Brincávamos de fantoche, xadrez e dedobol. Cantávamos às quintas, e gíngávamos capoeira às quartas. Assistíamos a filmes e conversávamos demais, até brigamos, muitas vezes. É difícil flores diferentes terem a mesma opinião.

Um dia convidamos uma árvore chamada Acácia-de-tronco-vermelho¹¹⁰ para conversar conosco sobre uma questão muito

109 CARROLL, 2015a, p. 30.

110 Acácia-de-tronco-vermelho foi a árvore escolhida para falar dessa pessoa, pois é uma planta nativa da África, mais especificamente de Moçambique, país onde ele nasceu.

importante que estava em pauta. Era sobre as cores¹¹¹ das flores, conversamos sobre isso em muito encontros, mas nesse, especificamente, conversamos muito sobre aceitar nossas cores naturais, havia uma infinidade de cores e todas eram bonitas e formavam juntas um jardim diverso e interessante. Nenhuma merecia destaque, todas as cores eram importantes e não deveríamos deixar ninguém pintar nossas pétalas e folhas de uma cor que apagasse a nossa.

Eu estava descendo as escadas para ir embora, mas a Rainha me chamou de volta. Perguntou quem havia permitido que eu trouxesse uma árvore para o canteiro do Cras. Expliquei o porquê de trazê-la para o jardim. Ela ficou ainda mais brava e disse que eu não devo trazer quem eu quiser para o Cras, e se caso eu tivesse essa ideia novamente deveria passar por ela antes, pois ela tinha que saber de tudo. (Diário de campo, novembro de 2015)

Em um outro dia que chegamos ao Cras, conversamos com o Lírio-tigre sobre o que a Rainha havia nos dito.

“Ponha a mão na terra e sinta”, [...]

Alice obedeceu. “É muito dura”, observou, “mas não sei o que uma coisa tem haver com a outra.”

“Na maioria dos jardins”, explicou o Lírio-tigre, “fazem os canteiros fofos demais... por isso as flores estão sempre dormindo.”

Parecia uma excelente razão, e Alice gostou muito de ouvi-la.

“Nunca tinha pensado nisso antes”.¹¹²

Ali o solo era muito duro, as flores deveriam e precisavam (era uma questão de sobrevivência) permanecer acordadas. Precisavam

111 O assunto era Negritude, nesse dia giramos o assunto em torno da questão da beleza negra e da autoaceitação.

112 CARROLL, 2015a, p. 32.

cuidar uma da outra para não morrerem, pois o solo era duro e ainda havia a ameaça da rainha de pintá-las ou de cortar suas cabeças. Contudo, ainda assim, flores brotam no chão duro.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furo o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio¹¹³.

A RAINHA TENTA DAR O LANCE FINAL

Segunda feira, dia de acolhimento. Sentei e prestei atenção no que a Rainha falava (ela estava conduzindo). Ela falou sobre os benefícios oferecidos pelo Cras durante muito tempo, e eu não consegui acompanhar tudo. Além disso havia muitos gritos, pois a maioria das pessoas que passavam pelo acolhimento eram mulheres e estavam com seus filhos pequenos, brincando ao mesmo

113 ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 27 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 14-15

tempo em que a Rainha falava. As pessoas tinham vergonha de perguntar, porque após a fala muito extensa da Rainha houve a abertura de um momento de perguntas, mas ela fez essa abertura já fechando pois tinha uma expressão pouco convidativa, cansada e irritada com o barulho. A primeira pergunta demorou para ser feita, mas não houve silêncio, as crianças ocupavam nossos ouvidos sem muita preocupação em nos incomodar com os sons das suas brincadeiras.

Ela tentou fazer uma intervenção, mas sem muito sucesso.

Nesse novo ano precisei sentar para falar com a Rainha novamente. A conversa foi diferente da que tivemos no ano anterior, ela estava aceitando melhor a minha presença ali. Mas ainda assim, quis ter todo o controle da situação e não deixou de afirmar em todas as suas falas quem na verdade mandava ali. (Diário de Campo, março de 2016)

Pareceu-nos que nossas cabeças estavam menos ameaçadas de serem cortadas, acho que a Rainha já havia se acostumado conosco, ou nós tínhamos mais aliados agora do que quando havíamos acabado de chegar. Estava mais difícil cortarem nossas cabeças, já havíamos entendido a existência das medidas extremas da Rainha, vimos ela cortar cabeças e nos juntamos aos astutos para sobreviver no solo endurecido.

Precisamos ter certos manejos para fortificar e não estragar as estratégias dos nossos aliados e não acabar vendo mais cabeças rolarem. Percebemos como fazer tudo o que ela mandava despotencializa qualquer tentativa de feitura coletiva. Ela queria mandar em todo mundo, exatamente para que ficássemos mais alheios às suas mazes. Não cumpriríamos mais nenhuma ordem da Rainha sem antes analisá-las muito bem.

Depois do grupo de mulheres desci para falar com a Rainha. [...] uma das coisas que ela pontuou foi que uma das margaridas

precisava de um acompanhamento laboratorial, que ela precisava se separar das outras, e que se eu e outra Coelho pudéssemos fazer isso seria de grande ajuda para todos. Eu disse que ia conversar com a trabalhadora de referência do serviço de SCFV antes de fazer qualquer coisa.

Nesse momento senti que pelo menos duas coisas se passavam ali, a primeira era o reforço da imagem do psicólogo como aquele que adentra pessoas, para que elas se comportem de uma determinada forma. No caso da margarida, para que ela fosse uma flor mais comportada e desse menos dor de cabeça para todos do serviço. E a segunda foi que: Como a Rainha percebeu que nossa presença ali (das coelhas) não seria breve e nos ignorar não era mais uma opção (como ela tentava fazer até o momento), tentou dar uma função na qual ela mais uma vez pudesse controlar. (Diário de campo, maio de 2016)

Pensar que a Rainha estava diferente ou que havia mudado o tom da conversa não a fazia menos opressora, na verdade ela usava estratégias para manter seu poder. Mas nós também tínhamos construído as nossas. A estratégia de não recusar o pedido dela na hora foi importante. Aquele discurso de que nós seríamos de grande ajuda podia facilmente ter nos capturado, como capturou em outros momentos. Além de excluir a Margarida da vivência com as outras flores (vivência esta que era realmente um desafio, mas não havia justificativa para se esquivar dele, já que o serviço era voltado à vinculação — criança, trabalhadoras, família — por mais estranha, difícil e complexa que ele se apresentasse), ela estava nos excluindo da vivência, dos grupos, das trabalhadoras, pois ela queria que ficássemos numa sala só com ela, dizendo o que havia de tão errado naquela flor e qual intervenção era necessária para que ela fosse “curada”.

Na conversa com uma trabalhadora, ela disse que era importante que não caíssemos de paraquedas no serviço, mas que

procurássemos conhecê-lo, não só na prática, mas que também estudássemos as diretrizes, no que elas implicavam, qual era a situação atual. Acho que foi uma pontuação bem pertinente, pois mesmo entendendo que os direcionamentos dados na lei e nas diretrizes podem ser bem diferentes na vivência prática, conhecer a lei é uma estratégia de luta necessária no cotidiano.

Outra trabalhadora conversou conosco acerca do serviço (SCFV), que ele não se restringe apenas ao momento da reunião do grupo, mas que há implicação com a família e suas diversas demandas, também tem a ver com explorar o território porque é necessário fazer as visitas, se comunicar com a escola, com a unidade básica de saúde... Conversamos sobre nossas limitações de horário, porque éramos extensionistas e nossas visitas estavam limitadas a duas vezes na semana, então estaríamos disponíveis naqueles dias, o que fosse possível fazer dentro daquele tempo, estaríamos dispostos a fazer, se tivesse alguma demanda a mais ou algum motivo específico, poderíamos nos revezar ou trocar de horário.

Mas a grande questão que estava colocada era a falta da educadora fixa (aquela que fica todos os dias em todos os horários em que o serviço é oferecido) para o SCFV, pois a última havia pedido conta e não cumpriu o aviso prévio, então a saída dela se deu muito rápido, o que tinha era educadores que circulavam pelos SCFV de Cariacica e iam ao Cras uma vez por semana. O Serviço ocorria de segunda a quinta, com grupos pela manhã e à tarde. Tinha um educador de jogos na segunda, uma educadora de capoeira na quarta e um educador de música na quinta, na terça não havia nenhum educador.

Conversamos com essa trabalhadora sobre a ideia da Rainha de nos colocar em isolamento com a Margarida, e que não gostaríamos que as coisas fossem conduzidas dessa maneira. Ela disse que não temos que prestar nenhum serviço que o Cras não oferece, que mesmo que a Margarida precisasse de um acompanhamento psicológico, ela deveria ser conduzida a isso como uma

demanda, mas que a equipe de saúde do território seria responsável por isso, e que a nossa presença ali não era uma forma de tapar buraco, nem da equipe de saúde e nem do Cras.

Como estava sem educador fixo, nos revezamos nas atividades junto às flores. Numa conversa com um educador, ele disse “Nós que somos da AS, parece que temos que provar a todo o tempo que a assistência precisa existir, a saúde não tem que provar isso, a educação não tem que provar isso, mas nós temos. (Diário de Campo, maio de 2016)

O modo como a Rainha de Copas gosta de resolver tudo, degolando pessoas, se faz presente de maneira marcante na Assistência Social, um serviço voltado à população, que é a quem dela necessita.

“A rainha só tinha uma maneira de resolver todas as dificuldades, grandes ou pequenas: “Cortem-lhe a cabeça!”¹¹⁴.

Está no imaginário popular, no senso comum, que esse serviço é uma pedra de tropeço, que as pessoas que recebem benefícios estão vivendo muito bem e só querem “sugar” do governo. Fazem chacota com os programas de transferência de renda, e acham que quem é beneficiário está esbanjando enquanto recebe mais dinheiro do governo:

É importante olharmos para a lei e suas condicionalidades acerca do programa de transferência de renda:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

114 CARROLL, 2015b, p. 105.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família;

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais).

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição:

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais)¹¹⁵.

Vejam bem, há muitos mitos acerca do programa de transferência de renda, mas lendo a lei já podemos ter uma ideia do que ele não é. Ele não é para pessoas que querem viver às custas do governo. Primeiro que é muito difícil viver com R\$ 70 *per capita*. Dando um

115 BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o programa bolsa família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 25 mar. 2019. s/p.

exemplo rápido: nas opções de almoço que temos fora da universidade (Ufes¹¹⁶), não pagamos menos de R\$ 15 o almoço, com essa renda, não poderíamos comer nem cinco refeições no mês, ou seja, teríamos que comer cinco vezes no mês e ficarmos com fome nos outros 25 ou 26 dias. E estamos falando apenas de alimentação, não tem moradia, não tem vestimenta, não tem mobilidade urbana, não tem nada além de alimentação.

Esse é um programa voltado a pessoas que estão em situação de extrema pobreza. No último censo do IBGE em 2018, a linha da pobreza atingiu 55 milhões de brasileiros em 2017.

No Brasil, em relação à medida de US\$ 5,50 PPC diários, 26,5% da população, ou quase 55 milhões de pessoas, viviam com rendimento inferior a esta linha em 2017 (cerca de R\$ 406,00 mensais), diante de 25,7% da população em 2016. A maior parte dessas pessoas (mais de 25 milhões) estava na Região Nordeste, enquanto na Região Centro-Oeste havia menos de 3 milhões de pessoas¹¹⁷.

O programa de transferência de renda não atinge todo esse número da população que tem uma renda inferior a 406 reais por mês, pois nem todos desse grupo se encaixam no corte de pobreza extrema. Esses são dados estatísticos, mas mostram de forma macro como uma parte considerável de nossa população ganha para viver, ou melhor, para sobreviver.

116 Universidade Federal do Espírito Santo, local onde nos conhecemos e produzimos esta obra. Produzimos também afetos, memórias e muitas desconstruções pessoais. Uma instituição que tem a função política de demarcação dos lugares de cada uma na sociedade, mas que, em seu espaço, no funcionamento cotidiano, com os encontros e afetos foi palco para o início de nossa amizade e parceria.

117 IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019. p. 57.

Tratar os programas de transferência de renda como algo a não ser considerado é negligenciar toda uma população que sofre com nosso modelo econômico e é posta e exposta a diversas situações de vida, que dizer, de morte. É, principalmente, alimentar e fazer coro com o discurso da Rainha, pois cabeças rolam, pessoas morrem. Morrem de não poder viver, de não poder existir. Morrem de fome, morrem por não serem acolhidas, morrem porque são pobres, e pobre não escolhe, pobre não tem liberdade, porque ser pobre neste país não é só uma condição que (não) estamos trabalhando para mudar, ser pobre é crime.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em diversos discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva¹¹⁸.

Há o clamor por mais saúde, mais educação, mas a Assistência Social, ao contrário, precisa a todo tempo provar que ela precisa existir. Claro que é preciso questionar por qual saúde e qual educação estamos pedindo, talvez uma saúde cada vez mais medicalizante e anestesiadora e uma educação cada vez mais repetitiva e acrítica? Receamos que sim. São questões necessárias a se pensar, mas vamos nos ater à Assistência Social: por que ela precisa provar a todo o tempo que precisa existir?

Suspeitamos que a Assistência Social esteja junto às questões da mão esquerda, questões essas que não estão encobertas, mas que se

118 BAPTISTA, Luis Antonio. A atriz, o padre e a psicanalista - os amoladores de faca. In: BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49. p. 46.

colocam no plano da superfície. Assim como a invenção é rejeitada, mas se afirma enquanto primeira e necessária, a Assistência Social também, pois é uma política pública (que não está dada, mas foi construída) que, por mais que seja colocada em uma linha dura, pode operar mudanças micropolíticas por meio dos agenciamentos com seus trabalhadores, usuários e territórios. Não é só um programa de transferência de renda, mas o é também.

Na parte da tarde acompanhei o atendimento com a mãe da Margarida e com a Margarida. A psicóloga falou sobre o comportamento dela no serviço e pactuou algumas coisas com o própria Margarida. A psicóloga disse que o serviço de convivência não era algo isolado, que a família era fundamental nesse processo, e que precisávamos estar todos juntos para que as coisas funcionassem, a mãe pediu desculpas por não poder vir antes e justificou dizendo que era difícil o trabalho liberá-la, pois trabalha como porteira, então o horário de expediente dela é o mesmo do Cras, ficando difícil seu comparecimento.

A mãe havia recebido um encaminhamento de atendimento psicológico em uma unidade de saúde, mas essa estava muito distante do local onde moravam, então parou de levar. A margarida foi diagnosticado com TDAH, e a mãe disse: Ela tomava o remédio para ficar quietinha, mas agora parou.

A Rainha atrapalhou diversas vezes o atendimento. Ela não batia, só entrava e falava o que tinha que falar. Trazia demandas que ela poderia aguardar até o final do atendimento com a família para passar para a Psicóloga. Em uma das vezes ela tentou desacreditar a psi na frente de todos, pois duvidou do que ela tinha respondido. Ao final do atendimento depois que a família foi embora, a psi desabafou: “Eu tenho um general como chefe, não uma gestora que me auxilia! Ela estava entrando aqui toda hora porque antes ela me pressionou a expulsá-la (a Margarida) do serviço de convivência (como medida de punição pelo modo como ela estava se

comportando), mas eu disse que não.” E abriu a pauta e apontava para o nome das crianças enquanto dizia: “Isso aqui são vidas e não números! O objetivo do serviço é esse? Excluí-la? Aí a turma do SCFV fica boa? É isso?” (Diário de campo, junho de 2016)

A Rainha não tinha a menor noção de como cuidar de flores. Isso dava para perceber logo. Onde já se viu colocar uma flor em isolamento e achar que isso resolve o problema? Caso as flores estejam com algum problema, não é bom tratá-las dessa forma tão rude. Na verdade, a Rainha não tinha muito tino para trabalhar com nenhum ser vivo naquele lugar.

As flores precisam de sol, que molhem suas raízes e talvez precisem até de umas borrifadas de água em suas pétalas. Um isolamento vai deixá-la pior, como é horrível para uma flor ficar sem conversar com outras. Sabemos que as margaridas¹¹⁹ não são nada fáceis, e que quando se juntam, falam até demais, causam muita algazarra, mas, acredite, você ficaria deprimido só de vê-las sozinhas. É algo terrível, só alguém que não entende de flores pode falar tal coisa.

A psicóloga chamou a educadora do SCFV para fora da sala, parecia que algo de “errado” estava acontecendo lá. Nesse momento íamos começar as atividades do dia, então ela saiu da sala por um tempo, atendendo ao pedido da psicóloga, e eu fiquei junto às flores enquanto isso. Quando ela voltou, continuamos a atividade. Nesse tempo, bateram na porta, quando abrimos não havia ninguém. Bateu novamente, mas dessa vez, logo em seguida, alguém abriu. Olhos passaram por toda a sala e depois nos olharam fechando a porta rapidamente. Era Alice. Então me levantei e disse que ia convidá-la a entrar e ficar conosco, pois havia tempo

119 “As margaridas são as piores. Quando uma fala, começam todas ao mesmo tempo, fazendo um alarido que deixam qualquer um murcho” (CARROLL, 2015b, p. 32).

não a via. A educadora me chamou em um canto e disse que ela não podia entrar por ordens da Psicóloga (por isso ela tinha chamado a educadora no momento anterior), pois ela faltou muitas vezes e mesmo insistindo muito, a psicóloga não conseguia fazer contato com a família. Mesmo assim, saí da sala ao seu encontro. Alice estava sentada na escada do Cras brincando com uns potinhos que ela tinha trazido. Me sentei junto a ela e começamos a conversar, um outro educador passou logo em seguida dizendo: Alice, desculpe o tio por não te deixar entrar? Você precisa trazer sua mãe aqui, para conversar e acertar isso, você fala com ela pra ela vir? Alice consentiu com a cabeça, mas não deu muita importância. Então, me pediu para que jogássemos dedobol, um jogo que ela sempre joga quando está no Cras, quase todas as flores amavam esse jogo. Eu fui até a sala e pedi o jogo, mas não liberaram, pois ela estava vetada de participar do SCFV, então consequentemente ela não podia ter acesso ao jogo. Eu voltei e expliquei pra ela que não poderíamos jogar naquele dia. Perguntei sobre sua mãe e onde ela estava. Alice respondeu que ela estava no trabalho e que por não querer ficar sozinha em casa ela tinha ido ao Cras. Abriu dois dos potinhos, disse que sua avó havia lhe dado, não tinha podido almoçar, mas com aqueles potinhos cheios de pozinho colorido ela dizia: “Não comi, mas ainda bem que tenho esses potinhos”, passava os dedos dentro e lambia o pó colorido. Depois de perceber que não poderia mesmo entrar, pegamos uma sacola e guardamos os potes, nos despedimos, e ela foi embora. Depois desse dia, ela não voltou mais ao Cras. (Diário de Campo, agosto de 2016)

Pensamos que a Rainha tinha vencido. Nos sentimos totalmente derrotadas.

Como ela pode cortar tantas cabeças? Como podemos perder tantas batalhas? Não é possível!

Cansaço. Dor. Tristeza. Ódio. Raiva. Revolta. Vontade de ir lá e cortar a cabeça dela!

No entanto, lembramos que nessa trajetória não andamos sozinhas. Fizemos vínculos, só não desistimos muitas vezes porque vimos que ainda tinham as Coelhas;

e os Lírios;

e a Rosa;

e as Acácias;

e o Chapeleiro;

e a Lebre de Março;

e a Tartaruga Falsa;

e o Gato.

Demo-nos conta de que havia tanta gente. E a Rainha, o que ela tinha? Só vontade de nos enfraquecer. Quando nos vimos sozinha, desabamos.

Quando nos vimos muitas, nos levantamos.

Não andamos só, cortaram cabeças, mas não sucumbiremos à dor e ao desespero. Lutaremos para que a flores possam expressar sua beleza e sua invenção, para que brilhem suas cores mesmo nesse banho de sangue. Ainda que estejam manchadas, murchas e feias, não desistiremos. Não desistiremos. Não desistiremos.

Vimos Alice de novo.

VER ALICE

Hoje no caminho até o ponto de ônibus, depois que saí do Cras, encontrei Alice no caminho, ela ia bem devagar, ao mesmo tempo que ia rápido. Não sei bem explicar, mas ela explorava a rua, de modo que andava pouco linearmente, mas atravessava a rua várias vezes, retornava do caminho, mexia num galho no chão, num monte de terra na calçada, subia os degraus, as grades, como se escalasse uma montanha, e pulava deles como se voasse. Ela brincava com a rua e tudo que achava interessante, sem se preocupar com o destino final, fiquei confusa pra que lado realmente era sua casa. Ela me fez perguntas, mas parecia não se preocupar

com as minhas respostas. Eu vi aquela pessoa, tão pequenininha, andando sozinha e logo pensei em acompanhá-la, pois eu era a adulta e poderia lhe dar suporte. No final da caminhada, bem depois, no ônibus, e agora escrevendo, me dei conta de que eu é que fui acompanhada, me dei conta do que havia na calçada, de como as casas eram grudadas e havia ruas que se bifurcaram timidamente, que havia mais lojas do que eu podia me lembrar, que talvez a subida ficasse menos cansativa mudando várias vezes de calçada, mesmo que isso a tornasse mais longa. Dei-me conta de que Alice me olhava atenta com uma expressão que deixava transparecer que ela sabia exatamente o que estava fazendo e eu não. Que as perguntas que ela fez eram muito mais para me despertar a vontade de saber do que a resposta delas. Eu não acompanhei aquela criança de sete anos e meio, ela que me acompanhou e muito melhor do que poderia fazer por ela.

Ela fez ecoar perguntas durante o processo, foi lenta, foi rápida, cresceu e diminuiu, nunca dava para adivinhar o que viria a ser. Dei-me conta de que me acompanhou, até aqui, que me cuidou até aqui, me moveu até aqui. No fim, não sei pra que lado era sua casa, mas não importa, já aprendi que toparei com gente louca de qualquer modo. Obrigada, Alice, por fazer isso comigo. (Diário de Campo, outubro de 2016)

PROCESSO DE FORMAÇÃO

Deleuze¹²⁰ faz uma análise acerca da obra de Lewis Carroll, pontuando que em seu primeiro livro (“Alice no País das Maravilhas”), é possível perceber a busca, ainda, por um segredo a ser desvendado, algo que esteja oculto, coisas das profundezas, buracos, tocas etc. Contudo, depois Carroll vai emergindo e dá lugar a movimentações lateralizadas, que deslizam nessa superfície. Sua literatura toma outro rumo.

120 DELEUZE, 2015.

Dá lugar para muitas outras coisas emergirem, pois o lado de lá não é nada mais que o sentido inverso, então é preciso seguir deslizando. Assim é o processo de formação, uma descoberta que tudo se dá na fronteira. Nossas análises não precisam de mergulhar fundo, precisam falar das superfícies em que tocávamos, com o que nos agenciava.

Quando as questões são fabricadas¹²¹, permitem que tomemos as rédeas dos nossos processos formativos. A feitura desse processo nunca será individual, sempre teremos que compor com algo para conhecer, para tornarmo-nos mais potentes, fazer nossas próprias perguntas. Ah, isso é muito mais interessante. E a infância sabe muito bem disso.

E sobre as conclusões, bem: “Eu acreditava entrar no porto, mas... fui jogado em pleno mar”¹²².

Um mar de agenciamentos, não há como concluir.

Contudo, podemos nos despedir.

121 DELEUZE; PARNET, 1998.

122 LEIBNIZ, 1695 apud DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 30 .

Parte 2
Desterritorializações
do/no trabalho:
uma narrativa de um
devir-trabalhadora

Estamos todos sempre um pouco doentes e um pouco loucos,
mas, mesmo assim, isso não impede o trabalho de se desenvolver!
Schwartz e Durrive, 2007, p. 197.

Capítulo 1

Ethopoiese

POR QUE O MUNDO É ASSIM? – UM EXERCÍCIO DE LIBERDADE

Ética. Ética e moral. Quando uma é dita a outra logo pede seu lugar ao texto. Palavras distintas, ora entendidas como sinônimos, ora como antônimos ou palavras dicotômicas. “Ética” é oriunda da palavra grega “*ethike*”, que se origina do substantivo “*ethos*”, sendo este uma transliteração de dois vocábulos: “*éthos*” — costume, estilo de vida, morada construída incessantemente; e “*êthos*” — disposições afetivas, cognitivas e comportamentais de um indivíduo, processo genético do hábito¹²³.

“Moral” vem de “*moralis*” no latim, proveniente da intenção de traduzir a palavra “*ethos*” na cultura romana. Tal tradução abarcou somente o significado do vocábulo “*éthos*”, fazendo com que, gradualmente, denotasse costumes (do ponto de vista coletivo) e caráter ou modo de ser (do ponto de vista individual)¹²⁴.

123 GONTIJO, Eduardo Dias. Os termos ‘Ética’ e ‘Moral’. **Mental**, [s.l.], v. 4, n. 7, p. 127-135, 2006.

124 GONTIJO, 2006.

Na antiguidade clássica grega, a ética era a ciência do *ethos*: uma reflexão crítica sobre os costumes e os modos de ser dos homens, suas moradas e seus modos de habitá-las coletivamente. Assim, para os gregos, a ética denotava o objeto a ser estudado, bem como a forma de estudar esse objeto¹²⁵. Mais ainda: os gregos entendiam a ética como uma educação que visava à felicidade, à vida justa e livre, somente possível como uma vida política¹²⁶. Tal educação, longe de se referir à instituição escolar, diz de uma formação para o livre exercício do pensamento, baseado na atitude pública virtuosa e na expressão social e política da própria humanidade.

A sinonímia entre ética e moral, mais facilmente possibilitada por uma mera junção do significado de *êthos* naquele processo de tradução romana, acaba afastando a vida de sua dimensão política e a aproximando das ideias de justiça, liberdade e felicidade ligadas a uma dimensão individual, ao livre-arbítrio¹²⁷.

O cristianismo do período medieval contribuiu para esse afastamento: um período histórico europeu marcado pela ignorância e servidão, sendo a vida gerida por normas, comportamentos e ideais oriundos da instituição máxima da época: a Igreja¹²⁸. Esta, quando percebia seus dogmas colocados em risco por alguma manifestação de pensamento, logo a repudiava e a qualificava como heresia¹²⁹.

Assim, o cristianismo medieval preconizava felicidade, justiça e liberdade baseadas num maniqueísmo: o bem e o mal. Para esse cristianismo, havia o Bem, diretamente ligado à lei divina, revelada à Igreja por meio da Bíblia, haja vista que apenas os clérigos possuíam acesso e dominavam a leitura na época. Uma exterioridade

125 GONTIJO, 2006.

126 MACHADO, Leila Domingues. **Ética**. Psicologia: questões contemporâneas. Vitória: EDUFES, 1999..

127 MACHADO, 1999.

128 VINCENTINO, Cláudio. **História geral**. São Paulo: Scipione, 2002.

129 VINCENTINO, 2002

transcendente revelava a seus representantes terrenos (os bispos, os padres e os papas) as ações virtuosas que culminariam na salvação¹³⁰. Havia também o Mal, sendo este ligado aos vícios, à má índole e às falhas de caráter, devendo serem cuidados por meio da ascese¹³¹. A escolha entre o Bem ou o Mal, desse modo, é o livre-arbítrio do indivíduo.

Logo, a vida se configurava de maneira individualizada, fechada em si mesma, ojerizando tudo aquilo que diferisse dos sagrados dogmas religiosos; bem diferente da antiguidade grega, na qual se entendia a virtude como o exercício da vida social, sendo a ética a expressão do comportamento humano como efetivamente político. Para os gregos clássicos, o que não fosse ético, seria também não humano¹³².

Em vez de sinônimos, a ética e a moral poderiam estar mais para antônimos: a ética se referindo a um exercício de pensamento, uma escolha entre o que seria bom e mau na dimensão político-social na qual vivemos; e a moral dizendo respeito às normas, às regras e aos valores sociais vigentes, baseados numa concepção maniqueísta universalizante de bem *versus* mal¹³³.

“Bem” é um substantivo e “bom” um adjetivo¹³⁴. Apesar de esta ser uma comparação um tanto morfológica, já apresenta a diferença entre a proposta da ética e a proposta da moral. Sendo um substantivo, o bem designa a substância de um ser; designa o que é aquele ser, indica uma essência imutável e única, independentemente das variações temporais, situacionais e regionais. Como adjetivo, “bom” é uma qualidade, um modo de ser, um estado.

130 MACHADO, 1999; VICENTINO, 2002; WHITE, Ellen G. **O Grande Conflito**. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

131 MACHADO, 1999.

132 MACHADO, 1999.

133 MACHADO, 1999.

134 A comparação entre os termos “bem” e “bom” é feita por Machado e achou-se interessante trazê-la para esta discussão (MACHADO, 1999).

Entretanto, mesmo com tais diferenças fundamentais, a antonímia também não é a relação entre a ética e a moral a ser aqui defendida. Trata-se de vetores: são concepções que atravessam a vida numa dimensão visível e invisível¹³⁵. A moral atravessa a vida como aquilo que está cristalizado, que já foi formado; a ética perpassa a vida como fluxo que faz balançar — até mesmo quebrar — o que já está cristalizado, instituído, acessando a dimensão das virtualidades, daquilo que é invisível.

Partindo da ideia grega de que a ética é exercício de pensamento, ela seria um processo de pensar, e não uma mera reprodução e aplicação de regras e de soluções previamente concebidas¹³⁶. Com isso, uma sinonímia seria possível entre a ideia de pensamento e a de desnaturalização: significando processo de disjunção, dissolução das formas estabelecidas. É claro que a cristalização e a naturalização se fazem possíveis e presentes mesmo quando se entende a ética como exercício do pensar. Entretanto, ao considerar a ética e o pensamento dessa forma, possibilita-se um jogo incessante de ultrapassamentos daquilo que está pronto e percebido como natural¹³⁷.

Ainda sobre o pensamento, é preciso se ter em mente que ele não pertence a ninguém: uma vez entendido como fluxo, ele não está no interior de um indivíduo, mas sim nos encontros, nas relações, nas conexões produzidas; relações não dicotomizadas, apenas relações. Essa maneira de conceber o pensamento é um desafio, com a difícil tarefa de não separar ou substancializar as relações, mas, sim, adjetivá-las. Ao aceitar tal desafio, estamos diante de um pensamento que é multiplicidade¹³⁸.

135 MACHADO, 1999.

136 MACHADO, 1999.

137 MACHADO, 1999.

138 MACHADO, 1999. – “Uma *multiplicidade* não se define pelo número de seus termos. Pode-se sempre acrescentar 3 a 2, um 4 a 3 etc.; não é por aí que se sai do dualismo, já que os elementos de um conjunto qualquer podem ser

É preciso pensar sobre o mundo, não o encarar como natural; não supor que “o mundo é assim porque Deus quis”, por exemplo. A ética é o exercício de desnaturalização, um processo que permite conhecer o mundo que se habita e as relações existentes; permite questionar o que está colocado, de maneira que mostre as possíveis mudanças. Assim, a ética é uma alegria ativa, pois produz conhecimento à medida que conhece.

Um pensamento que trabalha sempre no limite da ignorância, ao fazer de toda afirmação como provisória, faz com que a liberdade, a justiça e a felicidade públicas sejam possíveis na realidade presente, sem ter que esperar o dia da salvação para vivê-las.

Espinosa entende a ética como o exercício da liberdade — ou ainda como a própria liberdade¹³⁹. Para ele, a liberdade se configura como aumento da potência de agir do sujeito quando junto de outros sujeitos; isto é, quando o sujeito tem sua potência de agir aumentada à medida que se relaciona com outros considerando suas existências, num exercício de alteridade, há, assim, a liberdade.

Foucault ajuda a complementar a ideia de liberdade preconizando que não se trata de uma ausência de regras, mas, sim, um exercício de questionar as variadas formas de dominação: “somos livres [...] porque podemos reproblematicar o que pensamos, fazemos e somos, porque podemos identificar as condições históricas que nos levaram a pensar, agir e ser de uma determinada maneira”¹⁴⁰.

relacionados com uma sucessão de escolha que são elas próprias binárias. Não são nem os elementos, nem os conjuntos que definem a multiplicidade. O que a define é o E, como alguma coisa que ocorre entre os elementos ou entre os conjuntos. E, E, E, a gagueira. Até mesmo, se há apenas dois termos, há um E entre os dois, que não é nem um nem outro, nem um que se torna o outro, mas que constitui, precisamente, a multiplicidade” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 47).

139 FUGANTI, Luiz. **A ética como potência e a moral como servidão**. São Paulo, 2001.

140 VAZ, Paulo. **Um pensamento infame: história e liberdade em Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 122.

Ambos os entendimentos acerca da liberdade consideram a relação com o outro; consideram um coletivo — isto é, a alteridade. Essa concepção compreende que há um outro, ou seja, há uma relação com outro além de si. Esse outro não é uma outra unidade-eu¹⁴¹, o que leva à quebra da ideia de coletivo como um agrupamento de unidades-eu (ou composição de individualidades, soma das partes). Trata-se, antes de tudo, de perceber esse outro como um modo de existir e de se diversificar, emaranhado numa rede de relações, com expressões diversas que produzem formas: formas-sujeito, formas-sociedade, formas-conhecimento, ao mesmo tempo que são desarançadas permitindo a construção de outras formas¹⁴².

Logo, é incabível pensar ética sem coletividade; ética sem alteridade. Ética e liberdade, estes sim podem ser entendidos como sinônimos.

A NARRATIVA E O TRABALHO COMO EXERCÍCIO DE PENSAMENTO

Tornar-se livre é se remeter a uma fragilidade daquilo que é identificado como *eu* — é fragilizar a própria identidade —, desnaturalizando essa identidade e percebendo sua gênese histórica¹⁴³. Essa gênese é acessada por uma confirmação da alteridade, da coletividade, libertando, assim, a *forma* e expondo-a ao risco de se trans-*formar*. Tudo isso promovido por um exercício do pensamento. Logo, restaria à moral uma experiência de sobrevida e à ética uma obra de arte, sendo a vida essa obra e a arte o exercício do pensar.

O acesso à gênese histórica de nossa própria identidade, como exercício ético- político, se faz de maneira coletiva. A partir daí, podemos pensar que a narrativa é uma *forma* desse acesso. A narrativa é uma construção linguística histórica e coletiva que, segundo

141 MACHADO, 1999.

142 MACHADO, 1999.

143 MACHADO, 1999.

Benjamin¹⁴⁴, é distinta do romance, que não tem coletividade, porque é uma história única, sob uma única perspectiva, como uma versão “verdadeira”. Em contrapartida ao romance das histórias individuais, a narrativa pode ser entendida como um saber que inventa a coletividade, fazendo emergir o comum a partir de experiências diversas, não apresentando uma moral universal.

Assim, o narrador astuto não pretende moralizar as histórias e os acontecimentos: ele conta as experiências a partir do seu lugar, passando-as adiante — ele, os ouvintes e os leitores das histórias, articulam um coletivo à medida que se compartilham os saberes produzidos(tores). Para tal astúcia, uma vigilância é necessária: vigiar a disponibilidade para experienciar, pois não se pode narrar aquilo que não atravessa — aquilo que passa direto e não se corporifica.

É comum no contemporâneo a informação rápida e efêmera; uma diversidade de informações que passam por sortidos veículos, que, de tão velozes, nem chegam a gerar entendimento no corpo. Com isso, entendemos que para narrar é necessário experienciar, pois o narrador nunca está de fora, ele sempre fala de uma relação com a história contada. Assim sendo, a experiência se passa no narrador e naqueles que produzirão outras histórias a partir da narrativa. Tanto o ato de narrar quanto o de ouvir/ler a narrativa falam, então, de uma experiência coletiva. E não se produz uma narrativa sem um exercício de pensamento; sem a ética.

Foi com a intenção (e o desafio — nada fácil) de produzir um texto que acessasse a gênese histórica das experiências e das *formas*, que lançamos mão da narratividade como ferramenta para exercitar o pensamento e fazer emergir o bom e o mau das práticas, dos encontros, das relações vivenciadas no campo de pesquisa. A fim de realizar

144 BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

uma pesquisa produzida COM e não SOBRE outros, a narrativa emergiu como dispositivo de produção coletiva do conhecimento.

A narrativa que intentamos aqui conta a história de *experiências do/no trabalho*. E começamos a narrativa com toda aquela discussão da diferença da ética em relação a uma moral porque entendemos que o trabalho é um exercício ético; tão ético quanto a própria liberdade. Trabalhar tem o sentido de tomar decisões, fazer escolhas e confrontar valores diversos, fazendo do trabalho uma “dramática do uso de si”¹⁴⁵.

Segundo a Ergologia (abordagem francesa difundida pelo filósofo Yves Schwartz que discute o trabalho), há no trabalho a ideia de debate de normas: a partir de uma referência de valores que extrapolam o aqui e o agora, tem-se o “debate” como uma gestão do trabalho que envolve escolhas, valores e arbitragens, e que é sempre coletivo, mesmo que não visivelmente¹⁴⁶. Não acreditando na passividade do trabalhador, nem na mera reprodução de uma prescrição de trabalho, entende-se que o trabalho é sempre *um fazer de outra forma, um trabalhar de outra forma*.

Com isso, tanto a noção de “dramáticas” quanto a de “debate de normas” fazem mais do que aproximar o trabalho da ética como exercício de pensamento: o aproximam da noção de liberdade, que já dissemos compreender como o exercício de desnaturalizar o que se é, e se lançar no que se pode ser. Mais ainda: o trabalho seria assim uma *atividade*¹⁴⁷, não se fechando naquilo que se tem como prescritivo — antecedente e já pronto, como a moral — e considerando o “real efetivado”, ou seja, o que emergiu como efeito do debate e das dramáticas do trabalho.

145 SCHWARTZ, Yves. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Serviço Social e Saúde**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 19-43, 2011.

146 HALL, Gabriela Girardi; AMADOR, Fernanda Spanier. Atividade e criação: a política de assistência social em permanente (re)construção pela análise micropolítica do trabalho. **Psicologia em Revista**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 500-517, dez. 2017.

147 SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. Conversa entre Yves Schwartz, Marcelle Duc e Louis Durrive. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (orgs.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007. p. 191-223.

Poderíamos dizer que quando não se tem um exercício de pensamento no trabalho, tem-se um trabalhador-máquina: aquele que executa, reproduz e não critica, nem avalia ou reflete aquilo que está a fazer. Porém, como dizem os gregos clássicos: se não é ético, é não humano; logo, se tem humanos, há, mesmo que fugaz ou pontualmente, alguma reflexão sobre o trabalho e sua dimensão como *atividade*.

Apostamos, portanto, na narrativa para contar desse exercício de liberdade que é o trabalho como *atividade*. Pela dinâmica da narrativa é possível contar como se trabalha, onde se trabalha, quem trabalha; e para se contar efetivamente como uma narrativa (ou pelo menos numa tentativa de narrar), o faremos por meio das memórias dos encontros, das conversas, das leituras e dos devaneios que experienciamos no *trabalho* de feitura deste texto.

Tanto o narrar quanto o ler/ouvir uma narrativa é se conectar com a feitura relacional/coletiva de sua própria identidade à medida que seguem os diálogos, os cenários, os enredos, os personagens. Conforme se experiencia a narrativa, a *poiese* (a criação) vai se tornando mais visível, como num devir-consciente daquilo que me faz ser e daquilo que eu desejo fazer. Essa experiência que se acessa com a narrativa configura-se então como a *ethopoiese*. É assim que desejamos compreender a experiência do *trabalhar* (do trabalho como atividade) narrada aqui, a *ethopoiese* do/no trabalho.

PARA NARRAR É PRECISO CORPORIFICAR

Numa tentativa de encarnar as experiências vividas¹⁴⁸, durante a produção deste texto que originou esta obra, ousamos usar um texto narrativo em terceira pessoa, pois, estas escritoras/contadoras não se percebiam como trabalhadoras. Quer dizer, ao realizar este *trabalho*, elas não se

148 “O autor é um sujeito de enunciação, mas não o escritor, que não é um autor. O escritor inventa agenciamentos a partir de agenciamentos que o inventaram, ele faz passar uma multiplicidade para a outra” (DELEUZE, 1998, p. 43).

davam conta de que estavam *trabalhando*. E isso fazia com que elas descrevessem e percebessem o trabalho como algo lá longe. São os romances que deixam as coisas lá longe. Então, elas falavam do trabalho de modo romântico: “*o trabalho é lindo!*” e “*o trabalho é vida!*”. Essas ideias de vida e de beleza que ancoravam o trabalho foram sendo construídas pelas escritoras/contadoras em suas vivências acadêmicas: as supervisões de estágio e a leitura de alguns teóricos faziam-nas pensar o trabalho como aquilo que traz sentido à vida, e que produz a própria vida. Esse pensamento não é de todo mau, desde que não seja uma concepção romântica do trabalho, quer dizer, desde que o trabalho esteja corporificado.

Um processo de naturalização estava, assim, em curso: uma naturalização do trabalho como vida alegre, sempre feliz. Ao se deparar com o trabalho na Assistência Social e perceber que este tem um histórico marcado pela desqualificação, pela atuação baseada em uma cultura patrimonialista, clientelista e de primeiro-damismo¹⁴⁹, emerge nas escritoras-narradoras uma vontade de mudar essa situação, pois para elas, como já dito, “*trabalho é vida!*” — e vida é produção de novos modos de existir. Não viam vida no trabalho socioassistencial quando este reproduzia velhas práticas sociais. Mal sabiam elas que trabalhar não é apenas alegrias. Há sofrimentos. Há dor na vida.

Esse modo de ver e de pensar das escritoras-narradoras não se tratava apenas de uma naturalização do que é o trabalho e do que é a vida: tratava-se, também, de uma separação do trabalho em suas próprias vidas, ao não se perceberem trabalhadoras enquanto estudantes, e mais à frente, enquanto recém-formadas. Com isso, um olhar transcendente acerca do trabalho as conduzia, e para que esse olhar se compusesse na imanência das experiências, uma linguagem em terceira pessoa emergiu, nesta *PARTE 2* do livro, como dispositivo para que uma *ethopoiese* fosse possível, isto é, para que as escritoras

149 RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], v. 104, p. 750-772, 2010.

pudessem corporificar o trabalho e se tornarem, assim, contadoras das experiências do trabalhar na Assistência Social.

A ideia de produzir um texto narrativo não caiu do céu como solução. Ela emergiu a partir de um processo; de um encontro entre duas das escritoras, que chamaremos de Iara e Odina¹⁵⁰ — numa intenção de acompanhar a invenção dos nomes para as trabalhadoras técnicas pesquisadas, optamos por também termos outros nomes na produção analítica desta parte do texto.

Iara marcou um encontro com Odina para conversar sobre seus diários de campo. O encontro aconteceu em uma sala onde encontros como esse eram bem comuns: encontros que têm como finalidade o exercício de pensamento; uma sala que não possuía apenas mesas e cadeiras com estilo de escritório, mas também uma potência de aprendizados e desconstruções — desnaturalizações.

Para Iara, era apenas um encontro rotineiro para pensar acerca de seu diário de campo, porém, ela foi surpreendida por Odina com um exercício diferenciado, partido da percepção desta de que Iara se angustiava com a temática do trabalho e da Assistência Social. Odina pediu que Iara respirasse fundo, com os olhos fechados. Quando pediu para Iara abrir os olhos, disse: *“Escreva para mim as três primeiras palavras que veem a sua mente quando lê isso”*.

Havia uma folha branca sobre a mesa na qual se lia a palavra “TRABALHO”, em letras de fôrma e maiúsculas. Iara logo sorriu, assim que leu a palavra. Pegou o lápis e escreveu:

“vida”

“transformação”

“manejo”.

150 Odin: Significa “ele traz inspiração”, “ele inspira”, “inquieto e exaltado”, “sua inquietação gera inspiração” (disponível em <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/odin/>). Adicionou-se a letra ‘a’ para corresponder ao gênero feminino.

Odina a questionou:

— *Vida? Que vida é esta?*

Iara, com dúvida, respondeu:

— *Vida das pessoas que trabalham.*

— *Quem trabalha?* — replicou Odina.

— *Os sujeitos, as pessoas* — respondeu Iara, sentindo não corresponder corretamente à pergunta feita.

Odina, com seu furor criativo, perguntou uma última vez:

— *Vida de quem? Quem trabalha?*

Iara, imaginando que, dessa vez, se não respondesse o que era esperado como resposta certa, Odina bateria na mesa como de costume quando fica eufórica com algum assunto, respondeu com receio, expressando isto com uma pergunta:

— *Eu? É a minha vida?*

— *Isso! Isso mesmo* — respondeu Odina, grata por isso ter saído da própria Iara. — *E transformação, transformação de quê?* — Odina continuou a questionar Iara, fazendo-a perceber, naquele momento, que Odina faria isso com cada uma das palavras escritas.

— *Minha transformação de saída da simbiose com meu pai* — respondeu Iara, sentindo começar a entender do que se tratava todo aquele exercício. Com lápis em mãos, Odina anotava as respostas de Iara à frente de cada palavra que fora escrita e questionada.

— *E manejo?*

— *Ah, manejo, para mim, é o próprio trabalho* — respondeu Iara à pergunta, já esperando uma análise de Odina acerca do exercício inesperado.

— *Você está em transformação, saindo do vínculo com seu pai. Está mudando o jeito de se vincular com ele: como transformar o vínculo, romper um vínculo sem romper? Você está tendo que manejar tudo isso pela via do trabalho. A escrita é o manejo, pesquisar e escrever é o seu trabalho, que vai te ajudar a transformar esse vínculo, e você vai se perceber trabalhando* — disse Odina. Iara sentiu o exercício como concluído e, com isso, se percebeu podendo interagir mais, sem esperar pelas perguntas:

— *Mas eu não me sinto trabalhando* — discordou Lara, ao que Odina logo respondeu com um semblante resoluto:

— *Eu sei!*

Odina, então, mostrou a Lara como ela estava trabalhando mesmo não se percebendo nessa ação. Segundo Odina, Lara estava vivendo uma experiência enevoad¹⁵¹ e, para que ela corporificasse a experiência de trabalho — para que conseguisse se perceber e se sentir trabalhadora —, ela lançou mão da ideia de que Lara contasse sua história no diário de campo em terceira pessoa, servindo de exercício para colocar em análise questões e ideias que passavam despercebidas por Lara. Para Odina, o que mais passava ao largo por Lara eram suas questões com o trabalho, ou seja, exatamente o que era seu “objeto de pesquisa”.

Para produzir um texto em terceira pessoa, era necessário que, ao falar de si mesma, Lara se nomeasse. Odina orientou Lara a escolher um nome com sentido, um nome que pudesse trazer sensações e que significasse algo para Lara. Esta percebeu tal tarefa como importante e se sentiu abraçar uma responsabilidade como a de nomear uma filha, como se o substantivo próprio escolhido fosse conviver com ela para o resto de sua vida.

Lara, então, decidiu iniciar a tarefa da narratividade escolhendo o nome da personagem que a “representaria” — o que mais tarde entendeu não se tratar de uma representação. Encontrou, em um *site* de significados de nomes, o seguinte:

151 DEPRAZ, Nicole; VARELA, Francisco; VERMERSCH, Pierre. **A redução à prova da experiência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 58, n. 1, 2006. “Esse par de opostos é na verdade um continuum limitado por extremos, mas que é nele mesmo uma multiplicidade. Essa polaridade dinâmica é o germe da emoção. Possui natureza transitória e inerentemente instável, uma simples flutuação a partir de um domínio pré-reflexivo, sendo apenas uma tendência, um movimento que se manifesta ele mesmo como um próximo passo. Estamos, assim, ainda no estágio de uma experiência enevoad, descentrada de si (...)” (ROCHA, Jerusa Machado. A constituição do si na multiplicidade afeto-cognitiva. **Mnemosine**, [s.l.], v. 2, n. 1, 2006. p. 55).

Amália: Trabalhadora, diligente, ativa. Origem germânica, do radical “Amal-”, que significa “trabalho”; este nome simboliza as características de uma mulher batalhadora, esforçada, cuidadora e que está sempre atenta em tudo que faz¹⁵².

Iara não precisou continuar a leitura da lista para fazer a sua escolha. No mesmo momento em que se sentiu nomear a personagem, contou a Odina o nome escolhido e iniciou a história de Amália.

Estando Iara em sua casa, sob uma ambiência solitária, porém povoada por memórias e pensamentos, iniciou a “caracterização” de Amália. À medida que escrevia sobre essa personagem, Iara percebia estar contando a história de sua vida e julgou um tanto arrogante contar sua história em um diário de campo e, posteriormente, em um livro.

Um tanto preocupada com tal arrogância, Iara ligou para Odina e contou sobre essa sensação, e esta logo a ajudou a entender que Amália não seria uma representação intimista de si. Odina a respondeu ao telefone:

— *Falar da Amália é falar de tantas outras por você, com você. A narrativa sobre Amália não é sobre sua vida pessoal, é falar daquilo que toca esse universo no qual você também está inserida, que é: uma recém-formada do curso de psicologia, iniciando a vida no mundo do trabalho. Tire o centro de você, amplie o seu olhar. Dê um sobrevoo, saia um pouco do seu umbigo e do seu particular. Você vai ver um monte de pessoas: de jovens recém-formados saindo de casa, vendo o que eles estão vivendo, o que estão passando entrando no mundo do trabalho, em seu primeiro emprego, e você viu que a Assistência Social tem sido essa porta de entrada. Falar disso é dizer do trabalho, do manejo de transformação da própria vida. Nas dissertações, nós situamos para o leitor quem somos, porque não somos neutros, sempre partimos de algum lugar. A Amália é o seu dispositivo para fazer isso. Pensamos ela para que você pudesse sair de Iara e pensar um pouco por outras vidas. Por isso falar de você em terceira pessoa, falar de um outro.*

152 Disponível em: <https://nomeschiques.com/amalia-significado-do-nome/>

Amália começou, assim, a ganhar forma no diário de campo de Iara. À medida que se via como outro, narrando no diário de campo suas percepções em terceira pessoa, Iara foi percebendo que havia uma dimensão do trabalho da qual se esquivava: a dimensão do sofrimento. Iara se viu encarando a vida sempre como sinônimo de alegria, e ao falar dela enquanto Amália, foi sentindo a vida não apenas como alegria, mas também como sofrimento.

O nome “Amália”, assim, emergiu nesse contexto para denominar as escritoras em suas vivências e peripécias enquanto conheciam o trabalho na Assistência Social. Entretanto, à medida que a narrativa ganhava seus fluxos e as personagens ganhavam corpo, Iara notava que Amália estava para além de uma denominação das escritoras: Amália se configurava como uma pluralidade; ou melhor, como uma multiplicidade — de sujeitos e de saberes. E mais, Iara foi percebendo que essa forma de personificar essa multiplicidade a auxiliava na análise do diário de campo, e mais tarde dos áudios que produziria durante a pesquisa na Assistência Social — do mesmo modo como conseguiu analisar sua relação romântica com o trabalho, que a fazia se esquivar da dimensão do sofrimento que também faz parte deste.

Com isso, apresentamos Amália como uma multiplicidade: como um corpo povoado por recém-formados que se lançam ao universo do trabalho; por psicólogas e assistentes sociais que chegam à Assistência Social como primeiro exercício profissional; por trabalhadoras que inventam cotidianamente seu fazer a partir de suas histórias; por pesquisadoras que se veem desafiadas pelo exercício de análise de implicação e pelo exercício da escrita de uma pesquisa produzida COM.

Nesse corpo há um umbigo e no umbigo de Amália há pesquisadoras- psicólogas-recém-formadas, marcadas pelo trabalho no Suas. Os anseios dessas pesquisadoras-psicólogas-recém-formadas vão se modificando enquanto conhecem o restante do corpo de Amália: vão entendendo que se trata de outra maneira de desenvolver a formação por meio do trabalho; vão entendendo que estudo e trabalho

operam juntos e que a categoria “estudante” é apenas mais uma tentativa de capturar o trabalho e diminuir sua dimensão de *atividade*.

Amália é escolhida como substantivo próprio feminino propositalmente, pois, para as escritoras, tão desafiador quanto trabalhar é ser mulher, e não porque o gênero das escritoras é feminino. E mais: elas percebem que o corpo técnico da Assistência Social em sua maioria é composto de mulheres; o curso de graduação de serviço social e de Psicologia é majoritariamente formado por mulheres. As escritoras veem como um desaforo Amália não ser mulher.

Elas preveem que Amália pode ser confundida com as narradoras do texto, com as técnicas dos serviços socioassistenciais, com o leitor e a leitora, pois Amália é um povo; é multiplicidade. Difícil não se identificar com a personagem. Difícil, também, se identificar. Assim, as escritoras entendem que Amália é um dispositivo de análise. Por meio dela se faz possível contar os desafios do trabalhar, seja o trabalho em forma de conhecimento técnico na Proteção Social Básica, seja em forma de pesquisa.

QUEM É AMÁLIA?

Amália é uma personagem conceitual cujo verbo de ação é este: trabalhar. E é nesse verbo que ela insiste, pois constantemente é posta à prova tendo que responder “o que é trabalhar?”, “como se trabalha?”, “quando se trabalha?”. Essa é sua dinâmica.

Enquanto responde a essa prova, Amália cria uma jurisprudência¹⁵³ própria que vai balizar suas decisões, que são sempre locais e

153 Cada caso é um caso. A verdadeira criadora de direitos é a jurisprudência, não o Código Civil. Deleuze diz que ao invés lermos o Código, deveríamos ler as coletâneas de jurisprudência, pois ele aposta na circunstância como criadora dos direitos. Cada caso é um caso, com seus direitos e penalidades conforme o caso demanda. A jurisprudência é por Deleuze entendida como a criadora dos direitos porque está na imanência – considera um coletivo; é o coletivo que discute

situadas. Sua jurisprudência se constrói baseada em seus trajetos, em sua história de vida — no plano de imanência em que Amália opera. São decisões que estão para além do bem e do mal, decididos nos momentos nos quais Amália é convocada a agir.

Os caminhos nos quais Amália circula estão sob as paisagens do Cras, dos auditórios de reuniões e da universidade, locais onde ela vai se relacionando com as normas prescritas, com gestores, com munícipes, com estagiários, com a literatura científica e acadêmicos.

É possível dizer que Amália é uma “operária não alienada dos processos de produção”, pois está em constante reflexão acerca das suas práticas e sempre buscando acompanhar as linhas de fuga¹⁵⁴ do processo de trabalho. Nisso, ela tem que lidar com o caos, pois não aceita as capturas categóricas despotencializadoras da ação. Para lidar com o caos sem homogeneizá-lo e ainda existir nele, Amália cria apostas de vida e de existência.

Amália vai se constituindo, então, como uma criadora de conceitos: à medida que os problemas se apresentam, ela procura forjar ferramentas e dispositivos para continuar a acreditar na vida neste mundo; para continuar trabalhando. Ela não desiste da vida. Ela insiste, e insiste com a criação dos conceitos como ferramentas para

e decide, o que nos faz sair de uma ideia de direitos e passando para a ideia de política, que é uma experimentação ativa, nunca sabendo de antemão o que vai acontecer (DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992).

154 Deleuze afirma que somos feitos de três linhas: duras, flexíveis e de fuga. A primeira diz respeito aos segmentos que nos identificam permitindo mensuração e previsão das nossas práticas, como família, profissão, escola, exército... elas nos estipulam e delimitam. A segunda, por sua vez, permite modificações, desvios, são mais moleculares, quase sinônimos de rebeldia, mas são ainda aceitáveis dentro da previsibilidade das linhas duras. Contudo, as flexíveis ainda não são como as linhas de fuga: estas são verdadeiros rompimentos de mudanças bruscas; são imprevisíveis e não precisam de modelos para serem inventadas — são pura experimentação do caos. As três linhas estão emaranhadas, coexistentes (DELEUZE, 1998).

operar análises capazes de manter o fluxo de criação próprio da vida. É justamente essa insistência que permite a consistência dos conceitos: como o surfista que insiste na imanência do mar, criando manobras com sua prancha; como o músico que insiste no plano sonoro, criando melodias consistentes¹⁵⁵.

O campo de intervenção no qual Amália inventa a si e os conceitos é o Suas, modelo de gestão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em todo o território nacional¹⁵⁶.

O Cras é o equipamento que funciona como unidade básica estatal da Assistência Social, a fim de garantir direitos aos cidadãos através de um reconhecimento público da legitimidade das demandas sociais no tocante à alimentação, moradia, convivência familiar e comunitária¹⁵⁷. Pela oferta do Paif, principal serviço do Cras, há a tentativa de prevenir a população atendida dos riscos sociais por meio do desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Há outros serviços ofertados no Cras, como oficinas, concessão de mínimos sociais como Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família, cestas básicas de alimentos, bem como o cadastramento e a regulação daqueles que recebem essas transferências de renda do governo federal.

O trabalho efetivado nesse equipamento, Cras, por meio da oferta desses serviços, é a referência que Amália tem de campo de trabalho. Trata-se de uma referência constituída inicialmente com a vivência em um Cras de Cariacica, devido ao estágio final realizado durante o ano de 2016.

Salta-se aos olhos de Amália o desejo de conhecer o trabalho, talvez devido à presença de estudantes recém-formados em seu corpo, como uma tentativa de querer entendê-lo antes de se ver e se sentir

155 Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2017/11/01/deleuze-o-que-e-personagem-conceitual/>

156 BRASIL, 2006.

157 BRASIL, 2005.

“profissional”. Amália se vê, então, presente no universo das pesquisas a fim de conhecer o trabalho como um assunto de urgência para ser compreendido e estudado. Urgência porque se mostra como um novo momento, um novo ciclo. E o novo assusta; amedronta. Mas não a Amália. Esta quer lidar com o caos; enfrentá-lo.

Constituída por uma multidão, Amália equivocava práticas e concepções à medida que conhece o trabalho. Ou seja, há conflitos no corpo de Amália, pois os equívocos que ela promove afetam diretamente esse povo que a compõe. O caos não está apenas nos mundos do trabalho; no corpo de Amália também há caos, devido à presença das multiplicidades/singularidades e das formas ordenadas que a povoam. Um encontro nada pacífico de forças marca o corpo de Amália. É assim que urge a ela a própria constituição na/com a experiência, sua *ethopoiese*. Esta constituição não pode ser confundida com um apaziguamento das forças que a perpassam. Sua *ethopoiese* se dá à medida que experiencia os mundos do trabalho; conforme se movimenta nas subjetividades que a povoam; conforme se encontra com as normativas do Suas; conforme percorre os trajetos de pesquisa; conforme insiste numa vida aqui neste mundo.

Amália não é uma “profissional”: ela não tem carteira de trabalho, ela não tem diploma, ela não tem emprego. Contudo, Amália é uma trabalhadora. O que, então, legitima a atuação de Amália? O que a respalda para definir o que é o trabalho e o trabalhar? São os desassossegos e as inquietações por ela vividos nesse caos que são os mundos do trabalho, que a convocam a problematizar esses mundos.

É a partir das problemáticas por ela levantadas e analisadas que Amália se vê capaz e potente em forjar as ferramentas necessárias para transitar no caos, inventando modos vitais de criação. Ela é como o nômade¹⁵⁸: não tem terra e não tem mapa; é uma desterritorializada.

158 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Tradução de Peter Pál Pelbart Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2012.

E é justamente essa condição de desterritorialização¹⁵⁹ que constitui a relação do nômade com a terra e com os trajetos; é isso que faz de Amália uma nômade.

Amália se faz trabalhadora nessa sua relação com o trabalho: o problematiza, e nisso se mune de conceitos frescos, oriundos dessa problematização, para operar na realidade. Amália faz o trabalho tanto quanto é feita por ele. Como o nômade, ela é uma grande inovadora, pois, por estar sempre desassossegada com os problemas dos mundos do trabalho, está carregada de potência de criação.

Amália lança seus conceitos-ferramentas às problemáticas que a desassossegam e esses são disparados como flechas, provocando afecções nos corpos quando em contato com ela¹⁶⁰. Há a possibilidade desses corpos, quando encontrarem Amália, seja através desta narrativa ou em suas respectivas rotinas e expedientes, estarem blindados com a armadura de suas identidades: estudante, pesquisadora(dor), psicóloga(o), assistente social, gestora(tor), professora(or). Porém, Amália não pede licença; suas flechas não pedem passagem. Assim, fica a questão: visto que as flechas de Amália serão lançadas, como elas afetarão? No que esses afetos reverberarão? Ninguém sabe responder de antemão; nem a própria Amália.

IARA E AMÁLIA — UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Somente quando Amália ganhou nome, corpo e características foi possível à Iara delinear caminhos para a análise dos dados da pesquisa. Iara seguia a *ethopoiese* de Amália situando-a nas vivências efetivadas

159 Movimento pelo qual se deixa o território. Mas não se trata de qualquer território; este possui um valor: o existencial. O território existencial circunscreve um campo familiar, protege do caos marcando as distâncias em relação a outrem (DELEUZE, 1998). Logo, a desterritorialização é o contato com o caos e rompimento das antigas circunferências existenciais.

160 DELEUZE; GUATTARI, 2012.

no Cras. Os dados foram colhidos por meio de diário de campo e gravações de áudio, produzidos ao longo de dois meses. Iara se disponibilizou a conhecer o Cras¹⁶¹, acompanhando alguns dos serviços ofertados aos munícipes de um território específico do município de Vitória. Além disso, Iara promoveu quatro encontros temáticos com as técnicas desse Centro para pensar alguns conceitos basilares da PNAS, tais como autonomia, vínculo, protagonismo e acolhimento.

Iara foi seguindo a *ethopoiese* de Amália, perguntando aos dados: “*como Amália vivencia isso?*” e ainda “*como Amália, sendo nômade, vê esse problema?*”. À medida que Iara questionava os dados relendo seus diários e ouvindo os áudios das gravações dos encontros temáticos, ela passou a se descolar de Amália gradualmente, e começou a perceber que Amália não era sua homônima na pesquisa, mas a própria pesquisa.

As respostas que emergiam desses questionamentos de Iara, um tanto solitários, poderiam ser chamados de *insights*, porém Iara sentia que eram mais do que isso: ela conversava com uma máquina de guerra, com um devir¹⁶². Máquina de guerra essa que Iara percebeu que existia antes mesmo de nomeá-la de Amália.

Iara percebeu isso quando se recordou da dificuldade que teve em tatear o problema de pesquisa por diversas vezes: procurava um problema na transcendência.

Iara se lembrou de como se sentiu sofrer ao produzir um texto para o processo de qualificação da pesquisa que viria a produzir este trabalho. Tal processo se configurava como um momento de avaliação coletiva acerca do problema de pesquisa, do referencial teórico e da delimitação (mesmo que provisória) das ferramentas para

161 A pesquisa foi para a gerência dos Cras de Vitória e três Centros se prontificaram a receber a pesquisa, ficando à cargo das autoras a escolha de um desses Cras para ser pesquisado. O critério de escolha foi por conveniência de localidade.

162 Mais a frente esses termos serão melhor percorridos.

a colheita de dados. A qualificação era, para Iara, como o momento de, conjuntamente com orientadores e outros aliados, avaliar o primeiro ano da pesquisa e projetar o segundo (e último) ano, por meio da leitura do projeto de pesquisa produzido por ela.

Iara se lembrou de como se debatia mental e fisicamente para produzir tal texto, pois encontrava muitas dificuldades em traçar a problemática de pesquisa. Um problema de pesquisa, segundo os aprendizados de Iara, precisava ser significativo, real, coerente com a realidade. Enquanto se apegava a isso, tudo o que passava por Iara eram problemas que a faziam salvadora da pátria, propondo uma pesquisa cuja problemática seria *resolvida* de uma vez por todas, com a efetivação de *sua* pesquisa.

Ao se dar conta de que estava sendo tomada por essa ambição de solução e salvação daqueles que eram, para ela, sofridos trabalhadores da Assistência Social, percebeu que esse não era o caminho, pois também queria trilhar caminhos onde a pesquisa pudesse ser potente, rompendo com a ideia de descobrimento de verdades prontas e que desenvolvessem ferramentas de cuidado e promoção de saúde.

Nesse barafustar de Iara, Amália emerge. Até então, Iara não a conhecia, mas ao se recordar desse sofrimento de problema de pesquisa, Iara começou a fazer ideia de que era Amália quem conduzia tudo. A emersão aconteceu por meio de Raimundo¹⁶³, que pediu a Iara para escrever tudo o que sentisse, o que viesse à mente acerca do que viveu durante os primeiros trabalhos na Assistência Social.

Nasceu, assim, um projeto de pesquisa.

Todo o ressentimento vivido com a Assistência Social e toda a vontade de salvação e solução dos problemas foram colocados nesse projeto, fazendo dele muito mais uma ferramenta de cuidado do corpo-pesquisadora de Iara do que um texto a ser avaliado por critérios

163 Raimundo: Significa “conselheiro protetor” ou “aquele protege com seus conselhos, com sabedoria”. Disponível em: <https://www.dicionariodenomes-proprios.com.br/raimundo/>

acadêmicos. Das 23 páginas escritas, apenas três se configuraram como o projeto em si: os objetivos da pesquisa, um esboço de uma proposta de método e o referencial teórico que embasaria a análise dos dados. Ou seja, Iara se lembrou de tal projeto como ter desembuchado 20 longas páginas de muito ressentimento e falsos problemas.

Aprovado no processo de qualificação, o projeto foi reorganizado por Iara, seguindo os acordos estabelecidos com os orientadores e aliados, para enviar ao comitê de ética e iniciar o processo de ida a um Cras no município de Vitória. Essa reorganização levou cinco meses, pois não apenas o projeto estava sendo reorganizado, mas a própria Iara.

Enviado para comissão de pesquisa da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e aceito para realização, o projeto de pesquisa tinha o objetivo de conhecer e entender a atividade de trabalho dos técnicos (psicólogos e assistentes sociais) efetivado no Cras, no tocante ao acolhimento, vínculo e protagonismo pelo viés da Ergologia. E esse era o objetivo que Iara repetia sempre: apresentou às técnicas que a receberam ao Cras, apresentou quando iniciou os encontros com elas, quando conheceu a nova coordenadora que chegou ao Cras com o início de sua vivência institucional, e quando as técnicas que ainda não a conheciam participavam dos encontros temáticos.

Iara já havia perdido o cálculo de quantas vezes havia apresentado a pesquisa depois de tê-la qualificado. Ela se lembrou de como estava cansada de repetir, mas à medida que repetia, assentava nela o sentido de ali estar, o sentido de acordar mais cedo que o de costume para se encontrar com as técnicas e conhecer o trabalho. Iara não percebia esses sentidos, não percebia nada, estava vivendo uma experiência enevoada.

Entretanto, ao recordar esses episódios, Iara se tocou de que tudo não passava de estratégias da máquina de guerra Amália. Era Amália quem a despertava pela manhã, fazendo-a se aprontar e se disponibilizar aos encontros com as técnicas.

Iara presumiu que essa sua lembrança, situando Amália como máquina de guerra que conduziu toda a pesquisa, foi a maior de suas quedas de ficha. Ela decidiu, com isso, ouvir mais uma vez uma de suas apresentações para as técnicas acerca da pesquisa, bem como reler seu diário de campo nas seções que falassem sobre seu cansaço em repetir os objetivos da pesquisa.

Iara selecionou o áudio do penúltimo encontro realizado com as técnicas, no qual estava registrada a sua apresentação mais recente da pesquisa, feita aos novos técnicos que estavam chegando ao Cras em questão. A discussão do encontro havia sido interrompida para que as técnicas saudassem seus novos colegas de trabalho e para que Iara também se apresentasse a eles. E Iara escutou sua voz no áudio explanando a pesquisa de maneira resumida da seguinte forma:

— *Estamos fazendo uma pesquisa com a abordagem ergológica, não sei se vocês conhecem a ergologia, uma abordagem que entende o trabalho como trabalho real e o trabalho prescrito, que são as normativas, as leis, né? E tem um abismo entre essas duas dimensões do trabalho: um abismo entre a prescrição e o real do trabalho. A atividade seria o que sai desse abismo. Tentamos acessar essa atividade no Cras através do trabalho técnico que são os psicólogos e assistentes sociais e para isso fiquei uma semana acompanhando alguns dos serviços ofertados no Cras e depois estamos fazendo encontros temáticos para conversarmos um pouco sobre o que eu acompanhei, sobre o trabalho e a ergologia também. Falamos sobre autonomia, vínculo, e hoje está sendo sobre ergologia. Os encontros estão sendo gravados. Só quem ouve a gravação sou eu, e sou orientada por Raimundo e Odina. Eles farão o processo de análise comigo, mas só eu tenho os áudios e só eu tenho acesso; isso está detalhado no Termo de Consentimento.*

Iara pensou, refletiu, e começou a sentir que não era mais sobre Ergologia a pesquisa. Dessa sensação, Iara foi levada a outra memória de áudio. Se recordou de ter ouvido um silêncio em uma das gravações que havia transcrito, que de primeiro não a havia incomodado, mas agora, ao estar refletindo acerca dos objetivos da pesquisa,

e de como Amália seria uma máquina de guerra, Iara decide revisar esse áudio.

Era o áudio de seu último encontro com as técnicas. Iara escutou assim:

— Alice¹⁶⁴, *you can read the definition of autonomy that we made in our last meeting?* — disse Iara a uma das técnicas.

Tendo Alice lido o conceito, Iara logo perguntou:

— *How do we see autonomy in all this that we discussed today?*

Silêncio.

Iara voltou o áudio para entender o que estava acontecendo antes de pedir que lessem o conceito de autonomia e antes de fazer sua pergunta. Iara ouviu poucos segundos antes e percebeu que havia saído do curso da conversa, sendo que o assunto da vez era de como Alice não queria trabalhar após o nascimento de seu neném e de como ela se sentia privilegiada em poder escolher ficar em casa e não ter que trabalhar.

Iara “escutou” o silêncio no áudio e percebeu que, mesmo ali, presente com as técnicas, lançou uma pergunta transcendente. Iara, com isso, se questiona não apenas a transcendência de sua pergunta, mas também do conceito de autonomia, de vínculo, de protagonismo, de acolhimento... questiona-se da transcendência da própria pesquisa.

Tal questionamento a faz rememorar as repetidas e cansativas apresentações da pesquisa e se recorda que, enquanto (re)apresentava, tudo fazia sentido: as vivências, os encontros temáticos com as técnicas, as orientações, porém, naquele momento enquanto ouvia o áudio, Iara sentiu que ali tais conceitos já não eram mais cheios de

164 Os nomes que designam as trabalhadoras técnicas do Cras foram escolhidos por elas — menos Luísa que, infelizmente, não estava presente no dia da escolha dos nomes. Cremos que Luísa se identificará: foi um nome inventado com muito carinho, cremos que ela saberá de onde tiramos. É importante destacar que não caracterizamos as personagens que apontam as técnicas do Cras para que não fosse possível identificá-las.

sentido. Seus sentidos já haviam sido ruminados à medida que apresentava a pesquisa.

Um tanto indignada, mas sentindo estar no caminho certo de pensamentos, Iara decide revisitar seu diário de campo. Encontra um grifo que dizia: “*escrever sobre eu apresentar a pesquisa variadas vezes, e como isso foi importante para eu entender minha presença aqui no Cras*”.

Iara começou a entender que repetir a apresentação era apenas uma forma de conseguir se sentir localizada no Cras; localizada nos objetivos de pesquisa; localizada no lugar de pesquisadora. Por assim sentir, fazia sentido estar ali e continuar, mesmo que por variadas vezes não quisesse mais, não quisesse mais pesquisar o trabalho na Assistência Social. Contudo, quando repetia a apresentação, suas desistências logo se dissipavam.

Iara gritou, como louca, pois estava sozinha em casa com seu computador e cadernos:

— *Gente, Amália é quem fez tudo! Amália existia antes mesmo de eu inventá-la! Ah, Amália, sua sorrateira, me fez chegar até aqui com muitos pretextos, só para eu falar dos conceitos que mais me tomam: ética, máquina de guerra e trabalho.*

Com isso, Iara se sentiu confortável para falar em voz alta com Amália, como se esta se fizesse presente em cada encontro com as técnicas, em cada orientação com Raimundo e Odina, bem como em todo o processo formativo.

Iara traçou rotas, mas Amália a conduziu por atalhos. Assim, o trabalho foi iniciada com uma configuração metodológica, mas logo se desconfigurou e se reconfigurou.

Amália precisava de Iara no mínimo presente no Cras para que o trabalho mais à frente fosse corporificado, para que uma pesquisa fosse realizada com sentido, pois sem a colheita dos dados, Amália jamais poderia se fazer visível e audível. Logo, Amália usou pretextos para manter Iara no campo de intervenção; para manter Iara em contato com as técnicas, com os orientadores e com os interlocutores teóricos. Autonomia, vínculo, protagonismo e acolhimento foram apenas pretextos

para a realização da pesquisa no trabalho socioassistencial; pretextos para estimularem assuntos com as técnicas e com os orientadores; pretextos válidos o suficiente para gerarem interesse em Lara para continuar a pesquisar, para estudar a Assistência Social, para imaginar a produção de uma escrita potente que, para ela, fizesse a diferença na realidade.

Lara, então, descobriu a sedução de Amália com seus pretextos quando viu a transcendência de sua pergunta feita às técnicas ao sentir um silêncio falante. Sem o receio de ser chamada de maluca pelos vizinhos, Lara interrogou à Amália:

— *Afinal de contas, do que se trata esta pesquisa?* — questionou ela, cansada de “redescobrir” o problema. Amália ouviu a angústia de Lara, estando esta ainda com fone de ouvido e o áudio em pausa, e respondeu a ela pela via da escrita enquanto Lara ainda anotava sua dúvida:

— *Ética; trabalho; máquina de guerra.*

— *Mas como vou amarrar isso? Qual é a relação entre esses conceitos? Eu preciso saber!*

Amália, dessa vez, se fez gentil e doce:

— *Acalme teu coração; paciência. À medida que produz a escrita, esses conceitos vão se conectando. Agora você não mais precisa de pretextos para se manter ativa. Posso falar com você nitidamente, então escute: sua disponibilidade para a escrita é, agora, o mais importante nesta pesquisa. Eu irei costurando, apenas não atrapalhe*¹⁶⁵.

Lara passou, assim, a se conectar com aquilo que fala sobre metodologia, relendo seus cadernos das disciplinas, seus trabalhos feitos para estas, suas orientações com os professores; enfim, sem forçar o que poderia entrar ou não na composição da escrita. Amália começou a se fazer presente no ato de circular um trecho, na escrita de um asterisco e na associação de ideias.

165 São oito princípios da esquizoanálise, e o número 1 é: NÃO ATRAPALHE ou ainda NÃO IMPEDIR; “Ficar, justamente, na adjacência da mudança em curso e extinguir-se tão logo possível” (Disponível em: https://issuu.com/luizguilhermefonseca/docs/guattari_-_os_oito_princípios_da_e).

Iara se disponibilizou, e Amália emergiu fazendo traçados em escritos cronologicamente velhos, mas intensamente atuais. Iara foi se dando conta de que toda a pesquisa foi feita por Amália: foi ela quem desenhou as ferramentas de colheita dos dados, conversou com os teóricos e produziu o arcabouço teórico, selecionou as cenas que produziram o livro e mobilizou uma escrita-narrativa permitindo que sua existência fosse propagada.

Desviando os olhos de Iara do alto e trazendo-os para a terra, Amália muniu-se de pretextos como iscas para que Iara finalmente chegasse até ela; para que finalmente os verdadeiros problemas ocupassem um lugar de destaque através de uma obra escrita. Discutir a ética, o trabalho, a máquina de guerra, a pesquisa-intervenção são alguns elementos que compõem o atual problema para o qual Amália seduziu Iara. Essa sedução é entendida por ela como a própria metodologia da pesquisa.

CUMPLICIDADE QUE ANALISA O TRABALHO

Iara e Amália montam agora uma cumplicidade para pensar o trabalho como *atividade*, entendendo-a como exercício de liberdade, como ética. Elas, então, passam a analisar os dados da pesquisa entendendo que não se estuda sobre, mas pesquisa-se COM. E no tocante ao conceito de trabalho, essa ideia se faz ainda mais forte para elas: pensar o trabalho é sempre pesquisar COM. Assim, nessa empreitada, vai se fazendo possível para Iara e Amália se debruçarem sobre o que elas vão entendendo como basilar para conhecer o trabalho e para acessar sua gênese histórica: a análise de implicação, entendida por elas como uma postura fundamental no tocante à *ethopoiese*; é por meio dessa análise que elas poderão corporificar e contar sua própria constituição.

O termo ‘análise de implicação’ já era velho para Iara, contudo, ela aprendeu a colocá-la em prática à medida que se fazia cúmplice de Amália, pois essa nômade perseguia o sentido daquilo que interessa

à criação de novas formas na instabilidade das instituições, questionava o propósito das formas produzidas nas instituições, o que muitas vezes passavam despercebidos por Iara.

Iara já sabia que implicação, nesse termo, não se tratava de um engajamento, mas daquilo que liga/atravessa o campo de forças, constituindo valores, interesses, desejos, crenças que formam a realidade¹⁶⁶. A análise de implicação, assim, seria a análise desses atravessamentos, da relação com essas formas.

Porém, Iara apenas sabia da análise de implicação enquanto termo. O conheceu enquanto conceito, isto é, enquanto ferramenta, quando se tornou cúmplice de Amália.

Estando elas como de costume de frente para o computador e pesquisando maneiras de selecionar os dados a serem percorridos no futuro livro, Amália viu a dificuldade de Iara para colocar em prática aquilo que já “entendia” sobre implicação. Logo começou a conversar com Iara sobre o que o conceito “análise de implicação” remetia e as convocava a pensar. Amália disse:

— *O conceito de implicação surge de uma tentativa da Análise Institucional dar conta de nomear uma dinâmica das relações que não possui posições bem localizadas como sujeito-objeto, terapeuta-paciente, por exemplo. Inicialmente, a Análise Institucional tomou o conceito de contratransferência com o intuito de indicar que toda uma rede de afecções é ativada na dinâmica coletiva-institucional, não apenas acionada e acessada pelo terapeuta, psiquiatra, isto é, pelos especialistas, aqueles que ocupam o lugar de saber. Porém, Iara, o conceito de transferência e contratransferência ainda projetavam uma noção de relação dual, bem marcada: o lugar do analista e o lugar do analisando*¹⁶⁷.

166 PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2017.

167 PASSOS *et al.*, 2010.

— Nossa, Amália, você foi longe na explicação. Está me contando até a origem dos termos. Por favor, chegue logo em como vamos fazer análise de implicação; o tempo é curto, já estamos atrasadas por demais com o texto — disse Iara, um tanto nervosa com a calma de Amália.

Amália fingiu não perceber o estresse de sua cúmplice e continuou sua história com a calma de uma senhora idosa que conta histórias vagarosamente a um neto:

— Ao forjar o conceito de implicação, o sociólogo Rene Lourau ampliou a ideia da relação analista-analisando ao salientar um campo implicacional: uma relação que se configura muito mais entre forças do que entre formas, sendo uma dinâmica que se faz por contágio, propagação, e não por decisão e vontade de alguém. Assim, é inaugurado com a implicação um campo conceitual que entende as fronteiras como não sendo fixas e nem rígidas¹⁶⁸

— Interessante isso, Amália. Então podemos dizer que as coisas podem ter suas formas mudadas; as coisas podem não ser mais coisas e virarem outro: podem ser “trens” ou “troços”? — disse Iara, colocando a ansiedade de lado ao perceber que Amália havia começado a falar sobre algo que poderia ser muito importante para o futuro livro.

E Amália respondeu:

— Essas “coisas” ou “trens” nós designamos de instituições. Com essa noção de campo implicacional entendemos as instituições como aquilo que se produz num campo de forças, de tensão entre movimentos instituintes e instituídos. Campos de forças que naturalizam e cristalizam e outros campos de forças que insurgem contra a estratificação e naturalização, são os campos instituídos e instituintes que constituem as instituições. Assim, Iara, forças que tendem à manutenção do que se é e outras forças que revoltam essa manutenção, abrindo caminho para a criação de outras formas, é que são as instituições¹⁶⁹.

— Amália, eu me lembro de uma metáfora que li dizendo que as instituições seriam como estátuas de areia: compostas por grãos que

168 ROMAGNOLI, 2014.

169 BARROS, Regina Benevides. **Grupos**: a afirmação de um simulacro. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – PUC, São Paulo, 1994.

*imperceptivelmente estão em movimento; têm o mar a sua frente com a iminência de desmanchar essa estátua a qualquer momento, por mais estática e firme que essa estátua pareça estar. Posso seguir essa lembrança?*¹⁷⁰ — disse Lara, agora bastante atenta ao assunto e sentindo importante manter o diálogo iniciado por Amália.

— *Pode sim, Lara. Agora sobre o que você mais queria tratar: a análise de implicação é o que nos permite acessar esse paradoxo das instituições; que nos permite acessar esses campos instituídos e instituintes e perceber o movimento dos grãos de areia dessa estátua, pois é a implicação que denuncia que os efeitos são/estão numa produção coletiva de valores, expectativas, crenças, deflagrados em nós pelas instituições. A análise de implicação, portanto, produz um conhecimento acerca das instituições que nos permite agir nelas, pois se trata de uma análise daquilo que nos liga a elas, às implicações*¹⁷¹.

— *Amália, muitas vezes aquilo que é considerado como desvio e erro que, para alguns, impedem a produção de uma pesquisa, como os sentimentos, emoções, eventos, são então apreciados pela Análise Institucional como dimensões importantes para a análise de implicação*¹⁷². Então, essa análise será sempre falar daquilo que é deixado à sombra; aquilo que é comumente silenciado sendo colocado de lado, como as falas de corredor, os papos numa cafeteria¹⁷³.

— *Isso mesmo, Lara* — respondeu Amália.

Amália percebeu Lara já exausta e insinuou deixar para o dia seguinte a continuação da conversa. Na verdade, ela também estava cansada, puxou longe o início do conceito de análise de implicação. Contudo, onde de fato Amália queria chegar era conversar sobre como as duas fariam a seleção dos dados: quais deles entrariam ou não na produção escrita da pesquisa.

170 BARROS, 1994.

171 ROMAGNOLI, 2014.

172 COIMBRA; NASCIMENTO, 2007.

173 LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

Disse Iara à Amália:

— *Pode continuar, Amália, sinto que não chegamos ainda onde você queria. Estou a...teeeenn...tar...* — boceja Iara enquanto ainda falava. Ela confia muito em Amália e mesmo estando já com sono e cansada, prefere estar na companhia de sua cúmplice de pesquisa e ouvir mais o que Amália tinha a dizer.

— *Tudo bem, mas vou falar um pouco mais rápido, porque senão você não vai ouvir tudo: pode acabar cochilando em cima do computador* — disse Amália sorrindo para Iara.

E ela continuou:

— *Estamos todos sempre implicados, pois a implicação não é uma questão de vontade ou ato voluntário: a implicação é uma relação sempre estabelecida com as instituições*¹⁷⁴. Porém, quando examinamos um único nível/ dimensão ou um único objeto temos o que chamamos de sobreimplicação, que dificulta enxergar, pensar e conhecer o jogo de forças que as instituições se encontram; dificulta perceber a gênese das instituições no entre do revolucionário do instituinte e do conservador do instituído¹⁷⁵. Então, Iara, muito cuidado! Não se foge ou se evita a sobreimplicação, trata-se de colocá-la constantemente em análise. Fui informada de que as forças da sobreimplicação vêm de todos os lugares e para que a análise se dê é preciso que a cada momento os horizontes da escuta e da sensibilidade sejam alargado¹⁷⁶. Entendeu, Iara? Iara...?

Iara já havia dormido na primeira frase proferida por Amália.

Raiando o novo dia, acordou Iara e foi direto para sua salinha de casa com computador. Releu os esboços do livro e logo se recordou de que havia cochilado no meio da fala de Amália. Iara ligou o computador e sem cordialidade retomou de onde havia parado:

174 COIMBRA; NASCIMENTO, 2007.

175 COIMBRA; NASCIMENTO, 2007.

176 COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NEVES, Claudia Abbès Baeta. Potentes misturas, estranhas poeiras: desassossegos de uma pesquisa. In: NASCIMENTO, M. L.(Org.). **PIVETES: A produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/ Intertexto, 2002. p. 34-53.

— Amália, eu sei que eu estava dormindo, mas eu me lembro: você falava de sobreimplicação. Achei interessante esse termo, mas podemos logo chegar onde queremos chegar, que é como selecionaremos os dados dos áudios gravados e do diário de campo? — disse Iara com uma postura diligente, mostrando que estava mais do que disponível para trabalhar naquela obra, como nunca antes esteve.

Amália respondeu:

— Claro, Iara, mas antes eu preciso te situar que, como você percebe a importância da sobreimplicação, é fundamental colocarmos em análise a própria instituição da pesquisa: seus sistemas, seus riscos, seus procedimentos metodológicos, bem como os fundamentos epistemológicos que a embasam.

— Amália, é muito importante isso. Eu sei que aqui serão confrontados os critérios de cientificidade como a universalidade e objetividade nessa pesquisa que estamos desenvolvendo, bem como a ideia de separação entre o pesquisador e objeto de estudo. O paradigma da implicação é indispensável às vertentes de pesquisa que reconhecem a complexidade dos fenômenos sociais, como essa pesquisa que fala de trabalho e de ética.

— Acho que é isso. A gente precisa lembrar que não estamos falando só para nós mesmas. Estamos conversando com muitos e tentando contar algumas histórias para tantos outros. Então, estamos conversando sobre conceitos forjados pela Análise Institucional, mas também vamos usar a Esquizoanálise, por isso acho importante diferenciarmos as duas abordagens: a Análise Institucional e a Esquizoanálise são oriundas do movimento institucionalista, um movimento plural que reúne diversos saberes e práticas sem se limitar a uma escola de pensamento. A diferença reside nos escritores-referência de cada uma e no foco operacional dos conceitos. A Análise Institucional, com René Lourau e Georges Lapassade, focaliza seu trabalho em fazer surgir o instituinte; e a Esquizoanálise, com Gilles Deleuze e Félix Guattari, busca liberar o processo produtivo-desejante-revolucionário, através de manejos singulares, o que os escritores chamam de micropolítica¹⁷⁷. A cartografia, que é a proposta metodológica da micropolítica, diz de

177 ROMAGNOLI, 2014.

estarmos atentos a como se dá a reprodução e a criação numa realidade específica, se atentando aos cortes e conexões que acontecem nessa realidade, aos arranjos das formas e das forças aos quais o objeto de pesquisa pertence olhando para os caminhos que o desejo percorre; para as linhas que compõem a realidade.

Iara logo respondeu à colocação de Amália:

— *Ah, esse negócio de linhas. Eu sei do que você está falando: são aquelas linhas que Deleuze apresenta como linhas de segmentaridade dura, flexíveis e de fuga. É isso?*

— *Isso! Somos formadas por essas linhas, não é? Não somente nós, mas toda a nossa realidade. As instituições também são demarcadas por essas linhas. Então, se vamos analisar os “dados” da pesquisa, que são nossas conversas e encontros com as técnicas dos serviços socioassistenciais, isso nos coloca como analistas, e toda analista é uma analista institucional, sempre analisamos instituições, acessando a dimensão paradoxal de suas constituições. Mas também olhamos para a micropolítica, para essa dimensão constituinte de nossa realidade formada por essas linhas.*

Amália percebeu o semblante de dúvida de Iara e logo se antecipou antes que esta a questionasse. Iara, numa tentativa de se mostrar entendida acerca do assunto, arriscou uma colocação:

— *Nós usamos o diário de campo como ferramenta de produção dos dados, Amália, além dos encontros temáticos gravados. Sei que essas são ferramentas comuns da Análise Institucional, mesmo assim, o que faremos será seguir as linhas de fuga que aparecem nesses dados, ou melhor, perseguiremos as linhas que compuseram o diário e os encontros com as técnicas do Cras.*

— *Eu sou ótima em seguir linhas de fuga* — Amália disse dando uma risada. — *Te adianto em dizer que as linhas de fuga irão se mostrar no diário e nos áudios das gravações como aquilo que escapa, que foge ao padrão. A linha de fuga é uma desterritorialização. Não existe nada mais ativo do que uma fuga, não é mesmo, Iara¹⁷⁸? A fuga é como um delírio,*

178 DELEUZE, 1998.

pois sai dos eixos. Então, as linhas de fuga aparecerão nos dados para nós como aquilo que é estranho e arriscado, e pode ficar tranquila, Iara, porque eu sou ótima em rastrear essas linhas. Eu vou sinalizando para você: tudo aquilo que se mostrar como interessante a você, aquilo que saltar aos seus olhos, chamando sua atenção, é porque eu passei por ali, isto é, é porque é uma linha de fuga a ser falada no nosso futuro livro — disse Amália, muito animada.

— Entendi, Amália, então ficarei atenta àquilo que convocar minhas lembranças e pensamentos acerca de textos, conceitos, dúvidas, pois se trata de deixar que os movimentos produzidos nesse processo de pesquisar me surpreendam¹⁷⁹ — disse Iara, tão animada quanto sua cúmplice.

— Mãos à obra, Iara: hora de reler os diários e ouvir as gravações.

Amália saiu correndo para ler o diário antes de Iara, pois ela deveria ir a frente sinalizando as linhas de fuga dos dados, e ela fazia sua tarefa cantarolando assim:

A arte não tem pensamento: o olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.

É preciso transver o mundo.

Isto seja: Deus deu a forma. Os artistas desformam. É preciso desformar o mundo:

Tirar da natureza as naturalidades¹⁸⁰.

Era intenção de Amália inspirar o caminho de analista de Iara, como uma preparação do corpo para estar sensível aos sinais deixados nos dados. Amália tem uma *expertise* de tornar o importante em interessante para que as problemáticas sejam percebidas e analisadas

179 PEZZATO, Luciane M.; L'ABBATE, Solange. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, p. 1297-1314, 2011.

180 BARROS, 1996.

na imanência. E assim as duas trabalharam: Amália seguindo as linhas de fuga e Iara colhendo suas pistas ao reconhecer algum episódio do diário e das gravações como interessante. Ao fim dessa tarefa, Amália e Iara haviam selecionado alguns episódios que denominaram de “Cenas do Trabalho”. Não foi fácil chegarem a esse termo para designar um capítulo do livro. Elas tiveram algumas dificuldades com preposições. Disse Iara:

— *Nós selecionamos momentos específicos e que não estão ligados cronologicamente; não seguem corretamente o dia em que cada fato aconteceu. Vamos chamar de cenas, o que acha? Como num filme: há cortes temporais, e mesmo assim a gente entende no final.*

Respondeu Amália:

— *Sim, adorei a ideia. Mas, como num filme, não é qualquer cena que é colocada. Há uma ligação entre as cenas. Sinto que a ligação é o trabalho. Todas são cenas que retratam o trabalho em ato, e assim sendo, estamos acessando a dimensão ética, que é a dimensão do exercício de pensamento, estamos escancarando o processo da ética ao contarmos do trabalho como atividade nesses episódios que selecionamos.*

— *Que tal “Cenas de Trabalho?”* — disse Iara olhando para o alto e gesticulando com as mãos como dando nome a um letreiro de cinema.

— *Não sei, Iara. Esse “de Trabalho” dá a entender que as demais cenas do livro não serão de trabalho, somente essas cenas. Não existe essa de “agora é trabalho” e “agora não é trabalho”. É como a ética: se é humano, é ético. Está na vida. Então não podemos usar essa preposição “de”* — disse Amália um tanto preocupada, pois havia gostado da ideia de Iara, mas sabia que tal ideia não poderia ser confundida.

— *E “Cenas do Trabalho?”* — disse Iara, sentindo ter mudado tudo ao trocar apenas uma letra.

— *Nossa, Iara, perfeito! Assim, todo o livro se constitui como trabalho, porém, nesse capítulo, “Cenas do Trabalho”, estará mais explícito o exercício de pensamento e nossa ethopoiese como trabalhadoras e perseguidoras das linhas de fuga.*

Capítulo 2

Cenas do Trabalho

CADA PROBLEMA TEM A SOLUÇÃO QUE MERECE

Era o segundo encontro que estava sendo realizado com as técnicas do Cras. O tema principal escolhido *a priori* era acerca do conceito de autonomia — tratava-se de produzirem juntas esse conceito. No entanto, todas se voltaram de novo ao vínculo, tema do primeiro grupo. Retornaram ao tema com Luísa:

— *Eu fui remaneja para este Cras. Antes, era a técnica responsável pelo SCFV em outro Cras que atendia os adolescentes do território.*

Luísa não contou de uma maneira fria, mas de uma maneira muito quente; muito viva; como se ainda estivesse presente na vida desse “antigo trabalho”. E de fato estava presente. Luísa continuou:

— *Os adolescentes que eu atendia no SCFV me fizeram um convite para prestigiá-los numa apresentação cultural que eles fariam nesse antigo Cras e eu aceitei o convite. Porém, os técnicos de lá pediram para que eu não aceitasse mais os convites dos adolescentes, que eu esquecesse, porque isso estava dificultando o trabalho deles. Eles precisavam se desligar de mim para formar vínculos com os técnicos que me substituíram.*

Luísa continuou sua história afirmando que, até então, não tinha aceitado as solicitações dos adolescentes e dizendo que também não estava aparecido nesse antigo Cras. Contudo, o vínculo de Luísa com os jovens existia:

— *Aqueles jovens possuem meu número de telefone e mantêm contato comigo. Minha relação com eles não pode ser simplesmente esquecida. Eu estive lá, eles fizeram parte da minha vida. Eu aceitei a solicitação de amizade de uma menina pelo Facebook. Eu não sou mais assistente social dela, então agora eu posso ser sua amiga, pois construímos um laço de confiança.*

Teresa, então, replicou a história de Luísa:

— *Eu agiria numa situação como essa de modo diferente. Mesmo não sendo mais a referência técnica de uma adolescente, eu jamais aceitaria uma solicitação de amizade, pois, querendo ou não, eu ainda seria uma figura de exemplo e deveria, assim, ter que passar a cuidar dos conteúdos postados em meu Facebook.*

Luísa pareceu hesitar. Então apresentou o exemplo de uma situação, não deixando muito claro se realmente aconteceu ou se era apenas hipotético:

— *Se uma adolescente precisasse de uma ajuda na escola, ajuda esta de caráter burocrático-assistencial, e ligasse para mim, eu poderia ajudar? Eu preciso separar a Luísa assistente social e a Luísa amiga, confidente. Como amiga, até que ponto posso interferir e cuidar dessas questões que deveriam ser cuidados por uma assistente social?*

— *Parece que temos uma problemática interessante aqui — compareceu Amália, que não só sabe farejar um problema como emerge dele. Ela continuou: — Uma situação em que a separação não se faz muito facilmente, e se se faz, acaba prejudicando alguma coisa dessa relação. Como pensar a separação das figuras assistente social e amiga, se ambas estão no mesmo corpo, numa mesma história? Quem trabalha é a assistente social? E do que é feita a assistente social? Ela tem um corpo, tem uma história, ela tem vida? Eu gosto desses paradoxos. Problemas como esse não são feitos para serem resolvidos, eles servem para pensarmos com os sentidos, quer dizer, com o que sentimos à flor da pele.*

Iara ficou um tanto indignada com a fala impulsiva de Amália. Pensou com ela mesma: “Como ela pode falar essas coisas num momento tão delicado do grupo, o grupo precisa de uma resposta, uma resposta clara. E por que ela não me consultou antes de dizer isso? Afinal, de onde Amália tirou essas ideias?”.

Amália sentia, antes de mais nada. E, ouvindo o que sentia, havia passeado por alguns escritos de Deleuze e quando se deparou com tal problema se lembrou da seguinte citação do filósofo:

[...] um problema tem sempre a solução que merece segundo as condições que o determinam enquanto problema; e, com efeito, as singularidades presidem à gênese das soluções da equação. [...] não dizemos que, por isto, o problema é resolvido: ao contrário, ele é determinado como problema¹⁸¹.

Amália então continuou:

— *Não se trata de responder à pergunta “como separar as duas figuras que estão num mesmo corpo, numa mesma história”, não se trata disso.*

Vazio de palavras: houve um silêncio logo depois de Luísa afirmar a problemática ao grupo. No entanto, ninguém pareceu ouvir Amália, ninguém nesse momento a percebeu. Estavam todos muito intrigados com o problema, e mesmo se ela gritasse, ninguém a daria ouvidos. Ela então, dessa vez, preferiu sussurrar para Iara:

— *Você entenderá num momento oportuno, no momento de escrita, quando a pele está mais porosa e os sentidos mais sensíveis, quando estiver ouvindo a gravação de áudio deste grupo.*

Iara, que se arriscava escritora, retornou aos áudios, e o retorno à memória produz porosidade. Amália, então, aproveitando a abertura possibilitada pelo ato da transcrição, ato de retorno à memória do grupo, buscou uma conversa com Iara:

181 DELEUZE, 2015, p. 57.

— *A pergunta “como separar?” só pode ser solucionada em ato, no acontecimento de Luísa sendo questionada pela adolescente pedindo ajuda burocrática na escola. Aí sim, se terão as palavras, as ações, a gestão; que seja uma “resolução do problema”.*

Amália pensa a “resolução dos problemas” entre aspas, porque, após gerida a situação, outra circunstância virá, pois, a problemática ainda insiste em existir. Há uma certa eternidade na problemática. Foi Deleuze¹⁸² quem a contou isso; uma problemática que estará a todo tempo convocando a movimentações sempre que emergir. Ou seja, outros momentos como esse exemplificado por Luísa emergirão, momentos em que será questionado como separar as coisas: a amiga da assistente social; a colega de trabalho da confidente... eterno problema — “como separar”. Contudo, a cada situação em que tal problema aparecer, haverá uma solução — local e situada. Tal solução emergirá assim como emergiu o problema, mobilizando os elementos que o momento apontar como devidos para a forja da solução.

Amália gosta de chamar de “forja da solução” e não “encontrar a solução”: a solução será produzida, não descoberta. A solução não está pronta, está na própria problemática suscitada; solução que se faz enquanto se trabalha, enquanto Luísa conversa com a adolescente e com ela vê os possíveis caminhos para o momento — por isso, “todo problema tem a solução que merece”.

Amália não apenas fala com Iara como aponta com os dedos para o verbo “separar” — o verbo da questão “como separar?”. Ela mostra que é um tempo verbal que não tem passado nem futuro. Tem apenas acontecimento, ou seja, a problemática persiste. Para arrematar sua colocação, ela finaliza:

— *E assim como as soluções não suprimem os problemas, mas, ao contrário, encontram aí as condições subsistentes sem as quais elas não teriam nenhum sentido, as respostas não suprimem de forma nenhuma a pergunta, nem a satisfazem, e ela persiste através de todas as respostas*

182 DELEUZE, 2015.

— falou com um ar de sabichona, para depois dizer que leu isso no livro “Lógica do sentido”¹⁸³.

HUMANIZA CRAS

Era um dia importante para Iara: era o último encontro que faria com as técnicas do Cras. Sentia a responsabilidade de fazer uma devolutiva ao grupo com tudo o que já pensava sobre os dados colhidos nos demais encontros, mas o tempo era muito curto para poder derramar suas protoanálises. Iara decidiu, então, selecionar apenas alguns pensamentos para servirem de disparadores de conversa.

Como de costume, encontrou as técnicas na sala de reunião, que era conhecida como refúgio de frescor: era a única sala com ar condicionado do prédio do Cras. Logo, era um local de trabalho: regido por encontros, conversas, descanso, e agora por pesquisa.

Iara iniciou sua fala retomando a noção de vínculo, já conversada em outros encontros. Como esse havia sido o assunto que mais percorreu as trocas com as técnicas, Iara decidiu retomar tal tema. Para sua não surpresa, as técnicas fizeram variadas colocações, mas houve um momento em que Amália apareceu, e isso, sim, surpreendeu Iara ao ouvir os áudios; ela não havia percebido que Amália estava lá.

Maria Elisa comentava com o grupo sobre a importância do vínculo para o trabalho, ultrapassando o que ela chamou de “vínculo profissional”. Disse Maria Elisa:

— *A gente pode até já ter um vínculo profissional, mas depois de um tempo é importante criar outro vínculo, ter um olhar mais humano. Tanto nós, como técnicas, quanto os coordenadores do Cras.*

Amália então brotou na conversa, mas se fez audível somente à Maria Elisa. Ela lhe fazia perguntas:

— *Como assim, ter um olhar mais humano?* — perguntou Amália.

183 DELEUZE, 2015, p. 59.

— *É ter que se aprofundar. Por exemplo: existe a munícipe que tem um marido, a outra já é solteira, uma outra que cuida dos pais. Eu só sei disso porque eu tenho vínculo e é nessa relação que vou conhecendo os conceitos de família de cada um que atendo, para então conseguir desenvolver o que o Paif nos pede, que é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários* — respondeu Maria Elisa à Amália, contudo se dirigindo às demais que ali estavam para fazer todas participarem do assunto.

Então, Amália perguntou:

— *Entendo a importância de se aprofundar na vida do munícipe atendido, mas o que isso tem a ver com o vínculo profissional que você anteriormente estava falando?*

— *Quero dizer: se precisamos olhar além o munícipe, como faremos isso se não conseguirmos olhar para além do profissional que tenho do meu lado? Preciso olhar para além as minhas colegas de trabalho, também. Preciso conseguir olhar além da psicóloga, além da assistente social, não somos um produto; não somos máquinas. Somos de humanas, então temos que ser humanas.* — Maria Elisa gargalhou e se sentiu bem satisfeita com a colocação, pois percebeu trazer um pensamento importante, como se fosse reverberar mesmo com o fim dos encontros promovidos por Iara.

No entanto, Amália é incansável. Continuou cutucando Maria Elisa, sentindo que poderia tirar ainda mais dela. Ela então provocou:

— *Há consequências nesse “ir além”, você sabe disso, não é mesmo?*

— *Ah, Tábata sempre foi muito humana com a gente; tão humana que adoecia* — disse Maria Elisa, agora não mais sorridente, mas olhando para cima e se recordando das experiências que vivenciou com sua antiga colega de trabalho, Tábata.

Iara se fazia de espectadora, mas pensava consigo mesma esse “olhar além” de Maria Elisa. Ela refletia que isso se remeteria a uma disponibilidade tão alta aos encontros que alargava sua vulnerabilidade e tornava-se passível de sofrer, adoecer. Começou a se recordar de outras técnicas da Assistência Social tentando identificar adoecimentos que podem ter sido consequência desse “olhar além”, dessa ideia de ser mais humana.

Iara foi embora nesse dia com isso na cabeça: “ser mais humana”. Caminhando na rua, remontando na mente as falas de Maria Elisa, questionava-se sozinha:

— *Mas ser mais humana é possível? É possível, antes de tudo, ser menos humana?*

— *Claro que é, Iara. Se toca!* — irrompeu Amália o pensamento de Iara, e começaram a conversar no meio da rua.

— *Igual aquele tal de “Humaniza SUS”, eu não me conformo com aquilo! Gente, são pessoas, precisam ser atendidas como tal* — disse Iara, indignada.

— *Iara, se existe uma cartilha, na verdade uma política de governo, a fim de garantir um atendimento de saúde integral, que faz do usuário também um ser de saber, que tem história, que possui mais conhecimento sobre sua vida do que um médico, é porque isso não estava acontecendo.*

— *É absurdo isso, gente* — disse Iara, e logo foi sendo interrompida por Amália:

— *Eu sei, e que bom que você se assusta com isso. As pessoas se espantam quando um atendimento mais humanizado acontece, seja na saúde, seja na Assistência Social. Agradecem como se os técnicos estivessem fazendo favores a eles, mas não, é direito desses cidadãos receberem um atendimento humanizado. E como Maria Elisa disse: uma humanização entendida como “ir além”, se aprofundar. Eu diria mais: seria acessar a história das pessoas. Pessoas com histórias são consideradas como gente. Você não se lembra, Iara, que aquela frase inescrupulosa “bandido bom é bandido morto” é nada mais nada menos que um efeito de retirar a história de um sujeito, restando a ele apenas a categoria de bandido?*

— *É verdade né, Amália, não havia pensado nisso* — disse Iara balançando a cabeça vagarosamente, concordando e processando a colocação de Amália.

E Amália continuou:

— *A história da pessoa são as relações que ela experimenta. E as relações são como cores: tem intensidades de tons, tem espectros. Não perceber isso é virar um homem-máquina, aquele que não se dá conta da sua própria*

história. Aí acaba sendo necessário virar lei e política de governo um atendimento que necessariamente já deveria ser humanizado. Estamos vivendo uma humanidade daltônica, Iara, que não enxerga os tons e as cores que são as variadas relações, o que acaba levando a moralizações. Nessa pesquisa que estamos desenvolvendo procuramos acessar a dimensão histórica do trabalho, isto é, as relações produzidas, usando os dados colhidos nos encontros para mostrar o exercício de pensamento que acontece enquanto se trabalha. Como bem disse Maria Elisa, não somos máquinas, o trabalho é do humano, assim como a ética — disse Amália a Iara. Esta, com o coração mais acalmado, foi para casa com a alegria de um novo aprendizado.

TRABALHAMOS COM VIDAS!

Era o segundo encontro com as técnicas do Cras. Nesse dia, a discussão estava cheia de falas, poucos hiatos entre uma fala e outra. Muitas vezes, houve tentativas de vozes se sobressaírem, mas todas as vozes se faziam audíveis e passíveis de conversa, de troca.

Nessa troca quente de vozes diferentes, Luísa resgatou a memória de uma época em que os coordenadores do Cras possuíam acesso aos relatos dos atendimentos no sistema. Esse acesso fazia Luísa se sentir vigiada, não apenas pelo fato de ter outro acessando seu trabalho no íntimo de um atendimento, mas porque, segundo ela, correções ortográficas e gramaticais eram cobradas dela e dos demais técnicos. Essa vigilância impedia seu trabalho técnico, pois acabava transformando-o em um trabalho endurecido, reduzido ao português e às fórmulas gramaticais.

— *Trabalhamos com vidas!* — exclamou Luísa. — *Se fosse para trabalhar com fórmulas eu faria faculdade em ciências exatas.*

Amália emergiu no grupo cobrindo o silêncio que surgiu após essa fala de Luísa. Numa tentativa de brincadeira com essa ideia de análise gramatical feita pelos coordenadores, Amália quebrou o silêncio já chamando a atenção para o verbo da primeira sentença:

— *Qual é a conjugação do verbo na frase proferida pela Luísa? Parece-me que é a primeira pessoa do plural.*

Amália deixa de sussurrar e grita:

— *Ora, ora, ninguém trabalha sozinho! Trabalhamos sempre coletivamente.*

Foi um grito vindo da memória: se atentar para a pessoa do verbo “trabalhamos” a fez se lembrar de um conceito-ferramenta que conhecera em um de seus encontros com os escritos de Yves Schwartz, filósofo especialista em análise do trabalho. Amália não é como Schwartz, especialista, mas com ele pôde produzir ferramentas para ajudá-la a operar nas problemáticas dos mundos do trabalho. E o conceito-ferramenta é este: “usos de si por si e usos de si pelos outros”.

Amália se recordou das colocações de Schwartz¹⁸⁴ e continuou sua fala, tomada pela memória de Schwartz, de maneira bem categórica:

— *Não existe execução de trabalho, mas sim, uso; é sempre uso. É uma mobilização deliberada, não uma mera reprodução. Mobilização de “si”, “uso de si”, entendendo esse “si” como um sábio desconhecido¹⁸⁵, como o desejo de saúde, de abrir no cotidiano espaços de produção; um “si” que faz uso dos seus gostos, pensamentos, da sua história, levando cada ato de trabalho a ser único em cada trabalhador¹⁸⁶. Assim, o trabalho convoca todo o ser do trabalhador, com seus vastos recursos e capacidades, muito mais do que os que aqui podemos sinalizar; muito mais do que as tarefas de trabalho requerem. — E a recordação continuou em voz alta: — “Uso de si pelos outros” se remete à ideia de que há “outros” presentes nesse emaranhado de escolhas que o trabalhador gere, como os colegas de trabalho, os que recebem o serviço. Mas não são apenas os “outros” que estão imediatamente*

184 SCHWARTZ, 2007.

185 HOLZ, Edvalter Becker; BIANCO, Mônica de Fátima. Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais sobre trabalho. **Cadernos EBAPE**, [s.l.], v. 12, p. 494-512, 2014.

186 SCHWARTZ, 2004.

*próximos, são também os que regulamentam o trabalho formulando as prescrições e normativas e os avaliadores, por exemplo*¹⁸⁷.

Amália se recordou, assim, de como o trabalho se faz, ao mesmo tempo, de uma maneira individual e coletiva, sendo algo totalmente singular. Uma memória que para ela às vezes se faz simples, outras, um tanto complicada de pensar essa dualidade de “usos” no trabalho. Entretanto, com sua excelente memória, Amália relembra que Schwartz dizia: *“é precisamente porque há ao mesmo tempo esses dois momentos, ou essas duas polaridades do uso, que todo trabalho é problemático – problemático e frágil – e comporta um drama”*¹⁸⁸.

Amália, percebeu, assim, que o “trabalhamos” expressado por Luísa não foi à toa. A palavra pronunciada exprime muito além da pessoa verbal. É claro que um olhar gramatical ajudou a enxergar esse além, contudo, um encontro com Schwartz e a Ergologia ajudou Amália a montar e contar a paisagem desse além que o “trabalhamos” evoca.

Continuando a análise gramatical da frase proferida por Luísa, Amália identificou a preposição “com” e assinalou:

— *Luísa não falou que trabalha “as vidas”, nem ainda “sobre as vidas”, ou “para as vidas”. Luísa trabalha “com as vidas”. Tal preposição retira toda possível ideia de passividade dessas “vidas”; o com descreve um trabalho que se faz lado a lado, de mãos dadas, que se faz com “usos”, junto às vidas que esse trabalho de Luísa encontra. Retira toda ideia de passividade das vidas com quem ela diz trabalhar. Pinta uma imagem de um estar junto ativo, que está na ação de trabalhar tanto dos trabalhadores quanto das vidas. E são vidas. Plural. Múltiplas vidas. Não são meras pessoas. Não são meros municípios, são vidas: culturas, gostos, jeitos, pensamentos, famílias, valores, crenças, corpos, almas... é isso que a palavra “vidas” traz.*

Mais parecia um monólogo; e de fato assim o era. Mas, mesmo assim, isso não impedia Amália de continuar sua análise, agora não mais gramatical:

187 HOLZ; BIANCO, 2014.

188 SCHWARTZ, 2007, p. 7.

— *Luísa terminou a frase dizendo: “se fosse para trabalhar com fórmulas eu faria faculdade de exatas”. Não a sinto diminuir o trabalho feito por fórmulas, como são os trabalhos das ciências exatas. Mas ciências sociais são ciências “das vidas” e sua complexidade. Logo, demandam trabalhos igualmente das vidas, quero dizer “com as vidas”, e trabalhos tão complexos como as vidas o são. Pelo fato das ciências sociais serem complexas, precisam de métodos complexos de trabalhos complexos e não do transporte de operações que se dão em fórmulas, como ocorre com as ciências naturais e exatas. São vidas inexatas, trabalhos inexatos.*

A olhos e ouvidos nus, havia um silêncio na sala logo depois de Luísa ter expressado sua frase. Contudo, com olhos e ouvidos de um corpo cartográfico, era nítida a análise de Amália, bem como a percepção de que cada trabalhadora entendia o que Luísa dizia e o que Amália endossava.

FLAGRANTE

Lara estava em sua casa ouvindo os áudios das gravações, mais especificamente o áudio do terceiro encontro com as técnicas do Cras. Estava se sentindo agradecida por tê-los gravado, pois ainda conseguia se recordar de sensações e pensamentos que viveu nos encontros com as técnicas. Na verdade, ela estava mais agradecida pelo fato das técnicas terem aceitado a presença do gravador, pois quando Lara havia proposto a gravação, algumas técnicas relutaram inicialmente em aceitar a proposta. Lara, então, se recordou de como foi esse processo, principalmente da técnica Teresa, que dizia:

— *Eu não sei o que pode acontecer no futuro com algum conteúdo que eu disser. Pode acabar se voltando contra mim. Já vi muitos casos de técnica fazer um comentário nada ofensivo, e isso virar fofoca e acabar em punição.*

Ao se lembrar disso, recordou-se também de Maria Elisa que, em contrapartida à consideração de Teresa, não se opunha à proposta de gravar os encontros:

— *Por mim, tudo bem. O que eu tenho que falar eu falo mesmo.*

Porém, Iara sabia que não poderia forçar o uso do gravador. Ele só seria possível se todas, em unanimidade, aceitassem que os encontros fossem gravados. Iara se lembrava de como tentou confortar as técnicas com a ideia da gravação:

— *Gente, eu serei a única a ter acesso a essas gravações. Nem mesmo Raimundo e Odina terão acesso à íntegra do conteúdo que produziremos aqui. Eles apenas ajudarão na análise. Os nomes de vocês não serão expostos. Se vocês quiserem posso, também, não identificar o Cras pesquisado. Eu digo apenas que foi em Vitória.*

Iara se lembrou de como essa sua tentativa de conforto poderia não ter gerado conforto algum. Ela então pressentiu que não teria o recurso da gravação na colheita dos dados, e logo informou às técnicas que ficaria tudo bem se não utilizasse o gravador. Iara se recordou que naquele momento ela questionava, em mente, a forma como a gestão na Proteção Social Básica de Vitória levava os comentários e críticas dos técnicos dos Cras: “*será que não se pode nem pensar sobre o trabalho sem que alguém pessoalize as análises e as colocações? Gente, cadê a autonomia no trabalho?*”, pensava Iara.

— *Realidade* — sussurrou Amália no pé do ouvido de Iara ao se deparar com essa lembrança.

— *Nossa, Amália, você aqui. Eu estava revisitando o áudio do terceiro encontro. Pensei que você estivesse passeando pelos dados, deixando suas pistas. Eu já estava indo seguir seus rastros neste áudio* — disse Iara, animada com a presença de Amália.

— *É, Iara, eu estava nesse áudio também e queria poder escutá-lo com você. Quando estava chegando perto de você eu ouvi esse seu pensamento e não pude deixar passar.*

— *Por que, Amália? Foi tão ruim assim?*

— *Não que seja tão ruim, mas ele é o início do que chamo de “título de transcendência”: se seguir aquela ideia, vai começar a vagar num olhar transcendente e voltar a querer buscar somente alegrias no trabalho.*

— *É, Amália, muito difícil não seguir o caminho da transcendência; se é que posso chamar de caminho, porque caminhos estão no chão. A*

transcendência não fala desta terra, não fala do aqui e agora; tem mais a ver com voos extraterrestres do que com caminhos. Muito obrigada por não deixar passar esse “titubeio” meu. Já cansei de buscar falsos problemas — disse Iara com gratidão, entendendo aquele alerta de Amália como um cuidado.

— Tudo bem, Iara. É importante não somente para você, mas para toda a pesquisa, que titubeios como esse sejam possíveis de serem percebidos. Não nego a existência deles, eles sempre existirão. Então, não se sinta mal; não é um erro seu. Como você mesma pensou: não pessoalize. Somos bombardeadas o tempo todo com falsos problemas, nos incitando a termos respostas claras e rápidas a estes; é claro que uma vez ou outra tentaremos respondê-las, é muita pressão sobre nós. Mas é importante que estejamos atentas.

Naquele momento Iara percebeu que, por inúmeras vezes, vislumbrou um dia estar apenas problematizando e inventando soluções para os verdadeiros problemas; repetidamente se imaginou alcançando um corpo-pesquisadora perfeito que somente trilharia pesquisas onde a transcendência não mais a atravessaria. Iara chorou, pois, naquele momento, sentiu um alívio de não ter que buscar essa perfeição. Com o alerta de Amália, Iara percebeu que até mesmo buscar esse corpo-pesquisadora era mais que um “titubeio de transcendência”, já era a transcendência no seu mais alto nível de sobreimplicação. Ao não ter que se incumbir de se livrar dessa tarefa cíclica-viciosa-transcendente, Iara se sentiu aliviada. Ela estava cansada e, assim, chorou emocionada. Um choro paradoxal: Iara chorou de cansaço pelo peso da sobreimplicação, mas também de alegria ao conseguir colocá-la em análise.

Quando Iara já estava recomposta e se prontificando à escrita, motivada a continuar a percorrer os dados do áudio do terceiro encontro, Amália disse:

— Tem uma coisa que eu quero muito te mostrar nesse áudio, é um flagrante — disse ela a fim de despertar a curiosidade em Iara. E continuou ela: — Ouça a partir daqui, o que você ouve? — perguntou, enquanto manipulava o reprodutor de áudio, selecionando o segundo específico para que Iara ouvisse.

Iara escutou a seguinte fala (era a voz de Alice):

— *Nós utilizamos máscaras em todo atendimento, na verdade, ao longo do nosso trabalho. A gente vem para o trabalho escolhendo uma máscara, “ah hoje eu vou ser a Alice psicóloga”. Ai eu tiro essa e coloco outra: “agora vou ser a pastora”. Nossa vida é uma vida de cobrança de comportamentos, né? Todas essas são a Alice. Mas nós precisamos usar máscaras. Nem sempre nós estamos completos, se a gente traz toda a bagagem de casa para dentro do trabalho, e do trabalho para dentro de casa, vamos ter conflitos entre nós mesmos e com quem a gente convive.*

Amália perguntou a Iara:

— *Está ouvindo isso?*

Iara respondeu:

— *Sim. Nossa, essa questão aí de “máscara” vai dar um caldo importante no livro. Dá para a gente falar sobre simulacro também, eu me lembro de ter lido em um livro da Regina Benevides¹⁸⁹ sobre o uso de máscaras. E essa questão aí de cobrança que ela falou, nossa, a gente pode falar...*

Amália interrompeu:

— *Não, não. Você ainda não ouviu. Escute de novo* — disse ela enquanto voltava os segundos do reproduutor de áudio para que Iara mais vez o ouvisse. — *Repare na voz ao fundo, é Teresa falando ao telefone.*

Iara escutou Teresa no áudio e esta dizia assim:

— *Oi, Bom dia. Eu poderia falar com a Dona Olga? É daqui do Cras, tudo bom?... ah... isso, até as 15 horas. Nada, eu quem agradeço, senhora. Muito obrigada, viu? Tchau, querida.*

Tendo ouvido a fala de Teresa, Iara gargalhou e falou com Amália:

— *Minha nossa, Amália. Eu me lembro da Teresa nesse dia, ela estava muito cansada e ainda tinha muito trabalho a fazer; tanto que nem pôde participar do encontro. Ela ficou no fundo sala, com o computador e telefone resolvendo muitas tarefas ao mesmo tempo, eu me lembro, Amália. Nossa, como Teresa estava cansada naquele dia. Mesmo assim, ela estava sendo muito simpática no telefone com os munícipes. Mal sabiam eles que aquela*

189 BARROS, 1994.

voz cordial e calorosa era de um corpo cansado e batalhador tendo que continuar a tarefa com a máscara “bom dia, senhor” ou “bom dia, senhora”.

— Trabalho em ato, Iara. Você viu que incrível: enquanto Alice ainda falava sobre a importância do uso das máscaras, para continuar trabalhando sem sucumbir, Teresa as usava. É como um beijo entre a teoria e a prática! Isso é o que eu chamo de trabalho em ato — disse Amália.

E Iara respondeu:

— De fato é um flagrante e tanto! Olhe aí como foi bom termos gravado os encontros. Nossa, minha gratidão por esse gravador só aumenta: olha quanta coisa pudemos produzir com essa ferramenta, que somente o corpo naquele momento presente não pôde.

— As técnicas foram muito corajosas, Iara. Havia muitos riscos no uso dessa ferramenta. Você se lembra do que elas falaram sobre isso: se alguém com um pouco mais de poder acabasse pessoalizando as colocações delas, punições poderiam acontecer. E você entende quando elas falam de punição: não se trata de uma punição formalizada, uma advertência, mas sim, uma mudança na formação das equipes, por meio do remanejamento de Cras, enviando para centros mais distantes ou com ainda menos recursos, você se lembra disso? — disse Amália, agora com voz preocupada a fim de exaltar a coragem das técnicas e também de fortalecer tal lembrança em Iara, com o receio desta estar considerando por demasiado o gravador e se esquecer dos riscos que tal ferramenta havia levado às técnicas do Cras pesquisado.

— Claro, Amália. Eu me lembro. E você está certíssima em ressaltar isso. Não podemos nunca perder isso de vista. Eu me lembro também de quando estava montando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual, segundo as normas, é necessário explicitar os riscos que a pesquisa traz ao participante, e eu pensava comigo: “risco nenhum, gente, como assim? Uma pesquisa só traz benefícios...”. No fim das contas, Amália, esse trecho do áudio não nos fez ver apenas o beijo entre teoria e prática, mas também perceber que assistir a esse beijo pode ter consequências que antes eu imaginava serem apenas positivas.

Amália disse:

— *Assistimos a um flagrante. Mas flagrar tem seus riscos* — disse ela enquanto saía da presença de Iara e voltava para os dados a fim de continuar suas andanças pelas linhas de fuga.

Sozinha, Iara encerrou o assunto dizendo a si mesma um tanto contente:

— *Essa Amália veio lá de longe dos áudios só para desterritorializar-me.*

“ONDE DEIXO MINHA BOLSA”

Era um dia de muito ânimo: segunda-feira. Esse dia iniciava uma semana importante para Iara. Uma semana que era vislumbrada por ela como uma vivência institucional para conhecer um pouco dos serviços ofertados no Cras. Iara já havia combinado com as técnicas sobre essa semana de acompanhamento do trabalho delas: participaria de atendimentos individuais, de grupo de famílias, de planejamento de trabalho... Seriam cinco dias com as técnicas, participando, por quatro horas a cada dia, de seus trabalhos.

Iara estava muito animada. Ela percebia aquela semana como a semana mais importante da pesquisa: para ela, seria o início de um vínculo com as técnicas. Não só isso: para Iara, essa semana também iniciaria uma vinculação das técnicas com a própria pesquisa.

Nesse dia, Iara saiu do Cras transbordando de alegria por ter sentido a pesquisa como iniciada, e também por conhecer um novo Cras, novos técnicos, novos familiares, tudo muito diferente de como ela havia experimentado em Cras anteriores.

Para Iara, tudo estava indo bem nessa segunda-feira de sol: se sentia confortável para fazer perguntas às técnicas, estava comprometida e animada com as próximas idas ao Cras. Porém, a animação começou a perder seu lugar para a preocupação no dia seguinte.

Terça-feira. Esse dia seria ainda mais lembrado e revivido por Iara ao longo de toda a pesquisa; mais do que aquela segunda-feira. Nesse dia, Iara havia combinado com as técnicas de assistir ao grupo de “descumprimento”, que se tratava de uma reunião

na qual as famílias acompanhadas pelo Cras que haviam rompido alguma condicionalidade do benefício de transferências de renda do governo federal eram convidadas a participar para serem orientadas quanto às medidas a serem tomadas após essa falta no cumprimento das condições.

Iara chegou ao Cras naquela terça-feira se direcionando para o espaço onde aconteceria o grupo. Chegou e se sentou, sem passar pela recepção e sem falar com as técnicas. Iara pensava consigo: *“é melhor eu já ir me sentindo de casa, assim ficará mais fácil para as técnicas conversarem comigo sobre o trabalho delas quando começarem os encontros temáticos; elas ficarão mais confortáveis, e eu também, se eu for uma pessoa mais de casa para elas... é, mas tem a questão do estrangeirismo, né? Não posso perder isso de vista: o estrangeirismo é importante para equivocar o óbvio e questionar aquilo que se tem como mais natural no ambiente que está sendo pesquisado... mas, é importante eu me sentir de casa também, precisamos de confiança; elas precisam confiar em mim e eu nelas para que...”*.

O pensamento foi interrompido quando a técnica Mary saudou a todos com um “bom dia” cheio de simpatia. Iara olhou ao seu redor e viu que estava cheio de mulheres, com pastas de documentos e bolsinhas de mão; ela olhou para si mesma e se viu com uma bolsa enorme em seu colo.

Desconforto.

Iara estava sentada ao lado das mulheres enquanto as técnicas estavam de pé apresentando as condições do benefício federal. Iara se percebeu como uma ouvinte da apresentação, mas não como as mulheres atendidas que poderiam ter dúvidas e expor ao grupo. Iara viu que o objeto destoante que fomentava sua percepção de pessoa alheia nesse grupo era a bolsa em seu colo.

Ela se sentia sobrando naquele lugar. A bolsa estava pesada para Iara naquele momento: estava pesada de vergonha, por não se ver pertencente a nenhuma das posições ali possíveis — nem técnica, nem família atendida.

A fim de, pelo menos, abraçar o único lugar que lhe restava, Iara sacou de sua bolsa uma caderneta e começou a anotar a primeira frase que ouviu ao destampar a caneta e esta rabiscar o papel; tentava, assim, assumir a pesquisadora que era naquele espaço. Mas, isso não foi suficiente para diminuir o peso da bolsa em seu colo.

Terminado o grupo, Iara se dirigiu às técnicas e juntas elas foram para a sala de reunião. Iara não ouviu nada acerca do que as técnicas conversaram após o grupo, ela só pensava consigo: *“preciso dar um jeito nessa bolsa, urgentemente”*.

Para Iara, ela foi embora naquela terça-feira da mesma forma que entrou: segurando a bolsa, ora com o colo, ora com os ombros; não se sentiu conhecer nada novo, não se sentiu criar vínculo. Pelo contrário, sentiu que a bolsa foi o impedimento do dia para que um vínculo se produzisse. Iara foi para casa indignada, sentindo que havia perdido o dia.

Quando já era noite, Iara se preparava para dormir. Como de costume, ela consultou sua agenda para saber das tarefas a serem realizadas no dia seguinte. Nessa noite ela fez mais do que consultar. Iara adicionou uma nova tarefa: *“missão: resolver onde deixar a bolsa”*. E assim, ela foi se deitar determinada.

Iara se deitou. Virou para um lado, para o outro, de barriga para cima, de barriga para baixo. Ela não conseguia dormir. Estava inquieta. Ela não parava de projetar imagens da bolsa em variados lugares no Cras. Imaginava-se, também, iniciando a pergunta a alguma técnica pedindo direcionamento sobre onde colocar a bolsa. Nessa insônia tentando resolver qual seria o melhor caminho para essa sua saga com a bolsa, Amália apareceu e a questionou:

— *Mulher, mas que dificuldade gratuita. Você sabe que não vai resolver isso assim, sozinha. Essa saga aí é coletiva, você precisa falar com as técnicas* — disse Amália a Iara.

— *Essa bolsa está me atrapalhando e se eu não resolver isso logo, vou acabar atrapalhando o futuro da pesquisa* — respondeu Iara indignada com Amália.

— *Você lembra do Cras de Cariacica? Você deixava sua bolsa onde as técnicas deixavam as delas. Por que não faz isso?* — questionou Amália.

— *Porque eu vou ter que falar com elas e não sei se eu estou preparada para me vincular de novo com um Cras. Será que é isso mesmo? Será que esse é o único caminho?* — falou Iara num choramingo.

— *Óbvio que você vai ter que falar com elas. Mas uma coisa é certa: preparada nunca se está; nunca estamos preparados. Nós metemos a cara, para não dizer o corpo inteiro, para então sabermos como vamos lidar com a situação* — disse Amália. — *Eu estou entendendo que essa sua vontade de deixar a bolsa em algum lugar não se trata de uma mera forma de permitir que tenha as mãos mais disponíveis durante seu acompanhamento no trabalho das técnicas. Estranho você andando durante quatro horas pelo Cras com uma bolsa grande e pesada, não é?*

— *Sim, Amália, é péssimo isso.*

— *Péssimo COMO, Iara?*

— *Ah, porque é muito ru...*

— *Não, Iara, péssimo COMO, não POR QUÊ?* — interpôs Amália.

— *Ê... Ê...*

— *Sim, responder um COMO é um tanto difícil mesmo: é um acesso à dimensão corporal; uma maneira de acessar aquilo que se sente na sua dimensão processual e não na sua forma estática, que geralmente nos leva a procurarmos causas e consequências para tudo. A ethopoiese opera pelo COMO.*

— *Ao estar segurando a bolsa enquanto vivo o Cras, enquanto pergunto às técnicas sobre o trabalho delas e os serviços ofertados, parece que eu estou pronta para ir embora a qualquer momento; parece que eu não quero estar ali e eu não quero que elas pensem isso. Não quero que meu corpo pense isso, Amália. De tanto pensar que posso não querer estar ali, poderia acabar realmente sentindo isso; posso acabar querendo ir embora logo e atrapalhar minha vinculação com elas, o que por sua vez, pode comprometer a produção dos dados da pesquisa* — disse Iara como um desabafo.

— *Compreensível, Iara. Mas, primeiro: “comprometer a produção dos dados da pesquisa” não existe. Essa saga da bolsa já são os “dados produzidos*

pela pesquisa". Não tem essa de dados limpos, dados bons, dados certos ou errados. Há dados. Sua parcialidade na pesquisa, seu sofrimento com a bolsa é a pesquisa. Segundo: concordo que devemos resolver essa questão da bolsa; mas por uma questão corporal sua, pois talvez ela esteja dizendo de como você está se constituindo na relação com este trabalho. A bolsa no colo pode estar te convocando a pensar em COMO você está se relacionando com as técnicas do Cras, com a pesquisa de mestrado, com o TRABALHO. Talvez esteja cristalizada no corpo a ideia de que "vou dar uma olhadinha ali, naquele trabalho e já estou voltando para o meu mundinho protegido..."

Iara fez silêncio. Respirou profundamente. Engoliu a secura da boca, sentiu um aperto no peito e uma dorzinha na barriga. Sair do umbigo, crescer, dói. Dar-se conta da amplidão do plano de imanência, de sua constituição, no exercício de pensamento, das transformações a correrem em seu corpo, também dói, cansa. A vida não é só alegria. Entregou-se ao sono acolhendo essas sensações.

No dia seguinte, Iara acordou atrasada; a insônia havia tomado muito do seu tempo na noite anterior. Chegou ao Cras com cinco minutos de atraso, mas o "grupo de acolhimento", que era uma reunião para apresentar aos munícipes os serviços ofertados no equipamento, já havia acabado. Iara, enquanto ainda chegava ao Cras, com sua bolsa nos ombros, se chocou com Rita, que a cumprimentou:

— *Ei! Já estamos subindo para as salas de atendimento. Hoje você vai ficar comigo, não é mesmo?*

— *Mas já acabou o grupo?* — interrogou Iara.

— *Sim, é rapidinho* — respondeu Rita sorrindo. — *Vamos subir?*

— *Sim, onde deixo minha bolsa?* — Iara perguntou rapidamente para Rita já tirando a bolsa dos ombros com um semblante enérgico como se fosse correr uma maratona. Iara sentiu o momento oportuno para a difícil pergunta, pois percebeu que a técnica estava mais preocupada em dirigir os munícipes para a sala de atendimento do que com ela e sua bolsa, assim, não perceberia o seu semblante lamuriioso ao soltar a penosa pergunta.

— *Pode deixar lá na nossa sala; todas nós deixamos lá* — respondeu Rita, possivelmente sem saber que aquela pergunta tinha o poder de tirar o sono de alguém.

Iara se alegrou com o local sugerido por Rita: o mesmo local que ela e as demais deixavam suas bolsas. Para Iara, isso era sinônimo de “você é uma de nós”. Mesmo não sendo formalmente uma das técnicas, esse pertencimento fazia com que Iara percebesse que a pesquisa também estava sendo acolhida e, na cabeça ansiosa dela, isso ajudaria a promover um debate mais participativo nos encontros.

Então, Iara participou dos atendimentos com Rita, se percebeu muito mais presente e se sentiu cada vez mais vinculada às técnicas. Despediu-se tão alegre naquele dia que, quando buscou a bolsa na sala onde havia a deixado, expressiu em voz alta:

— *Você me deu um trabalho hein?! Agora sim é sua hora; vamos embora* — disse ela para a bolsa.

Não havia ninguém por perto que a impedisse também de gargalhar alegremente como se houvesse vencido uma batalha contra a bolsa. Enquanto Iara caminhava para fora do Cras, desponhou sua cúmplice:

— *A batalha vencida não foi contra a bolsa, mas contra a zona de conforto, contra os territórios existenciais, contra o medo do enfrentamento do novo, contra a dor de se refazer. E foi a vitória da gestão de outras formas de habitar o trabalho, da desterritorialização; foi a vitória do nomadismo. Nossos inimigos, hoje derrotados, ainda estão aqui. Foram vencidos nesse ato. Mas é esse ato que importa, pois dele abrimos caminhos para aprender, e nosso principal aprendizado você bem sabe qual é, Iara: trabalhar. Aprenda-se a trabalhar trabalhando* — disse Amália, tão feliz quanto Iara.

Capítulo 3

Devir-Amália

UMA ÚLTIMA NARRATIVA EM CENA

Iara estava em sua casa relendo seus cadernos antigos, a fim de despertar memórias que possivelmente a ajudassem a pensar a pesquisa e a escrita para o futuro livro com suas aliadas. Nesse momento de poeira e muitos papéis pelo chão, Iara se recordou de como sempre vira os trabalhadores da Assistência Social como trabalhadores sofridos.

Sendo a Assistência Social entendida por muitos como a prima pobre do tripé da Seguridade Social (Assistência, Previdência e SUS), Iara via os técnicos como sofrendores do sucateamento nacional dos serviços socioassistenciais. Ela se recordou disso ao reler sobre unidades básicas de saúde em um de seus cadernos do sexto período de psicologia.

Ao rememorar, Iara viu que iniciou seus trabalhos de pesquisa compreendendo a investigação científica como uma ação de ajuda e respiro a esses trabalhadores, pois se tratava de pesquisa-intervenção. Intervenção essa entendida por ela como a construção de uma proposta de solução para o problema de sofrimento e sucateamento.

Mais tarde, Iara foi se dando conta, no/com o trabalho, que a pesquisa-intervenção está bem longe da ideia de solução de problemas

ou de ajuda “àqueles” trabalhadores sofridos. Efeito de um mundo constituído por processos de individualização e culpabilização, a fácil compreensão de pesquisa científica como resolução de problemas por parte de um grupo (ou uma pessoa) iluminado pelo conhecimento verdadeiro; e de intervenção como a ajuda aos “necessitados” por parte de um grupo (ou uma pessoa) com “superioridade” econômica e social que se “compadece” (ou se culpa) desses “pobres” sofredores, é desnaturalizada pela proposta de pesquisa-intervenção da Análise Institucional, com a análise de implicação. Quer dizer, sem análise de implicação nesses processos de dominação, exploração e mistificação, não há pesquisa-intervenção.

A análise de implicação foi se constituindo como uma postura em Iara, à medida que conhecia Amália. Com Amália, Iara passou a ter cuidado com os “titubeios de transcendência”, com essa perspectiva de técnicos em constante sofrimento. Amália, uma multiplicidade, essa alteridade que nos habita, falou à Iara por meio de cada uma das técnicas com quem ela esteve.

Assim, foi com uma fala de Rita que Iara conseguiu repensar seus titubeios, também, transformar as noções que possuía acerca da vida e da beleza no/do trabalho. Em um dos encontros do grupo temático, Rita lhe disse:

— *Eu vou fazer 15 anos de Cras...*

Rita continuou a sua fala, mas Iara não mais a escutou. Ela disparou a pensar acerca dessa informação: 15 anos. Iara pensava consigo: *“15 anos não são 15 dias, nem 15 meses. São 15 anos, gente! É muito tempo sofrendo...”*.

— *Como assim, 15 anos sofrendo? Você julga que o trabalho na Assistência Social é só sofrimento?* — problematizou Amália.

— *Eu achava que uma pesquisa no Cras produziria momentos de respiro dessa infelicidade que é trabalhar com a prima pobre da seguridade social, piorou, Cras, que é a porta de entrada dos usuários ao Suas; é ponta de todo o sistema: é ali que chegam todas as reclamações e dúvidas dos munícipes; sem contar o péssimo salário que não corresponde à quantidade de*

trabalho demandado e o embargo de verba para aquisição de recursos. Preciso entender como isso acontece: trabalhar 15 anos e se dedicar, como Rita se dedica nesse tipo de trabalho... tem algo aí nesse trabalho que mantém Rita ali, trabalhando — pensou Iara a partir das questões de Amália.

— “...Que mantém Rita vivendo”, você quer dizer, não é? Há dor na vida, Iara. Mas há alegrias também. Viver é uma grande gestão. Lembra que a gente conheceu com Schwartz que há debate de normas constantemente no trabalho? Não é a vida, também, um grande debate de normas?

— Nossa, Amália, então posso continuar falando “trabalho é vida”? Odina vai me matar! — disse ela preocupada, pois Odina sempre a questionava para torcer tal ideia e sair do automatismo de repetir o termo como sinônimo de alegria e felicidade, que constantemente Iara exprimia.

— Penso que pode, Iara. Mas se for com esse sentido: tristezas, dores, alegrias, cansaços; tanto a dor quanto o prazer estão na vida. A gestão disso tudo é a própria vida. E gerir é trabalhar.

— Eu costumo falar que trabalhar é manejar... manejo. Mas Raimundo me corrigiu dizendo que eu devo chamar de gestão.

— Sim, Iara, é gestão. Eu que pedi ao Raimundo para te falar isso. Você não me conhecia ainda; estava apegada demais a “outras bolsas”, não estava disponível a mim: estava com medo de se perceber tão trabalhadora quanto as técnicas dos Cras que você vivenciou; estava com medo de sofrer.

— Trabalho é vida, Amália, trabalho é vida. Olha que lindo! Ah, é mesmo: e o “trabalho é lindo”, eu também costumo falar isso.

— Realmente é lindo: é meu desejo e sina — continuou Amália. — É belo porque tem interlocutor; o trabalho é belo porque posso partilhar: nunca trabalhamos sozinhas.

— O trabalho é vida! O trabalho é belo — disse Iara.

Continuava Iara a exclamar a beleza e a vitalidade que conheceu no trabalho. Largou seus cadernos antigos e, emocionada, anotou no rascunho de texto:

São dramáticas que são belas. Sim, o trabalho é lindo, mas agora sem o romantismo que outrora eu defendia. O trabalho é lindo porque há compartilhamento de saberes, de fazeres, há um coletivo que luta cotidianamente por uma liberdade, o que muitas vezes denominamos de autonomia. É belo ver a liberdade em seu movimento processual seja como trabalho-Cras, seja como trabalho-pesquisa.

Iara releu esse seu rascunho e percebeu como caía sempre numa armadilha: olhava o belo e o “contemplava” de uma maneira que não era pela via do compartilhamento. Percebeu que, quando entendia o belo como algo estático, deixava de olhar para as práticas, para as instituições, para as lógicas — não se percebia sobreimplicada.

— *Ora, ora, a narrativa é a própria beleza, porque é um compartilhamento de experiências. É porque posso contar as experiências de trabalho que ele se faz belo* — disse Iara consigo mesma, suspirando com gratidão enquanto ainda olhava o rascunho do livro.

Iara estava grata pelos deslocamentos provocados por Amália nesses anos de formação acadêmica. Estava grata pelos pretextos de sua cúmplice e pelos tapas, ora de luvas, ora sem luvas, que fomentaram desterritorializações.

A PALAVRA DÁ CONTA?

Narrativas escritas podem ser limitadas. Nunca é possível dar-se conta do cotidiano¹⁹⁰ em algumas poucas folhas de papel. Contudo, algo se passa na escrita e na leitura de experiências compartilhadas e no modo de contar do narrador.

A palavra pode tentar dar conta de expressar as experiências, mas nada do que se possa dizer alude ao que sente o corpo da experiência. Mas não é isso que se deseja com a narrativa. Esta é já uma experiência

190 PEZZATO; L'ABBATE, 2011.

no/com corpo, uma outra experiência, é sempre um começar de novo com outro corpo ou com mais corpo.

O ato da escrita-narrativa não tem um fim nem um começo, pois localiza-se entre. Assim, é possível dizer que escrever esteja relacionado de maneira fundamental com as linhas de fuga. Escrever é fazer traços¹⁹¹: de personagens, de paisagens, de encontros. Escrever é um tornar-se alguma coisa, é um deslocar-se do que se é ao transbordar do corpo pelos dedos das mãos e lançar-se às singularidades que estão de passagem¹⁹².

Nesse modo de pensar a escrita-narrativa, entende-se que a unidade básica é o agenciamento, e não a palavra. Agenciamento é uma relação de acoplamento, de articulação, um cofuncionamento, seja de sujeitos, de falas, de práticas, de momentos. O agenciamento é uma linha de encontro. Com isso, o verbo agenciar é estar no meio¹⁹³.

Escrever é escrever com agenciamentos, não com palavras. Não são os conceitos ou as ideias que concatenam o texto, mas os agenciamentos experimentados; os encontros de cofuncionamento. Dessa concatenação de agenciamentos, produz-se enunciados, sempre coletivos, de populações, multiplicidades, territórios, afetos e acontecimentos¹⁹⁴.

Desse modo, a escrita-narrativa que intentamos aqui situa-se longe da Ciência, pois as coisas mais difíceis escapam a toda Ciência¹⁹⁵. Entende-se como Ciência com “c” maiúsculo toda aquela forma de produção de conhecimento de cunho positivista.

O positivismo foi muito mais que uma corrente filosófica que surgiu no século XIX que concebia o conhecimento puro e objetivo como sua principal ferramenta para desvendar as verdades do mundo

191 DELEUZE, 1998.

192 DELEUZE, 1998.

193 DELEUZE, 1998.

194 DELEUZE, 1998.

195 MÃE, Valter Hugo. **A desumanização**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

de maneira única. Tem-se, assim, a produção da ideia de Ciência como o único conhecimento legítimo em desvendar os mistérios da natureza e da humanidade.

Foucault¹⁹⁶ discutiu a História da Ciência colocando em xeque o termo, entendendo que nunca se trata de uma ciência verdadeira e universal, mas de “ciências”, uma vez que cada tempo e localidade têm seus saberes e modos de racionalidade. Com isso, até mesmo a História perde seu “h” maiúsculo, pois se entende que não há uma única história, uma história acabada, uma história linear.

Em nome de um conhecimento verdadeiro, a Ciência — com “c” maiúsculo e no singular, se tratando daquela hegemônica — procura depurar, hierarquizar e ordenar qualquer conteúdo em instâncias teóricas unitárias. Essa Ciência faz calar os saberes locais, desqualificando-os por meio da não legitimidade de suas produções, que têm caráter discursivo sem a intenção de serem generalizantes e produtoras de verdades universais. Foucault¹⁹⁷ entende esses saberes como sujeitados, visto estarem abaixo na hierarquia científica. Mais precisamente, ele os denomina como saberes das pessoas: são locais e situados, diversos e múltiplos.

Uma insurreição desses saberes travaria um embate a esse modo científico hegemônico, contrariando os efeitos de poder centralizadores dos discursos científicos¹⁹⁸. Pode-se assim dizer que essa insurreição se trataria de uma anticiência, na qual coloca-se em xeque as verdades e a hierarquização próprias da Ciência. Entender essa anticiência como a insurreição dos saberes menores é imprescindível, pois sua principal luta é contra a hegemonia, ou seja, trata-se da luta contra a dominação, a exploração e a mistificação.

Reproduzir os métodos e suceder os mesmos resultados comparados com pesquisas anteriores é o que legitima um saber-fazer

196 FOUCAULT, 2005.

197 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

198 FOUCAULT, 1979.

científico, de acordo com o paradigma positivista. Ouvir e narrar os saberes locais e singulares não permite uma reprodução dos métodos utilizados, muito menos a repetição dos resultados. Apostamos na escrita-narrativa como uma metodologia outra, exatamente para fazer insurgir esses saberes e colocar em evidência a hegemonia científica existente ao abalá-la.

O rigor está em seguir as linhas de fuga, traçá-las por meio da escrita, usando os agenciamentos como elementos básicos para essa produção: produção de enunciados que permitem insurgir os saberes e fazeres locais, como as vivências narradas em cada cena.

Logo, tem-se uma escrita cartográfica, que tem como premissa a experimentação. Ao experimentar o trabalho no Cras, experimenta-se modos de viver e de pensar a realidade, produzindo cartografias dinâmicas, sempre em (des)construção.

Este livro não traz nem começo nem final das histórias que narra. As histórias estão sendo feitas, são reinvenções da atualidade, e não um saber que responde a todos os problemas. Estar no meio é estar sempre com o pé na estrada; o meio é o caminho. Caminho é puro durante, não se concebe começo nem final, pois não seria mais caminho; ele só existe como meio¹⁹⁹. Com isso, ser pesquisadora é trilhar um caminho, entendendo que a pesquisa valoriza certo campo, certos atores, certas realidades e concomitantemente os abala.

ÉTICA COMO UM MODO DE ATIVISMO

Para encurtamento da história, máquina de guerra é o processo de desterritorialização; é um nomadismo²⁰⁰. Neste livro, há constantes desterritorializações em ato, que assim puderam ser sentidos com o recurso da narrativa.

199 DELEUZE, 1998.

200 DELEUZE; GUATTARI, 2012.

Deleuze²⁰¹ diz que máquinas de guerras não têm história; os nômades não têm história. O que eles têm é compartilhamento de saberes; é geografia. Logo, a narrativa é o exercício de coletivização dos saberes e fazeres. É possível arriscar dizer que nômades são excelentes narradores; muito mais que as autoras deste obra. De todo modo, ousamos narrar a fim de apresentar Amália também como máquina de guerra. Tal apresentação acaba denunciando as tantas outras máquinas de guerra que não têm seus processos de perseguição das linhas de fugas contadas aqui. “O grande erro, o único erro, seria acreditar que uma linha de fuga consiste em fugir da vida; a fuga para o imaginário ou para a arte. Fugir, porém, ao contrário, é produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma”²⁰².

Uma máquina de guerra não precisa de história para ser legitimada; os próprios equívocos, os problemas que ela suscita já a legitimam. Por que, então, narrar? Por que compartilhar esse saber numa obra escrita?

Resposta: tentativa de aviso de sua existência para aqueles que ainda não a conhecem por esses termos; tentativa de indicar tantas outras máquinas de guerra que tem se levantado em nosso país, como “Marielle presente”, termo que faz referência à deputada que foi morta enquanto trabalhava — outra mulher trabalhadora, como Amália. Tal máquina “Marielle presente”, assim como Amália, irrompe, surge, brota num caos a fim de produzir vida e lutar contra as forças de captura do Estado.

Essa luta contra as forças de captura se faz à medida em que se analisa as implicações, acessando a dimensão instituinte das *formas* que são apresentadas como naturais, dadas. Lutar contra o Estado, conjurá-lo, é estar aberto às trans-*forma*-ações, que são inventadas sem a garantida de serem um “melhor” absoluto. São trans-*forma*-ações sempre provisórias. Por isso, cada época inventa suas glórias e

201 DELEUZE; GUATTARI, 2012.

202 DELEUZE; PARNET, 1998.

seus tormentos, necessitando de um ativismo que seja crítico, questionador, analisando suas próprias cegueiras²⁰³, isto é, analisando suas próprias sobreimplicações. Somente a ética, isto é, um exercício de pensamento, seria capaz de fomentar uma irrupção de máquina de guerra que impulsionaria a invenção de experiências de liberdade²⁰⁴.

Pode parecer uma narrativa que apenas conta de Iaras e de Amálias, mas trata-se de acusar a existência e o trabalho de outros personagens que se legitimam no caos, criando armas de guerra contra todas as capturas.

Amálias e tantas outras podem não compor os livros de história no futuro, mas isso não nega a força e potência de criação que tais máquinas despertam e arrancam os sujeitos de suas categorias definidoras e os lançam também ao caos para produzirem novas vidas; maneiras outras de viver e de habitar suas existências, analisando as implicações. Isso é produção de ética.

DESCONFISSÃO

Arriscamo-nos escritoras numa tentativa de narrar as experiências vividas como experiências de trabalho. Pode ficar confuso para as leitoras e os leitores, mas as/os convidamos a esse exercício de perceber a Alice, a Amália como um povo, e não uma criança, uma pesquisadora e nem como uma técnica do Cras. Alices e Amálias passam por nós; passam por vocês também. Arriscamo-nos a denominá-las como a própria ética: elas instigam o pensamento.

Alice e Amália passam por você, leitora, que se vê trabalhadora, estudante de graduação ou recém-formada, pesquisadora que enfrenta os desafios do pesquisar fora dos padrões positivistas, que prezam por uma generalização e universalização dos métodos e dos resultados, que pregam por uma neutralidade do pesquisador e suas ferramentas.

203 MACHADO, 1999.

204 MACHADO, 1999.

Podemos experimentar Alice e Amália; elas estão aí, percorrendo as linhas de fuga presentes na realidade. Elas são devir. Devir é um vir a ser sabendo que nunca plenamente se será; devir é jamais imitar. Não é também um vir a ser outro, mas é o encontro com esse outro. Devir são os atos contidos numa vida, que é constituída por encontros, ou núpcias. Nas núpcias não se tem dois; não se tem um e outro; tem-se um encontro; um meio ou um interstício²⁰⁵. No devir não há passado nem futuro, pois não há um ponto de começo para se partir, nem um ponto de chegada: no devir não há separação, dicotomia — é uma núpcia. O devir é o entre, é como a grama: que brota *entre* as outras coisas; o devir é um transbordamento²⁰⁶.

Chamamos de Alice e Amália esse devir que nos irrompe no trabalhar, que irrompe numa núpcia com o trabalho, a exercitar o pensamento, produzindo liberdade. É claro que a tentativa de dar nome próprio àquilo que não se nomeia é uma tentativa para lá de arriscada. No entanto, ainda somos regidas pela ciência da linguagem, ainda usamos as palavras como ferramentas e unidades básicas para nos fazermos compreendidas. Contudo, essa ciência capturante pode ser sabotada com o auxílio da narrativa, dos instrumentos de análise que são os personagens conceituais, para poder contar desse devir que foi se produzindo neste trabalho, um devir-alice, um devir-amália.

Experimentemos, pois. A produção deste livro é um dedinho de intuição de que há é possível experimentarmos o devir em nós constantemente: na Rita, na Luísa, na Maria Elisa, na Teresa, na Mary, na Alice, na Odina, no Raimundo, e ele não pede passagem. Ela é a passagem. Somos a todo tempo capturadas enquanto pesquisadoras, psicólogas, assistentes sociais, professoras, no nosso trabalho. Contudo, o devir está ali, presente nas linhas de fuga, abrindo desvios para desautomatizar o trabalho, para os conflitos potentes cheios de debates e trocas, para um respirar fundo e seguir em frente.

205 DELEUZE, 1992.

206 DELEUZE, 1992.

Nunca alcançamos o devir, mas ele passa por nós, *entre* nós. Às vezes atrapalhamos essa passagem. E se muito atrapalhamos, mais somos machucados e quebrados pela sua passagem. Podemos sofrer com esses machucados, mas sem eles não temos o novo, a diferença.

Sáímos feridas, com muitas marcas deste trabalho que foi sermos escritoras de narrativas. Algumas já são cicatrizes, provando que há muito tempo o devir já vinha passando, mas lutávamos contra suas desterritorializações. Projetávamos a pesquisa e ele equivocava todas as nossas tentativas de pesquisar o trabalho no Cras, nos Serviços de Acolhimento, nos SCFV. No entanto, a cada encontro de orientação, a cada encontro com as técnicas, ele resistia e insistia — tal insistência foi o que permitiu um olhar em direção ao trabalho, olhar esse que a cada resistência fazia perceber o trabalho como exercício de liberdade.

Lemos uma vez que “a trajetória do pesquisador orienta-se muito mais em conjunto com as pistas que emergem dos processos que são acompanhados”²⁰⁷. Quando lemos esse trecho, sentimos que era sim por uma obrigação que nós pesquisávamos. Era um sacrifício matinal levantarmos da cama para estar no Cras. Contudo, assim o era porque não éramos nós as pesquisadoras, mas sim os devires. Eram eles quem gritavam em nós dizendo: “*vamos lá , temos que seguir*”.

Ouvimos, outra vez, uma fala de Fuganti afirmando que o desejo é quem é o cartógrafo, somos apenas seus aprendizes. Se isso for verdade, fomos péssimas aprendizes, porque muitas vezes tentamos calar o devir e sua insistência, atrasando nossas entregas de textos, adiando idas ao Cras, entre outras formas de escapar de qualquer deslocamento do nosso lugar confortável.

Lembramo-nos bem de como constantemente queríamos fazer os devires sumirem, pois a imprevisibilidade era para nós

207 SUIM, Rayanne; TAVARES, Gilead Marchezi. **Juventude e risco:** abrindo a sede ao meio no deserto das práticas de Assistência Social. Jundiá: Paco Editorial, 2017. p. 42

insuportável. É disso que se trata um devir-amália ou um devir-alice: trata-se de um lance imprevisível; não sabemos no que vai dar, nem quais sentidos serão produzidos. O devir não espera nada do mundo ou dos mundos do trabalho. Ele os lança e depois pergunta: tem algum uso? Se sim, amém. Se não, recomeçemos o trabalho.

Despedida

Envelhecer é coisa de criança.

A criança conhece todas as coisas

E sabe que todas as coisas são belas.

Só a criança tem experiências.

Isso é coisa de gente velha.

Gilead Tavares, 2019, p. 22.

É chegado o momento de nos despedirmos dos diários. Despedir-nos dos diários infantis, com capa da Pucca e da Minnie, e também daquele diário-caderno de dez matérias, tão surrado das inúmeras tentativas de escrita. Precisam ver as últimas páginas, tantos rascunhos que foram até parar no meio e se encontraram com a última anotação de uma disciplina. Palavras soltas, até tentamos formar uma palavra-valise: Infância, Duração, Alice. Podia ter ficado Indulice, Infalção ou talvez Alifação. No entanto, não nos importa agora, nenhuma delas nos agradou mesmo.

Na página do encontro entre o rascunho e as anotações de disciplinas diz: “desafios do institucionalista: desmontar dicotomias sujeito-objeto, teoria-prática, opondo-se às fronteiras rígidas na definição de disciplinas de seus métodos e objetos de pesquisa”.

Não sabemos se cumprimos o desafio de um institucionalista, importa menos agora, pois vocês, os pequenos e os trabalhadores

foram péssimos objetos de pesquisa e muito melhores fazedores de perguntas e contadores de histórias. Vocês não se encaixariam nunca em um objeto de pesquisa, temos certeza.

É hora de dar adeus, despedirmo-nos de um momento, de uns momentos. Da menina que pulou no nosso colo e perguntou se por um acaso não podíamos levá-la conosco para casa. Nós a levamos: levamos neste texto, na nossa história, nas marcas bem marcadas que vocês fizeram em nós. Na duração infinita desses encontros. No entanto, nos despedimos do mesmo modo que vocês fizeram conosco.

Construímos algo grande, fomos cuidadas e desafiadas por vocês, o cuidado ensina também a hora de ir. Vocês se despediam com um abraço, talvez até com uma lágrima das saudades, mas logo, bem logo, nós voltávamos a brincar, a inventar, a sonhar.

Nós somos habitadas pela infância, não queremos saber de amanhã, nós queremos brincar, inventar e, então, brincaremos, sonharemos.

Quem *you* pensa que sonhou?

A deslizar sereno sob o céu

Luminoso, o barco deriva na

Idílica tarde de verão, ao léu...

Crianças ali perto aninhadas,

Espertas, ouvidos atentos, esperam

Pela história que lhes será contada...

Lá no alto o céu há muito empalideceu,

Ecos declinam, lembranças perecem,

A friagem do outono, o verão varreu.

Senão que, espectral, ela segue a me obsedar,

Alice percorre estranhas terras

Nunca vistas por quem não sabe sonhar.

Crianças que queiram esta história ouvir,
Espertas, ouvidos curiosos e
Lúcidos, devem pertinho se reunir.

Imaginário País das Maravilhas percorrem,
Devaneando enquanto os dias passam,
Devaneando enquanto os verões morrem.

Encantadas, pela corrente se deixam levar...
Lentamente sucumbindo ao fascínio da
Lenda... Que mais é viver senão sonhar?²⁰⁸

208 CARROLL, 2015a, p. 154-155.

Posfácio — uma despedida outra

Toda despedida é cheia de emoções.
Emoções difíceis de elucidar,
Emoções diversas e contraditórias.

Porque, com este livro, um processo de formação se finda,
Somos povoadas de uma alegria triste
É estranho, mas não podemos negá-la.

“Choro contigo barco
Pela praia que deixas
Pelo sol que se deita
Longe das pedras do cais...”
(Paulo Cesar Pinheiro/Dorival Caymmi)

Choro porque se vão e
A formação é berço, é lar que domestica sonhos.
Sonhos em criação, em metamorfose de multidão.
A formação domestica porque torna inteligível
Sem que a intensidade perca em vão

A força de uma paixão.
Coloca em ação a vida pública, política,
Contrariando a docilidade do pesadelo vil
De uma vida cavada no covil
Das serpentes do individualismo terrível,
Que em suas entranhas esmaga
Tudo que é belo, o que reside entre nós.

Choro porque se vão e
Sei que a formação é passagem,
Meio que carrega multidão
De sonhos de vida comum.
Vidas que importam muito mais que os números
Que também lhes ensinamos no lar,
Em planilhas, em tabelas, em quadros,
Para que não se esqueçam dos quantos
Que vão juntos em cada palavra, em cada ação, em cada um.

Choro porque se vão.
Mas, sei que levam da casa, um Marighella,
Que, como Caetano cantou, foi
“Um mulato baiano,
Muito alto e mulato
Filho de um italiano
E de uma preta hauçá”.
E vocês, como ele, foram aprendendo a ler
“Olhando mundo à volta
E prestando atenção
No que não estava à vista”
(Caetano Velozo).

Da formação nasce um comunista...
“Os comunistas guardavam sonhos”

Ah, os comunistas!
Como são os comunistas?
Os comunistas guardam sonhos
Porque “vida sem utopia,
Não entendo que exista”
Assim fala um comunista!

Choro porque vemos que
“...A raça humana
Segue trágica, sempre
Indecodificável
Tédio, horror, maravilha.
Quem e como fará
Com que a terra se acenda?
E desate seus nós,
Discutindo-se Clara
Iemanjá, Maria, Iara
Iansã, Catijacara”
(Caetano Velozo).

Choro, mas, como canta Elza Soares,
“Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é...
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor”
(Romulo Froes/Alice Coutinho).

Choro porque creio que,
Como a mulher do fim do mundo,
Vão, mas vão cantar até o fim.
Como a mulher do fim do mundo,

De pele negra, no mar, vão desaguar
A sua voz, a sua fala, a sua opinião.

Vão deixar a sua casa.
Sua solidão, vão jogar do alto do terceiro andar,
Quebrar a cara e se livrar do resto.
E vão durar até o fim.

Choro porque se vão e,
Como o mulato baiano, não obedecerão
As ordens de interesse vil.
Mas encararão o vendaval
Do carnaval que será luz e treva
E como comunistas guardarão os sonhos.
Os levarão até o fim,
Até os confins do mundo.

Por isso choro,
“Choro saber que
Os açudes não são o mar
Que não se pode guardar
Em alguidares de areia
Choro o destino das sereias
E o desatino do astrolábio
Choro saber que o homem sábio
Pode morrer se não souber nadar”
(Paulo Cesar Pinheiro/Dorival Caymmi).

Agora o choro é de uma tristeza alegre.
Porque agora encontram o mar
Longe do lar.
E certa estou de que não desaguam sozinhas,
Cada uma de vocês carrega um povo.

Encontrarão um mar de águas às vezes calmas, tranquilas,
Às vezes bravias, de tempestades, de grandes correntes,
Geladas, quentes,
Às vezes, azul, outras, cinza, marrom.
Às vezes límpidas, claras e transparentes,
Outras turvas e lamacentas.
Mas, com suas mãos
Hão de labutar, com suas velas abertas,
Que são ferramentas do caos!

Sei que não esquecerão da multidão,
Do povo que sangra e que vai junto,
No mesmo barco.

Obrigada por também me levarem,
Bem perto, no coração do barco,
Com a mulher do fim do mundo
E um comunista.

Gilead Marchezi Tavares
Agosto de 2021

Referências

ALICE in Wonderland. Direção: Tim Burton. Produção: Richard Darryl Zanuck *et al.* Estados Unidos da América: Walt Disney Pictures, 2010.

ALLIEZ, Eric (org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 27 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ARAÚJO, André Vinícius Nascimento. Reversão do platonismo como possibilidade de abertura para uma linhagem imanentista de pensamento em Gilles Deleuze. **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 86-104, 2015.

AYRES, Lygia Santa Maria. Naturalizando-se a perda do vínculo familiar... *In*: NASCIMENTO, M. L. (Org.) **PIVETES**: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto, 2002. pp. 110-127.

BAPTISTA, Luis Antonio. A atriz, o padre e a psicanalista - os amadores de faca. *In*: BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

BARROS, Regina Benevides. **Grupos**: a afirmação de um simulacro. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – PUC, São Paulo, 1994.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Editora Martins e Fontes, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o programa bolsa família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional da Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social-NOB-RH/SUAS**. Brasília (DF), 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília (DF), novembro de 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. **DOU**, Brasília, dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 25 mar. 2019.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. Acontecimento e história: Pensamento de Deleuze e problemas das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, Marília - SP, v. 28, n. 2, p. 105-116, 2005.

CARROLL, Lewis. Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá. In: CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comemorativa – 150 anos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015a.

CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice no País das Maravilhas. In: CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comemorativa – 150 anos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015b.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político. **Práticas PSI inventando a vida**, [s.l.], p. 27-38, 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NEVES, Claudia Abbês Baeta. Potentes misturas, estranhas poeiras: desassossegos de uma pesquisa. In: NASCIMENTO, M. L.(Org.). **PIVETES: A produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/ Intertexto, 2002. p. 34-53.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza: Filosofia Prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Tradução de Peter Pál Pelbart Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. O abecedário de Gilles Deleuze: Transcrição integral do vídeo, para fins puramente didáticos. **Escola Nômade**, São Paulo, 2010.

DEPRAZ, Nicole; VARELA, Francisco; VERMERSCH, Pierre. **A redução à prova da experiência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 58, n. 1, 2006.

DESPRET, Vinciane. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. **Body and Society**, [s.l.], v. 10, n. 2-3, p. 111-134, 2004.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II**. Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**: 1970-1982. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis. Vozes. 2002.

FUGANTI, Luiz. **A ética como potência e a moral como serviço**. São Paulo, 2001.

GONTIJO, Eduardo Dias. Os termos 'Ética' e 'Moral'. **Mental**, [s.l.], v. 4, n. 7, p. 127-135, 2006.

GONZALES, Zuleika Köhler; BAUM, Carlos. Desdobrando a teoria ator-rede: reagregando o social no trabalho de Bruno. **Polis e psique**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, 2013.

HALL, Gabriela Girardi; AMADOR, Fernanda Spanier. Atividade e criação: a política de assistência social em permanente (re)construção pela análise micropolítica do trabalho. **Psicologia em Revista**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 500-517, dez. 2017.

HILLMAN, James. **Suicídio e alma**. Editora Vozes, Petrópolis, 1993.

HOLZ, Edvalter Becker; BIANCO, Mônica de Fátima. Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais sobre trabalho. **Cadernos EBAPE**, [s.l.], v. 12, p. 494-512, 2014.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Laura Pozzana. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KRAMER, Sonia. Infância, memória e saber - considerações à luz da obra de Walter Benjamim. **A Criança e o Saber**, v. 1, p. 245-249, 1999.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador/Bauru-SP: ed. UFBA/Edusc, 2012.

LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, René. Uma técnica de análise das implicações: B. Malinowski, Diário de etnógrafo. *In*: ALTOÉ, Sônia. (org.). **René Lourau**: Analista Institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 259-283.

MACHADO, Leila Domingues. **Ética**. Psicologia: questões contemporâneas. Vitória: EDUFES, 1999.

MÃE, Valter Hugo. **A desumanização**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

MONZANI, Luiz Henrique. Deleuze e Lewis Carroll: aproximações entre filosofia e literatura. **Kínesis**, [s.l.], v. 2, n. 6, p. 123-136, dez. 2011.

MORAES, Marcia. Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. *In*: MORAES, Marcia.; KASTRUP, Virgínia. **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2017.

PEREIRA, Conceição. Nonsense em português. *In*: AREIAS, Laura; PINHEIRO, Luís da Cunha (orgs.). **De Lisboa para o mundo**: ensaios sobre o humor luso-hispânico. Lisboa: CLEPUL, 2013. p. 129-214.

PEZZATO, Luciane M.; L'ABBATE, Solange. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, p. 1297-1314, 2011.

PLATÃO. **A república**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], v. 104, p. 750-772, 2010.

ROCHA, Jerusa Machado. A constituição do si na multiplicidade afeto-cognitiva. **Mnemosine**, [s.l.], v. 2, n. 1, 2006.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. *In*: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995. p. 141-170.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estética/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, set./fev. 1993.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 7, 2014.

SCHWARTZ, Yves. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-35, 2004.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. Conversa entre Yves Schwartz, Marcelle Duc e Louis Durrive. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (orgs.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007. p. 191-223.

SCHWARTZ, Yves. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Serviço Social e Saúde**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 19-43, 2011.

SUIM, Rayanne; TAVARES, Gilead Marchezi. **Juventude e risco**: abrindo a sede ao meio no deserto das práticas de Assistência Social. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

TAVARES, Gilead. **Kadupul**: a flor da idade. Rio de Janeiro: Saramago, 2019.

TAVARES, Gilead Marchezi; GUIDONI, João Paulo; CAPELINI, Thalita Calmon. As práticas que compõem a educação integral em Vitória (ES): Uma análise da relação infância/pobreza/risco. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 43-58.

TOURNIER, Michel. Sexta-feira ou os limbos do Pacífico. São Paulo: Bertrand, 1994.

VARELA, Francisco. O reencantamento do concreto. *In*: PELBART, Peter Pal; COSTA, Rogério da (org.). **Cadernos de subjetividade**: o reencantamento do concreto. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 71-86.

VAZ, Paulo. **Um pensamento infame**: história e liberdade em Michel Foucault. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

VINCENTINO, Cláudio. **História geral**. São Paulo: Scipione, 2002.

WHITE, Ellen G. **O Grande Conflito**. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

